

CYNTHIA RONCAGLIO

PEDIDOS E RECUSAS
MULHERES, ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA
(Curitiba, 1890-1934)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.ª Etelvina Maria de Castro Trindade

CURITIBA
1994

CYNTHIA RONCAGLIO

PEDIDOS E RECUSAS

MULHERES, ESPAÇO PÚBLICO E CIDADANIA (CURITIBA, 1890-1934)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:

Orientador: Profa. Etelvina Maria de Castro Trindade
Setor de Ciências Humanas, UFPR

Profa. Maria Izilda de Matos
Setor de Ciências Humanas, PUC-SP

Prof. Euclides Marchi
Setor de Ciências Humanas, UFPR

Curitiba, 15 de dezembro de 1994

Para Flora,
a melhor surpresa
neste caminho.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho se deve, em grande parte, a pessoas e instituições que, no âmbito público e privado, contribuíram para o seu resultado final. Inicialmente, devo agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e ao Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que durante dois anos consecutivos financiaram a pesquisa com a concessão de bolsas de estudo.

No decorrer do trabalho, duas instituições de pesquisa foram fundamentais: a Biblioteca Pública do Paraná e o Museu Paranaense. Sou grata aos funcionários pela gentileza e atenção com que me receberam. Agradeço igualmente aos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Arquivo Público do Paraná, quando, no momento inicial da pesquisa, busquei dados oficiais sobre a condição da mulher, os quais, infelizmente, eram escassos. Agradeço também à Casa da Memória por ter colocado à minha disposição o acervo fotográfico e os serviços de reprodução fotográfica para ilustrar o meu trabalho.

No âmbito da Universidade, devo agradecer especial à minha orientadora, profa. Etelvina Trindade, que acompanhou com sincero interesse todas as etapas do trabalho. Foi minha verdadeira guia, aparando as arestas, corrigindo os erros de percurso, indicando caminhos, ao mesmo tempo em que respeitou o período das divagações tão necessárias para o amadurecimento intelectual; à profa. Ana Maria Burmester agradeço pela sugestão inicial do tema e à profa. Oksana Boruszenko, pelo empréstimo de algumas das fotos apresentadas neste trabalho.

Na fase da pesquisa, o auxílio de Maria Olinda Trindade foi fundamental para conferir dados, acrescentar informações, dissipar dúvidas. Além do seu vivo interesse pelo trabalho, ganhamos também como aliado o seu marido, Heroníades Trindade, que, atento ao nosso tema de pesquisa e apreciador de "sebos", contribuiu com a descoberta de duas raridades: o livro "Evolução do Feminismo", de Mariana Coelho, autografado pela autora e a letra do maxixe sobre o voto feminino.

A qualidade da apresentação textual se deve à Marise Manoel, que revisou o texto definitivo com entusiasmo e atenção, salvando-o dos inevitáveis atropelos com a língua portuguesa.

Muitos amigos acompanharam essa longa e complicada trajetória de elaboração da tese. Papos informais e conversas compridas sobre as relações entre os gêneros estiveram presentes todo o tempo em que durou o trabalho e, sem dúvida, contribuíram enormemente para a minha reflexão sobre o tema. Citarei apenas aqueles que acompanharam bem de perto as dificuldades técnicas e teóricas com que me deparei, na esperança de ser compreendida por aqueles que aqui não foram mencionados.

Décio e Lúcia, amigos de muitas "viagens", foram meus interlocutores constantes; leram e releeram versões, deram palpites, emprestaram livros, fizeram críticas, sugeriram recortes. Espero poder retribuir, futuramente, o carinho e a empolgação com que acompanharam o desenvolvimento do meu trabalho.

Beatriz muito me ajudou a traduzir para o português o pensamento de Georgina Mongruel, além de mantermos diálogos

sempre instigantes sobre a história e sobre a condição da mulher no trabalho, na vida, no amor. Fica registrado aqui o meu reconhecimento por essa amizade.

Claudio e Filip atuaram como meus "anjos da guarda". Inúmeras vezes os interrompi em suas atividades para que me ajudassem a entender como lidar com o "teimoso" computador: textos sumiam, arquivos não eram aceitos, o *back up* não funcionava... lá vinham eles com paciência e disposição resolver meus descompassos com a inteligência artificial.

Aos meus pais, Luiz e Amábile, minha enorme gratidão pelo apoio incondicional que têm me dado, cada qual ao seu modo, em todas as etapas da minha vida, respeitando minhas buscas pessoais e profissionais mesmo sem entenderem, muitas vezes, a razão das minhas escolhas. Quem realmente entende?

Às minhas irmãs, Luizita, Sônia e Leninha, retratos de mulheres que enriquecem minha visão de mundo e me ensinam a compreender a pluralidade feminina, agradeço as inúmeras vezes que me "socorreram", a fim de conciliar minhas atividades profissionais e privadas.

À minha pequena Flora devo agradecer a extrema compreensão e paciência em aceitar a minha atenção dividida entre ela e o computador, entre o tempo voltado para a sua infância e o tempo exigido para a minha pesquisa.

Devo agradecer, ainda, às mulheres curitibanas do início do século que me permitiram, através de suas falas, refletir sobre a questão do público e do privado, assim como compreender o papel decisivo de suas ações para a crescente inserção das mulheres na vida pública.

SUMÁRIO

| | |
|---|------|
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | viii |
| LISTA DE SIGLAS | ix |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. A DIVISÃO DOS ESPAÇOS | 8 |
| 1.1. PÚBLICO E PRIVADO | 8 |
| 1.2. PÚBLICO E CIDADANIA | 17 |
| 2. MULHERES CIDADÃS | 24 |
| 2.1. O PAPEL DAS REVOLUÇÕES | 28 |
| 2.2. O SÉCULO LIBERAL | 32 |
| 2.3. OS PROGRAMAS EMANCIPATÓRIOS | 35 |
| 2.3.1. Norte-americanas: do Abolicionismo ao Feminismo .. | 39 |
| 2.3.2. Européias: Utopia e Rendição | 45 |
| 3. AS FRONTEIRAS SE ROMPEM | 57 |
| 3.1. BRASILEIRAS SE EMANCIPAM | 57 |
| 3.2. RETRATOS DE CURITIBANAS | 67 |
| 3.2.1. Dos Quartos para a Sala | 69 |
| 3.2.2. Ao Pé da Letra | 71 |
| 3.2.3. Em Busca da Visibilidade | 76 |
| 4. PEDIDOS, ATOS E RECUSAS | 84 |
| 4.1. ENTRE A LIBERDADE E A NECESSIDADE | 86 |
| 4.2. ENTRE A IGUALDADE E A EQUIVALÊNCIA | 101 |
| 4.3. DIREITO ÀS OPORTUNIDADES | 121 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 145 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 152 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- 1 FAMÍLIA ALEMÃ EM FINAL DO SÉCULO XIX (ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 2 FAMÍLIA BONN, EM APROXIMADAMENTE 1910 (ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 3 MULHER COM DUAS CRIANÇAS NO INÍCIO DO SÉCULO. (FOTÓGRAFO: ADOLPH VOLK/CASA DA MEMÓRIA)
- 4 FAMÍLIA FOGGIATO EM 1921 (CASA DA MEMÓRIA)
- 5 MARIA KLEMTZ ROSE COM OS FILHOS NA DÉCADA DE 1930 (ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 6 PROF^a JÚLIA WANDERLEY (ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 7 MARIANA COELHO (REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA CONTIDA NO LIVRO "A EVOLUÇÃO DO FEMINISMO", EM 1933)
- 8 RETRATO DE PAULA BOCKET EM 1919 (ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 9 RETRATO DE DALVA LUSTOZA EM 1927 (ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 10 MARIA AÍDA, PRIMEIRA AERONAUTA PARANAENSE EM 1909 (ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 11 BLOCO CARNAVALESCO FANTASIADO DE DOMINÓ NA DÉCADA DE 1920 (FOTO: ADOLPH VOLK/ ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 12 INSTITUTO NEO-PITAGÓRICO - HOMENAGEM À MARGARITA LOPES DE ALMEIDA (ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 13 MULHERES NO TRABALHO. INTERIOR DA FÁBRICA DE BOLACHA LUCINDA. DÉCADA DE 1920 (FOTO:ANTÔNIO LINZMEYER/ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 14 MULHERES EMPACOTANDO BOLACHAS NA FÁBRICA LUCINDA. DÉCADA DE 1920 (FOTÓGRAFO: ANTÔNIO LINZMEYER/ACERVO CASA DA MEMÓRIA)
- 15 MULHERES TRABALHANDO COM MÁQUINAS LITOGRAFICAS NA IMPRESSORA PARANAENSE. DÉCADA DE 1930. (ACERVO DA CASA DA MEMÓRIA)
- 16 MÚSICA DE J. WALDOLPH E LETRA DE ZÉ PAGODE. SE O VOTO SAE. DÉCADA DE 1920.

LISTA DE SIGLAS

- NWSA - NATIONAL WOMAN SUFFRAGE ASSOCIATION
AWSA - AMERICAN WOMAN SUFFRAGE ASSOCIATION
NAWSA - NATIONAL AMERICAN WOMAN'S SUFFRAGE ASSOCIATION
WSPU - WOMAN SOCIAL AND POLITICAL UNION
FBPF - FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

INTRODUÇÃO

"No meu tempo não havia senhora coritibana que viesse às lojas, sózinha, fazer compras a esta hora. Parece coisa insignificante, não é? Mas pode-se medir a civilização de uma terra pela liberdade de movimentos que tenham nella as mulheres. E olhem: vejam que diferença entre o porte destas senhoras agora e o ar acanhado, profundamente provinciano que ellas tinham, em geral, ha vinte ou trinta annos atraz." (Nestor Victor, 1913)¹

A figura de duas mulheres entrando em um grande estabelecimento de tecidos e armarinho atraiu o olhar atento do cronista, desvendando para ele as metamorfoses ocorridas na "pacata" Curitiba do início do século.

Essa metamorfose, resultante do processo de urbanização, do desenvolvimento dos transportes, do surgimento das primeiras fábricas, da institucionalização de um sistema comercial e creditício e da imigração - através de uma diversidade de etnias provenientes da Europa -, contribuiu para alterar a fisionomia provinciana de muitas cidades do Brasil.² Curitiba não era exceção nesse quadro de acontecimentos.

A cidade adquiria outro ar, outra imagem. Percebiam-se sutis diferenças no traje, nos gestos, no comportamento da mulher curitibana do final do século XIX e início do XX. Aos

¹ VICTOR, Nestor. **Terra do futuro: impressões do Paraná.** Rio de Janeiro : Typografia do Jornal do Commercio, 1913. p.114.

² SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920).** Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1989. p.113.

poucos, imprimia-se, na pequena Curitiba, a figura da mulher cidadina, que observava através da vitrine os últimos lançamentos da moda, freqüentava clubes e associações. Uma mulher que adquiria certa visibilidade, capaz de despertar para formas de representatividade desembaraçadas, até certo ponto, da esfera à que até então estava destinada - a esfera privada.

Se esse quadro de mudanças não atingia, à época, todas as mulheres de forma simultânea e homogênea, configuravam-se, entretanto, alterações significativas no seu ritmo de vida e na sua inserção no espaço social.

Tal fato torna-se relevante quando se considera a instauração do regime republicano, que proclama uma sociedade moderna e democrática no Brasil, assim como em vários países europeus regidos por formas representativas de governo. Era, porém, uma sociedade na qual as mulheres permaneciam ainda afastadas da esfera pública, excluídas do direito de escolher seus representantes e de se definir em lei, à qual deveriam obedecer.²

Essa exclusão das mulheres, como também da maioria da população, do processo político, em países que acreditavam na idéia da democracia formal, fundamentava-se na própria razão de ser da sociedade burguesa, conforme assinala Maria Stella BRESCIANI:

O axioma - a representação é proporcional ao imposto pago - enraíza-se nas origens do mundo burguês e do estado nacional. Ser proprietário de bens e livre das

² BRESCIANI, Maria Stella. O anjo da casa. São Paulo, [s.n.], [198?] mimeo.inédito. p.2.

mazelas do trabalho cotidiano constituíram as premissas para que um homem ascendesse à condição de cidadão e nela fosse reconhecido por seus iguais."³

Nesse contexto, todos seriam iguais perante a lei. Os ricos, porém, pela sua condição de proprietários, demonstravam estar imbuídos de uma capacidade e racionalidade ausentes nos não proprietários, ou seja, naqueles que não tinham acesso à propriedade - os pobres e as mulheres.

Essa condição fundante da sociedade moderna, refletida nas representações diferenciadas dos direitos civis e direitos políticos, embora questionada pelos revolucionários franceses e radicais ingleses no final do século XVIII, estabeleceu uma nítida divisão entre vida privada e vida pública. Tal circunstância perdurou até o século XIX, quando essa separação tornou-se menos nítida.

O interesse do presente trabalho é compreender como as mudanças do significado histórico da esfera pública e da esfera privada no mundo ocidental propiciaram a inserção da mulher no espaço público e o direito ao exercício da cidadania.

No quadro de mudanças da sociedade ocidental do século XIX e início do século XX, do qual fazem parte as novas concepções de público e privado, os movimentos de emancipação feminina exigiram redefinição do papel da mulher na vida pública. Este estudo pretende justamente identificar conexões entre os objetivos essenciais desses movimentos emancipatórios e a percepção sobre a condição feminina em Curitiba. Propõe-

³. Idem. p.2.

se, assim, a considerar temporalidades simultâneas: as transformações mais amplas que ocorreram no mundo ocidental e os caminhos percorridos pela mulher curitibana para inserir-se na esfera pública, no período compreendido entre 1890-1934.

Nesse período é que, direta ou indiretamente, as curitibanas experimentaram uma participação pública mais significativa em busca da cidadania, que só será formalmente conquistada em 1934, quando o Artigo 108 da Constituição Federal concede às mulheres o direito de voto.

Para atingir esses objetivos foi pesquisada a documentação referente ao período 1890-1934, constituída sobretudo por ensaios, artigos, notícias e crônicas de periódicos locais. Esse material, além de apontar para uma efetiva participação da mulher no espaço público, reflete sua condição enquanto presença indispensável no espaço privado.

Pode-se dizer que havia uma polêmica constantemente desenvolvida nas páginas dos periódicos curitibanos impelindo homens e mulheres ao debate e à discussão dos temas suscitados pela propagação do feminismo na Europa e nos Estados Unidos, chegando ao Brasil na passagem do século.

A utilização dos periódicos é cada vez mais recorrente nos trabalhos de historiadores que procuram desmistificar, de certa forma, a incompatibilidade entre subjetividade e ciência, apregoada pela historiografia tradicional.

Hoje, questionam-se os procedimentos e os critérios dos registros, as lacunas e os silêncios embutidos na documentação oficial. Além disso, os documentos oficiais privilegiam o público, domínio do poder, onde raramente aparecem as mulheres, decididamente excluídas dos negócios e da política.

Embora estejam presentes nas relações sociais e na vida mundana, são mencionadas na documentação como uma entidade abstrata: a mulher. Esse tipo de documentação enuncia a "fala" do outro sobre a mulher, enquanto nos periódicos tem-se a oportunidade de "ouvir" ela própria produzir um discurso sobre si mesma.

Em conformidade com essa visão, considera-se que outras fontes, principalmente para estudos sobre mulheres, oferecem maiores possibilidades de análise do que os documentos oficiais, sobretudo quando se acredita que as idéias não constituem uma instância separada das relações sociais, mas estão presentes e atuantes em todas as atividades humanas.

Tais fontes são testemunhos que, através de relatos, revelam o modo de ser, pensar e viver de uma época e de um lugar. A própria diversidade do material, crônicas, poesias, ensaios, anúncios e notícias, possibilita a comparação e a análise interpretativa.

Em Curitiba, a participação das mulheres na esfera pública era bastante significativa, mas as reivindicações por igualdade de direitos e oportunidades foram feitas por mulheres que possivelmente não representavam a maioria (até porque o acesso da população feminina às informações era restrito), mas expressavam com contundência a modernidade das suas idéias.

De forma enviesada, e quase sempre difícil, diante dos argumentos masculinos que hesitavam em dividir com as mulheres certos privilégios - a inserção no espaço público e o direito à cidadania -, propagou-se na "pacata" Curitiba o movimento feminino e feminista que então se disseminava em várias partes

do mundo, exigindo não apenas o direito à liberdade de movimentos, mas também igualdade de oportunidades.

O percurso realizado para compreender as curitibanas, perceber o modo como elas se inseriram no espaço público e conquistaram a cidadania resultou na divisão deste trabalho em quatro partes. No primeiro capítulo são apresentados os conceitos básicos - público, privado e cidadania - que serão desenvolvidos ao longo do trabalho. A abordagem dos conceitos apoiou-se em Arendt, Habermas e Sennett⁴, autores que analisaram as mudanças das noções de público e privado ocorridas em grandes períodos históricos.

O segundo capítulo apresenta um panorama da sociedade europeia do século XIX, a inserção ambígua da mulher na esfera pública e as transformações sociais e políticas que permitiram o surgimento de movimentos de emancipação feminina na Europa e nos Estados Unidos. A seguir, assinalam-se as influências das idéias feministas no Brasil e o perfil das curitibanas que aderiram a esse movimento.

O último capítulo detém-se na essência dos discursos feministas e antifeministas em Curitiba, compreendidos em relação aos conceitos abrangentes de liberdade, igualdade e oportunidades defendidos pela sociedade liberal na virada do século, e aos meios encontrados pelas curitibanas para participar efetivamente da esfera pública e da construção da cidadania.

⁴ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987; HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984; SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo : Cia. das Letras, 1989.

Desejos e ação coletivos fizeram as mulheres realizarem uma história conjunta, a despeito das distâncias espaciais e das estratégias diferenciadas, em todo o mundo. Há muitas semelhanças entre os objetivos das européias e norte-americanas, iniciadoras do movimento feminista, e brasileiras - mais especificamente curitibanas -, que nem sempre se autodenominavam feministas, mas acatavam, em grande parte, o ideal do movimento ocidental.

Dessa perspectiva, buscar compreender a história das curitibanas, seus anseios e suas buscas, seus recuos e seus enfrentamentos é lançar-se ao mesmo tempo no particular e no universal, no singular e no plural.

O que significava e o que ainda significa para as mulheres adentrar a esfera pública? Adquirir a igualdade com os homens, demarcar as diferenças entre os gêneros, descobrir-se como sujeito de sua própria história?

A história talvez não dê conta de responder a todas essas perguntas, mas, sem dúvida, para o historiador, inquieto observador do tempo, é uma tarefa instigante atualizar o passado e repensar o presente, mesmo sabendo que a sua interpretação tenta apenas ultrapassar a constante penumbra do passado.

1. A DIVISÃO DOS ESPAÇOS

Na esfera do público, que diz respeito ao mundo que compartilhamos com os Outros e que, portanto, não é propriedade privada de indivíduos e/ou do poder estatal, deve prevalecer, para se alcançar a democracia, o princípio da igualdade. (...) A igualdade resulta da organização humana. Ela é um meio de se igualizar as diferenças através das instituições. É o caso da polis, que torna os homens iguais por meios da lei - nomos. Por isso, perder o acesso à esfera do público significa perder o acesso à igualdade. (Celso Lafer, 1991)⁵

1.1. PÚBLICO E PRIVADO

A busca da compreensão do significado dos termos público e privado na atualidade levou autores contemporâneos a recorrerem ao pensamento grego, onde esses termos foram originariamente empregados.

Dentre os autores que analisaram essa vinculação entre o pensamento burguês e o pensamento clássico destacam-se Hannah ARENDT e Jürgen HABERMAS. Ambos recuperaram as noções de esfera pública e esfera privada, tal como foram elaboradas pelos pensadores gregos, no intuito de perceber o sentido que tais concepções assumiram, posteriormente, no âmbito da sociedade burguesa.

Segundo ARENDT, tanto para Platão quanto para Aristóteles a vida em comum não era o demarcador da diferença entre os homens e os animais. A convivência social da espécie

⁵ LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo : Cia. das Letras, 1991. p.152.

humana era uma limitação imposta pelas necessidades biológicas, como o era para outros animais. Somente a capacidade de organização política permitiria ao homem se desvincular da associação natural, cujo centro era constituído pela casa e pela família.⁶ Havia, dessa forma, uma divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre as esferas da *pólis* e da família e, em última instância, entre as atividades pertinentes ao mundo comum e as pertinentes às necessidades básicas da vida. Uma divisão que permeava todo o pensamento político antigo e era considerada como evidente.

O que caracterizava a esfera familiar, na sociedade antiga, era o fato de os homens viverem juntos para suprir as suas necessidades e carências e garantir a manutenção individual e a sobrevivência da espécie. Considerava-se óbvio que a manutenção individual fosse tarefa do homem e a sobrevivência da espécie, tarefa da mulher.⁷

A esfera da *pólis*, ao contrário, era a esfera da liberdade. A única relação entre essas duas esferas era que quanto mais desembaraçados fossem os indivíduos das necessidades da vida em família e das tarefas necessárias à sobrevivência, tanto maior seria a liberdade na esfera da *pólis*. Desse modo, a riqueza privada era a condição básica para um homem ingressar na vida pública. Como salienta Hannah ARENDT, "não pelo fato do seu dono estar empenhado em acumulá-la, mas, ao contrário, porque garantia com razoável certeza

⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987. p.31-46.

⁷ ARENDT, H. op.cit. p.40.

que ele não teria que prover para si mesmo os meios do uso e consumo, e estava livre para exercer a atividade política."⁸

Já no mundo moderno foram estabelecidas entre as esferas pública e privada algumas nuances, capazes de torná-las menos distinguíveis entre si.⁹ A tradição do pensamento ocidental retomou, desde o Renascimento, as idéias dos pensadores clássicos. Os pensadores do século XVII e XVIII, ao se rebelarem contra o poder absoluto do rei e contra todas as interdições que dificultavam as atividades econômicas, buscaram nas representações políticas do período clássico a legitimidade para estabelecer normas gerais e abstratas necessárias a uma nova ordenação do mundo.¹⁰

Mas, a apropriação das noções de público e privado, que manteve os significados dados na época clássica, não se fez sem reelaborações, estabelecendo-se algumas diferenças quanto aos termos originais. Embora mantidos na essência, a mudança mais evidente em relação aos significados atribuídos pelos pensadores clássicos foi a introdução, nas representações modernas, de uma esfera social.

Para HABERMAS, a atuação da esfera pública moderna em comparação com a antiga "deslocou-se das tarefas propriamente políticas de uma comunidade de cidadãos agindo em conjunto (jurisdição no plano interno, auto-afirmação perante o plano externo) para as tarefas mais propriamente civis de uma

⁸ ARENDT, H. op.cit. p.74.

⁹ Faz-se necessário dizer que os períodos históricos estão sendo tratados comparativamente, portanto, sem respeitar a cronologia dos fatos.

¹⁰ BRESCIANI. op.cit. p.4.

sociedade que debate publicamente (para garantir a troca de mercadorias)."¹¹

A função política da esfera pública burguesa passou a ser a regulamentação da sociedade civil. Nesse contexto, ocorreu uma valorização do lar doméstico e de todas aquelas questões pertinentes à vida familiar e privada que se transformaram em interesse "coletivo".

O público, na sua acepção moderna, passou a significar não somente um espaço social separado da vida íntima e familiar, mas também um espaço em que o contato com conhecidos e estranhos abrangia cada vez mais grupos diversos.

Em contrapartida, a esfera do privado, no século XVIII, não correspondia mais ao domínio da necessidade ditada pelas exigências da sobrevivência, mas representava o espaço da subjetividade, na esfera íntima da pequena família.¹² Ela deixava de possuir caráter de "privação", propriamente dito, para servir de equilíbrio entre a vida individual e a vida social - da mesma forma como o significado atribuído ao público desde o século XVII vinha sendo, gradativamente, associado a uma "região especial de sociabilidade", de modo que o próprio "sentido de quem era o 'público' e de onde se estava quando se saía 'em público' ampliou-se..."¹³

¹¹ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984. p.69.

¹² Idem. Segundo Habermas, a pequena-família é o local onde historicamente se origina a privacidade, entendida pelos modernos como o espaço de uma interioridade livre e satisfeita.

¹³ SENNET, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. São Paulo : Companhia das Letras, 1989. p.31. Nesta obra o autor analisa a história das palavras "público" e "privado" na França e na Inglaterra, assim como o

Para os cidadãos do século XVIII, "a linha divisória entre a vida pública e a vida privada constituía essencialmente um terreno onde as exigências de civilidade - encarnadas pelo comportamento público, cosmopolita - eram confrontadas com as exigências da natureza - encarnadas pela família."¹⁴ O espaço público era, pois, compreendido como sinônimo de civilidade, enquanto o espaço privado (familiar) dizia respeito ao mundo natural.

O equilíbrio entre essas esferas, contudo, realizava-se sob tensões, na medida em que os cidadãos não queriam abdicar de nenhuma delas. Tudo aquilo que correspondia à vida privada (paternidade, maternidade, expressão de sentimentos) era encarado como potencialidades humanas, enquanto a vida pública era o lugar em que se realizavam as criações humanas. Havia, portanto, uma distinção básica entre o mundo natural, comum a todos, no qual se podia usufruir da vida familiar e sentimental, e o mundo cultural, ditado por realizações que definiam o homem como um ser social.

No século XIX, sob a égide do capitalismo industrial, ocorreu um conjunto de transformações econômicas e sociais que tornaram as fronteiras entre o público e o privado menos dicotomizadas. O crescimento urbano, o estabelecimento de uma economia de mercado e a competitividade exigiam novas formas

aparecimento no século XVIII, de uma região de sociabilidade que se manifesta nas pequenas cidades, através de aparições em teatros e cafés, e mais tarde também nos bares, avenidas e parques. Grupos da elite (burgueses) formavam um público-platéia, cujas maneiras tentavam disfarçar suas origens, não por vergonha, mas para facilitar o intercâmbio na corte.

¹⁴ Idem. p.33.

de relações sociais, onde os indivíduos podiam tão rapidamente subir como descer na escala social.

À insegurança engendrada pelo aparecimento dessas novas atividades econômicas e redistribuição do poder político, aliava-se a secularidade, que rompia gradualmente com a crença religiosa, sobretudo com os padrões morais do puritanismo, apoiados na abstinência, moderação e contenção.

Permaneciam ainda certas noções, como a que vinculava o espírito à busca de coisas mais elevadas, não remuneradas, mas para a sociedade burguesa já não se dissociava o sucesso material do espiritual - um era a base necessária para o outro.¹⁵

Por outro lado, a estabilidade da esfera pública, que representava o bem comum e o corpo político no século XVIII tornava-se, na fase inicial do capitalismo industrial, um terreno movediço. Sob as novas condições materiais, verificadas pelas alterações na produção e nos preços, diversos segmentos sociais adquiriam aparência semelhante. Um pequeno burguês podia aparentar, através de suas roupas, por exemplo, semelhanças com um aristocrata, de modo que as marcas públicas perdiam aos poucos suas formas distintivas.¹⁶

Contra essa indiferenciação, facilitada pela produção e distribuição de mercadorias em massa e uma vida urbana que propiciava a expansão das relações com estranhos, a sociedade do século XIX passou a considerar a esfera pública moralmente

¹⁵ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 4ª ed. 1982. p.243.

¹⁶ SENNETT, R. op.cit. p.30-40.

inferior, porque nela as relações interpessoais já não eram mais hierárquicas e distintivas.

A família, então, veio representar não só um lugar em separado da região pública, mas um refúgio contra a impessoalidade da esfera pública; o lugar onde a autoridade e a ordem eram incontestáveis e a privacidade dos indivíduos estava garantida.

Mas, ao mesmo tempo em que a esfera pública deixou de ser uma esfera moralmente legítima, acreditava-se que "em público" poder-se-ia viver sensações e situações de modo algum experimentadas em outra esfera. Unia-se, assim, de uma forma inusitada, o legado do Antigo Regime, baseado na centralização do poder e no controle estatal e clerical sobre a vida pública e privada, aos interesses privatizadores do capitalismo industrial. Na esfera pública podia-se transgredir as leis da respeitabilidade; a esfera privada garantia, porém, paradoxalmente, que essa respeitabilidade fosse assegurada.

Para manter essa divisão entre as duas esferas contribuíram as representações diferenciadas dos papéis masculinos e femininos na esfera pública. Para as mulheres do século XIX, o público era o lugar onde se corria o risco de perder a virtude; público e desgraça estavam, assim, associados.

No que tocava aos homens, sair em público tinha um sentido inverso. Era a oportunidade de se despojar das características repressivas e autoritárias de respeitabilidade que se impunham à sua pessoa, quando no papel de marido e pai, no lar. O público, portanto, considerado uma desgraça para as

mulheres, que nele podiam cair em perdição, era, para os homens, sinal de liberdade.

Estava presente nesse tipo de representação, demarcado pela divisão público/masculino e privado/feminino, a necessidade do homem moderno de buscar o equilíbrio entre as duas ordens. Seu contato com os estranhos e com situações impessoais dava-se no campo das aparências, onde os sentimentos deveriam ser resguardados ou então "desprivatizados" para se tornarem públicos. O espaço privado, nessa nova ordenação do mundo, deixava de ser o lugar da "privação", tornando-se muito mais um espaço de "proteção", onde o indivíduo, entre amigos e familiares, distanciava-se dos imprevistos e da impessoalidade da vida mundana.

O aspecto mais relevante desse tipo de sociedade que se formou na era moderna e que, em certo sentido, perdura até hoje, foi a substituição da ação pelo comportamento; nessa nova forma, os indivíduos devem proceder de acordo com padrões sociais, que estabelecem relações normatizadoras, em que se espera de cada um o saber comportar-se; desse modo, "a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que a distinção e a diferença reduziram-se a questões privadas do indivíduo."¹⁷

Essa igualdade moderna, que só se realizou porque o comportamento substituiu a ação, difere amplamente da igualdade dos tempos antigos. No lugar do conformismo, inerente à sociedade moderna, o indivíduo, na *pólis*, devia

¹⁷ ARENDT, op.cit. p.51.

distinguir-se dos outros, demonstrar através de feitos e realizações que era o melhor de todos. Ou seja, a esfera pública era reservada à individualidade, onde os cidadãos podiam demonstrar quem realmente eram. A igualdade não abrangia toda a sociedade, mas, ao contrário da época moderna, a igualdade entre os pares se realizava efetivamente na esfera política.

Embora sejam diversas as conseqüências do fenômeno em que a esfera social cedeu lugar ou transferiu-se para a esfera do íntimo e do privado, permaneceu válida, nas representações modernas, uma distinção básica: esfera pública, o antigo domínio da *pólis*, como lugar dos homens livres - aqueles que, pela condição de proprietários, contavam com uma renda assegurada pelo trabalho de outros; o domínio privado, como espaço dos que estavam presos ao reino da necessidade, justamente por serem destituídos de qualquer outra propriedade, além do próprio corpo.

Essa dicotomização das esferas pública e privada, baseada na oposição entre masculino e feminino, cultura e natureza, liberdade e necessidade, perdura até hoje na sociedade ocidental. A diferença entre a concepção clássica e a moderna é que nesta as oposições engendradas pela divisão entre público e privado tornaram-se menos demarcadas, na medida em que o público deixou de corresponder unicamente ao espaço político e o privado perdeu seu caráter essencial de privação.

Ainda assim, a parcial eliminação das fronteiras que separavam o público do privado, na representação da sociedade moderna, particularmente na sua fase constitutiva, manteve a

exclusão das mulheres, impedindo-as de serem admitidas como indivíduos na esfera pública e na cidadania.

1.2. PÚBLICO E CIDADANIA

A noção de cidadania está estreitamente ligada à noção de esferas pública e privada, na medida em que ser cidadão é exercer suas obrigações e defender seus direitos na vida particular e no âmbito das coisas em comum.

O uso do termo é recente, embora a noção de cidadania remeta ao tempo da *pólis* grega. A *pólis* era composta de homens livres que exerciam a democracia direta através do debate político. O surgimento das cidades acentuou a necessidade de os homens exercerem seus direitos e deveres, cabendo, aos homens livres, a responsabilidade jurídica e administrativa de gerir os negócios públicos.

Viver numa relação de iguais significava na *pólis* grega, no âmbito da esfera pública, praticar o exercício da palavra e da persuasão, sem violência. A democracia grega, porém, era restrita aos homens livres; mulheres, escravos e crianças dela não faziam parte.

Séculos mais tarde, entre o período que vai do século V ao século XIII, a formação da sociedade feudal baseada na propriedade rural destituiu os indivíduos do interesse pela coisa comum. "O conceito medieval de 'bem comum', longe de indicar a existência de uma esfera política, reconhecia apenas que os indivíduos privados tinham interesses materiais e espirituais em comum, e só podiam conservar sua privacidade e

cuidar de seus próprios negócios quando um deles se encarregasse de zelar por esses interesses comuns."¹⁸

Somente a partir do século XV, com o ressurgimento dos núcleos urbanos e com a expansão comercial, o conflito acentuado entre o poder feudal e a ascensão da burguesia trouxe à tona novamente a importância da cidadania. O momento crucial em que foi detectada a necessidade de mudanças sociais e políticas ocorreu no período das revoluções burguesas, particularmente na Revolução Francesa.

No lugar de normas difusas e indiscriminadas da sociedade feudal, e da arbitrariedade do regime monárquico, anunciou-se nas Cartas Constitucionais uma relação jurídica centralizada - o Estado de Direito. De acordo com este, todos os homens passavam a ser considerados iguais, eliminando-se, pelo menos perante a lei, toda e qualquer desigualdade, sem discriminação de sexo, raça e cor.¹⁹

Estabelecidas as constituições em países da Europa e da América do Norte, assegurava-se o limite do poder dos governantes e retomava-se a idéia original grega de um instrumento não violento para a segurança dos cidadãos, que não poderiam ser tratados arbitrariamente; os homens, para

¹⁸ ARENDT, op.cit.p.44; MARSHAL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro : Zahar. p.63-75, também aponta para o fato de que a participação nos negócios públicos, nesse período, era mais um dever do que um direito e o acesso aos direitos sociais, principalmente, dependia do *status* - marca distintiva de classe, baseada na desigualdade. Portanto, não cabia dentro do referencial da Idade Média nenhum princípio sobre a igualdade dos cidadãos.

¹⁹ Este fundamento, proclamado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi anteriormente inscrito nas Cartas de Direito da Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776, e reorganizado e ratificado após a Segunda Guerra Mundial pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1848.

viver em sociedade como cidadãos, precisariam partilhar normas ditadas por eles mesmos para conviver e se defender uns dos outros. Assim é que a constituição violada significaria incidir na tirania e no arbítrio de quem tivesse poder político e econômico.²⁰

Entretanto, é preciso considerar no período das revoluções burguesas o caráter ambíguo da noção de cidadania. A proposta igualitária da Revolução Francesa, ainda que somente em relação à lei, significou um rompimento profundo com o direito pelo nascimento, característico da sociedade feudal. Nesta sociedade, os homens, servos e camponeses, não tinham escolha sobre o seu destino. Estavam sujeitos à vontade de um Estado despótico que decidia tanto pelo seu valor, quanto pelo seu direito à vida. Sob o Estado monárquico, camponeses e trabalhadores já desfrutavam de certa liberdade de locomoção e alguma autoridade sobre as suas próprias vidas, mas eram ainda submetidos aos desejos do monarca e não tinham como defender a sua segurança pessoal. Com o surgimento do Estado liberal burguês, instaurando o Estado de Direito, todo esse conjunto de violências impostas aos indivíduos mudou.²¹

A construção da cidadania no âmbito dessa nova forma de produzir e viver, desencadeada pelas revoluções burguesas, abandonava a racionalidade clerical por uma outra racionalidade, baseada na realidade objetiva das instituições.

²⁰ MARSHALL, T.H. op.cit. p.68-70, define o século XVIII como o período de formação dos direitos civis, em que a tônica da cidadania era a liberdade; o que não conferia aos cidadãos, necessariamente, um direito, mas reconhecia uma capacidade.

²¹ Ver análise de MARSHAL, T.H. op.cit. p.68-70.

Apesar de ter sido longa e complexa a transformação do poder da Igreja para o poder do Estado, essa nova racionalidade propiciou a retomada da idéia de cidadania surgida com os gregos. Isso aconteceu porque a concepção de direitos humanos contida na luta da burguesia contra o regime feudal constituiu-se, de fato, de modo diferente ao conteúdo posterior das cartas constitucionais.

Os grupos sociais que formaram a burguesia concebiam os direitos humanos extensivos a proprietários e não proprietários. No entanto, deixando de ser revolucionária para se tornar o grupo dominante no poder, a burguesia vinculou direitos humanos somente àqueles que tinham propriedade.

Não faltaram representantes das idéias liberais para justificar essa contradição do Estado de Direito. O próprio conceito de propriedade privada, ensejado por Locke²², partia da afirmação de que todos tinham a propriedade no próprio corpo. Aos poucos, porém, essa afirmação foi sendo desmontada, na medida em que caminhou para uma definição de quem é cidadão e não cidadão, chegando-se à conclusão de que quem tem direito à propriedade são os mais capazes e racionais.²³ Ou seja, impõe-se a noção de cidadania nos termos clássicos: cidadão é quem tem liberdade e propriedade.

Ao contrário dessa visão em que a construção da cidadania assenta-se na desigualdade, ganhou força, no século

²² LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo : Ibrasa - Instituto Brasileiro de Difusão Cultural S.A. 1963.

²³ Idem. p.19-33.

XVIII, na França, às vésperas da elaboração da Constituição de 1791, a visão rousseauniana do contrato social, em que a liberdade natural dos indivíduos é substituída pela liberdade social. A partir do contrato social, delinea-se a pessoa pública que perde a liberdade natural e o direito ilimitado a tudo. Mas, em troca, ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.

A diferença, para Rosseau, entre a liberdade natural e a liberdade civil está em que a primeira só conhece limites na força do indivíduo, enquanto a segunda é limitada pela vontade geral e, por isso, garante a propriedade. No entender do filósofo, só seria possível propriedade na sociedade organizada, se submetida ao Estado, mesmo quando atribuída e garantida aos particulares. Na liberdade natural só existia a posse, obtida pela força.²⁴

Assim, através do pacto social, foi dada existência e vida ao corpo político (vinculado ao aspecto econômico) e somente desse corpo poderia emanar a legislação vital para a conservação da vontade geral.

Demonstrava-se clara, nesse pensamento, a necessidade de uma esfera desvinculada das vontades individuais, em que fossem substituídas todas as formas de atuação arbitrária em favor do bem comum. A cidadania seria então a expressão máxima de como deveriam se comportar os indivíduos no âmbito público. Desse modo, a lei garantida pelo Estado de Direito apresentava-se, para Rousseau, como a prevenção contra a tirania e a violência.

²⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. In: Os Pensadores. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

A explicação para a dominação por grupos da burguesia tornou a cidadania passível de duas representações: uma de caráter universal, em que os direitos ideologicamente se estendem a todos os cidadãos; e outra que visa à dominação e vincula-se à propriedade. Na carta constitucional de 1791, na França, foi a segunda que prevaleceu em meio a concepções divergentes que elaboraram as questões básicas a serem tratadas.

É interessante observar que a burguesia, ao mesmo tempo em que negou a concepção básica da visão do mundo feudal, colocou em seu lugar o direito à propriedade, ainda que encoberto pela teoria de um Estado natural, em que todos os homens nascem livres e iguais.

A cidadania, como se pode perceber pelas noções que lhe são conferidas historicamente, não é algo dado, mas construído, garantido somente quando em perpétuo exercício. Em cada época, estabelecem-se desejos e limites necessários para manter o equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade.

No entanto, a garantia fundamental para o exercício da cidadania, ainda que com sentidos próprios na antiguidade e na modernidade, é o direito à vida pública - o direito à palavra e à ação -, pois aquele que se vê limitado à esfera privada é espoliado de direitos, que só existem em função da pluralidade dos homens, ou seja, dos acordos tácitos que os membros de uma comunidade fazem uns com os outros.²⁵

²⁵ LAFER, C. op.cit. p.152-3, em reflexão sobre o pensamento de H. Arendt de que é através da política que se institui a pluralidade humana e um mundo comum.

Em última instância, a cidadania é a ponte que liga a esfera privada à esfera pública, colocando questões do indivíduo e da sociedade, revelando a tensão entre interesses individuais e coletivos. Não implica somente regulamentação jurídica, mas garante um fundamento - o direito a ter direitos. Sobretudo, a cidadania consiste em manter aceso o diálogo entre os desígnios da lei e as práticas sociais para que resultem em contribuições recíprocas capazes de diminuir ou eliminar suas distinções.

Embora as representações da cidadania encerrem limites e contradições entre a teoria e a prática, entre a lei e o fato, é a partir dos seus pressupostos básicos, das coisas ditas e das lacunas, que mulheres, excluídas do direito de serem cidadãs, irão lutar pela sua inserção na esfera pública.

2. MULHERES CIDADÃS

Ah! eu desejaria fazer guerra a este mundo para lhe renovar e destruir as leis e os usos. Não me feriu ele em todas as minhas idéias, em todas as minhas fibras, em todos os meus sentimentos, em todos os meus desejos, em todas as minhas esperanças, no futuro, no presente, no passado? (Júlia, personagem de Balzac)¹

Na *pólis* grega, conforme já se assinalou, a esfera pública era essencialmente a esfera da política, para a qual eram eleitos apenas os homens livres. Escravos e mulheres não podiam estar entre aqueles que se dedicavam à vida ativa, à ação e ao discurso.

Séculos se passaram e formas de governar se impuseram, persistindo, porém, a histórica exclusão das mulheres do espaço público. O poder político continuou sendo apanágio dos homens - e dos homens viris, ainda que fossem reconhecidos certos "poderes" da mulher, equivalentes a "influências difusas e periféricas"², nas artimanhas da política e nos interesses do Estado.

Não faltam na história representações sobre o poder feminino. Destituídas do poder político, as mulheres imperam soberanas no imaginário masculino. Da sedução da eterna Eva à Virgem Maria, elas engendram mitos contrários e contraditórios: são força misteriosa da natureza, poder das

¹ BALZAC, Honoré de . **A mulher de trinta anos**. São Paulo : Globo editora, [s/d.] p.111.

² PERROT, Michelet. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. p.167.

trevas, fonte de vida, perdição do homem.³ Ao mesmo tempo irracionais e tolas, belas e fingidas, sábias e compreensivas, frágeis e perigosas. Instigadoras de guerras medievais e conselheiras de impérios, provocam conspirações e desarmam os inimigos.⁴

Restritas aos recônditos do espaço privado, no entanto, a situação vivida pelas mulheres na sociedade européia do século XVIII e XIX não diferia muito de sua situação na sociedade greco-romana ou Idade Média, desde que se considerem as distâncias espaciais e temporais, os problemas e imprevistos colocados pelo devir histórico.

A diferença é que a sociedade européia oitocentista dicotomizou os papéis femininos e masculinos, que viriam a ser ainda mais demarcados no período pós-revolucionário e no percurso do século XIX.

O caráter "natural" dos sexos, expresso nas ideologias políticas e religiosas, foi confirmado pelos costumes e regulamentado pelas normas sociais. Ao homem eram destinados os assuntos do Estado, da ciência e do trabalho, tudo aquilo que dizia respeito à sua luta com o mundo, à confirmação da racionalidade inerente ao seu gênero, ao desafio dos seus limites (expressão da virilidade), e à busca das

³ Sobre mitos e representações femininas na história, ver BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980, 3ª parte, cap. I, II e III; DELUMEAU, Jean. **O medo no ocidente**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, 2ª parte, cap.10.

⁴ Ver a respeito da "influência" das mulheres na vida pública da Idade Média o livro de DUBY, Georges. **O cavaleiro, a mulher e o padre**. Lisboa : Dom Quixote, 1981; e no século XVII, o Ensaio de Thomas, L.A. sobre o caráter, os costumes e o espírito das mulheres. In: **O que é uma mulher?** Prefaciado por BADINTER, Elisabeth. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1991. p.36-116.

transcendências. Cabia à mulher, como parte da natureza, presa à matéria, a instituição da moral no seio familiar, a criação dos filhos para exercer a chefia e das filhas, para esposas. À mulher destinava-se o exercício da virtude, da paciência e da discrição.

Contudo, os papéis destinados ao homem e à mulher, principalmente no núcleo familiar e perante a lei, apresentavam algumas controvérsias, no século XVIII: ao mesmo tempo em que cabia à mulher atender à casa e zelar pela educação moral dos filhos, a organização familiar permanecia submetida à autoridade paterna.

A ambigüidade feminina é perigosa, dizia Kant. Presa ao mundo dos instintos, a mulher poderia ser o centro da casa, mas também sua ameaça. "Basta que ela escape para logo se tornar uma rebelde e uma revolucionária."⁵ Daí a necessidade do comando masculino na esfera doméstica e a própria ambigüidade do estatuto jurídico em relação à mulher: como indivíduo, ela pertencia ao direito pessoal, mas, como membro da família, pertencia ao direito conjugal.⁶

O código civil assim contemplava o modelo de mulher desejado no século XVIII: não podia ser testemunha nos tribunais; estava sujeita à autoridade do marido no lar e do pai na família; se casada, não era considerada um indivíduo responsável - bem mais o era a mulher solteira ou viúva; adúltera, poderia ser passível da pena de morte, ao contrário

⁵ KANT, Emanuel. apud PERROT, Michelle. (Org.). **História da vida privada 4: da Revolução à Primeira Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.95.

⁶ op.cit. p.95.

do marido que não recebia punição pela mesma culpa; seu salário de trabalhadora era pago ao cônjuge.

Sob o liberalismo político do século XIX, as mulheres avançaram em relação a alguns direitos civis; permaneceram, porém, numa posição de inferioridade em relação aos homens, já que no universo familiar da sociedade burguesa prevaleceu uma hierarquia de dependência pessoal; o pai dirigia soberanamente o lar, a mulher - mãe e esposa - exercia a tarefa de atender, agradar, educar e cuidar de todas as pessoas da casa. Subordinados apenas indiretamente a ela, estavam os criados, que executavam as ordens.⁷

Manter cristalizada essa instituição fundamental - a família -, quando ao mesmo tempo se defendia uma economia baseada na obtenção do lucro, na competitividade, no esforço individual, na igualdade de direitos, oportunidades e liberdade, refletia uma contradição básica da sociedade burguesa.

Segundo HOBSEBAWM, a própria desigualdade essencial do capitalismo talvez tenha alimentado esse contraponto de dependência na família burguesa, "precisamente porque não era baseada em desigualdades coletivas, institucionalizadas e tradicionais, a dependência precisava ser uma relação

⁷ Segundo HOBSEBAWM, cada vez mais, as mulheres assumiam a função de criadas. Entre 1841 e 1881, o número de homens que exerciam o trabalho doméstico caiu de 20% para 12%. Além disso, a posição da empregada doméstica não era igual à de qualquer outro trabalhador, na medida em que se estabelecia uma relação mais pessoal e de dependência total com a família. Dentro dessas relações, não cabiam os interesses individuais, voltados para a ascensão social e para o enriquecimento. Ver mais detalhes em HOBSEBAWM, Eric. **A era do capital(1848-1875)** Rio de Janeiro : Paz e Terra,1988a. p.249.

individual."⁸ Assim, o que era incerto na vida pública tinha garantia de permanência na vida privada.

De qualquer modo, embora houvesse a existência e o reforço do "tipo-ideal" da família burguesa, onde a subordinação econômica e social da mulher era um fato, sabe-se que nos meios operários e populares urbanos havia menos sujeição financeira, sendo a mulher considerada a "ministra das finanças". Muitas vezes, o salário do marido era entregue a ela para que fosse empregado de acordo com a receita doméstica. Era também comum a mulher assumir responsabilidade pelo ganho complementar ao salário do marido, através dos trabalhos nas fábricas ou em outras atividades remuneradas.

Mas, embora a realidade desmentisse, de alguma forma, a idealização do modelo familiar burguês, a influência e o poder de decisão do pai sobre os assuntos domésticos, ao nível dos direitos civis e políticos e dos assuntos públicos, a atuação masculina, sem dúvida, foi soberana.

Todavia, o recolhimento da mulher à esfera privada e o fato de os direitos civis e políticos terem sido conquistados gradativamente por todos os homens adultos da sociedade (e não pelas mulheres) motivaram contestação e repúdio a partir do século XVIII.

2.1. O PAPEL DAS REVOLUÇÕES

Pode-se dizer, sem exageros, que as primeiras correntes predispostas a pensar a questão feminina, não como destino

⁸ HOBSBAWM, Eric. op.cit, 1988a. p.250.

biológico, mas como condição social, surgiram no bojo das transformações ocorridas sob os signos da Igualdade, Fraternidade e Justiça.

A condição feminina, vivida pelas diferentes gradações de classes e *status* numa sociedade fundada por homens, somente ousou trilhar um caminho próprio quando da ampla reformulação política, jurídica e social após a onda revolucionária do final do século XVIII.

Basicamente, o que caracterizou as Revoluções do século XVIII foi a idéia da liberdade associada à experiência de um novo começo.⁹ Mesmo sendo distintas, as Revoluções Americana e Francesa na Europa coincidiram sobre o significado de liberdade: entendia-se por liberdade a participação dos indivíduos nas coisas públicas ou sua admissão no mundo político.

Desse ponto de vista, liberdade não significava a mesma coisa que libertação. Estar livre da opressão, de constrangimentos e ter o poder de locomoção expressava certamente uma condição de liberdade. Mas, o desejo de ser livre da opressão poderia ser feito sob um regime monárquico, desde que não fosse despótico ou tirano. No entanto, nesse momento, a liberdade necessitava de uma forma nova, ou melhor, da redescoberta de uma forma de governo: a república.

Essa experiência de ser livre, reivindicada na sociedade moderna, só fora experimentada antes, em toda a história do mundo ocidental, na antiguidade greco-romana. Na interpretação de ARENDT "essas duas coisas juntas - uma nova

⁹ ARENDT, H. **Da revolução**. São Paulo : Ática, 1990. p.23.

experiência que revelava a capacidade do homem para a novidade - estão na base do enorme pathos que encontramos tanto na Revolução Americana como na Francesa."¹⁰

A revalorização, no âmbito político, da palavra e da persuasão, no lugar da violência, e do livre arbítrio de quem tinha poder político e econômico, perfazia a diferença entre a busca de liberdade e os movimentos de libertação acontecidos anteriormente na história.

Nesse quadro das mudanças mais profundas que marcaram a história da Europa Ocidental do final do século XVIII, a noção de liberdade, junto ao entendimento da opressão secular que recaía sobre as mulheres, faria surgir futuramente o movimento denominado feminismo.

Tal movimento não era ainda uma ação organizada que objetivasse mudar a situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações a que ela estava sujeita. Porém, nos anos agitados que precederam a Constituição de 1791 na França, sob os pressupostos da razão, alguns intelectuais de ambos os sexos e pequena parte da população feminina dos centros urbanos estimularam os primeiros movimentos de emancipação das mulheres.

Numa atitude corajosa e ousada, Olympe de Gouges (1748-1793) propôs à Assembléia Constituinte a aprovação da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Esta declaração atribuía às mulheres e aos homens os mesmos direitos e demonstrava as limitações contidas na Declaração dos Direitos do Homem em relação à situação da mulher na França.

¹⁰ ARENDT, H. *idem.* p.27.

Olympe de Gouges representava um exemplo da luta pela emancipação das mulheres. Alfabetizara-se sozinha aos 32 anos, escrevia obras para teatro e dentre as suas reivindicações constavam o direito de voto, o direito ao exercício de uma profissão e o reconhecimento pela lei e pelo Estado das uniões de fato. Sua proposta à Assembléia, porém, não foi aceita, e, como se isso não bastasse, foi guilhotinada a sete de novembro de 1793, "sob a acusação de ter querido ser homem e ter esquecido as virtudes próprias ao seu sexo."¹¹

Quase simultaneamente, foi publicado na Inglaterra o livro de Mary Wollstonecraft, intitulado "Vindication of the Rights of Women" (1792). Traduzido logo depois para o francês e o alemão, esse livro tratava das aspirações de uma certa parcela das mulheres inglesas. A autora reivindicava o acesso das mulheres às mesmas escolas em que os homens estudavam e culpava a educação pelas distorções da personalidade feminina - uma idéia extremamente revolucionária para a época e que causou grande polêmica.

Contudo, essa publicação não desencadeou nenhum movimento organizado visando elevar a posição da mulher na família e na sociedade. A reforma eleitoral de 1832, que amplia a democratização do sistema de voto e de representação política ingleses, não seria suficiente para induzir as mulheres à organização de movimentos que possibilitassem alguma alteração do seu papel social.

Ainda que tenha sido instigante o papel das Revoluções Americana e Francesa, no sentido de provocar inquietações

¹¹ GOLDENBERG, Miriam; TOSCANO, M. **A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro : Revan, 1992. op cit. p.18.

entre aqueles que apregoavam a liberdade e, ao mesmo tempo, excluía dela metade da humanidade, as mulheres teriam mais um século de complicados e conturbados caminhos a percorrer para obter o acesso ao espaço público e serem consideradas cidadãs.

2.2. O SÉCULO LIBERAL

Embora se procurasse reforçar, no século XIX, a diferença entre os sexos, demarcando as fronteiras entre o público e o privado, a ascendência de uma esfera social não correspondente à esfera política tornou necessariamente possível a "visibilidade" das mulheres.

Através das próprias modificações desencadeadas pelo triunfo da burguesia (discussão dos papéis sexuais, reformulação das leis, novas relações de trabalho), alterava-se, aos poucos, o status social da mulher.

Contraopondo-se a algumas dessas mudanças, exaltava-se o poder civilizador da mulher e a grandiosidade da função materna, não só por transformar o lar num refúgio aconchegante contra o mundo competitivo dos negócios públicos, mas por seu papel como mãe, responsável pela educação dos filhos - futuro da nação.

Aliás, a atribuição dessa responsabilidade social facilitou às mulheres de camadas média e superior um contato progressivo com a leitura. As noções básicas de filosofia, história e literatura deram-lhe, então, a oportunidade de lançar alguma luz sobre a sua própria condição.

Na economia pré-industrial, o local da casa e da produção era o mesmo e toda a família participava. As etapas sucessivas da industrialização não apenas separaram o local da casa do local de trabalho, como excluíram a mulher, em larga medida, da economia reconhecidamente pública, ou seja, do trabalho remunerado.¹²

Mas, as transformações econômicas e sociais ocorridas na Europa do século XIX, ao mesmo tempo que excluía as mulheres do espaço público político, já não podiam evitar sua crescente participação no mundo do trabalho.

Para as mulheres de camadas média e alta era possível viver apenas do rendimento masculino, restringindo a sua ação ao âmbito doméstico. As de camada média, responsabilizavam-se apenas por algumas das tarefas domésticas, transferindo a maior parte desses encargos para os criados, em sua maioria mulheres. Sua principal função era a de educadoras e apaziguadoras do lar. Já as mulheres de camada superior, que não se encarregavam de nenhum trabalho doméstico, tinham como principal função, quando casadas, expressar, através da vida social e do ócio, a posição econômica do marido.¹³

Outras, pertencentes a camadas sociais menos privilegiadas, jovens, solteiras ou desprovidas da presença masculina para garantir-lhes o sustento (viuvez ou orfandade), viam-se compelidas ao mundo do trabalho. Sob a condição de

¹² HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988b. p.278.

¹³ YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalho feminino: discursos e realidades**. In: FREITAG, Barbara e PINHEIRO, Maria F.(Orgs.). **Marx morreu: viva Marx!**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993. p.151.

trabalhadoras, experimentavam a "visibilidade", cruzando com homens nas ruas a caminho do trabalho e, gradativamente, dividindo com eles tarefas profissionais nas fábricas e no comércio.

Essas que tiveram de pertencer ao mundo do trabalho executavam serviços, em sua maioria, qualitativa e quantitativamente inferiores aos dos homens. Tornaram-se operárias, lavadeiras, lixeiras, escriturárias e, mais tarde, professoras e enfermeiras.

Mas, sem dúvida, as principais mudanças causadas pela Revolução Industrial ocorreram para aquelas mulheres que atuavam nos setores de trabalho feminino tradicional, tais como as camponesas e as que realizavam trabalhos a domicílio, posto que não foram inseridas publicamente nas novas relações de trabalho.

A "visibilidade" feminina nas ruas e a tímida mas crescente inserção da mulher no espaço público não vieram, porém, acompanhadas da sua maioria perante a lei. As mulheres continuaram destituídas de quase todos os direitos civis e políticos, permanecendo, portanto, alheias aos assuntos públicos.

Para todas elas, de diferentes classes sociais e *status*, apregoava-se, através dos discursos filosóficos e governamentais, a eterna missão do lar. Porém, nem todas podiam sobreviver do trabalho remunerado dos maridos ou pais. Em contrapartida, o trabalho feminino remunerado, fora do lar, com o avanço da industrialização, tornara-se raro e mal pago.

A oposição ao trabalho feminino remunerado era, além disso, sustentada também pelos homens proletários, que temiam

a competição com as mulheres, principalmente em termos salariais. Nesse sentido, apesar de tais homens serem igualmente excluídos das vantagens provenientes do liberalismo econômico, compartilhavam da noção burguesa de que, voltando-se para o trabalho, a mulher estava "abandonando" os filhos e as suas "obrigações" domésticas.

Procurava-se demonstrar como óbvio que o mundo do trabalho não era o melhor destino para as mulheres de todas as classes e, sim, o matrimônio e a constituição da família. Do trabalho deviam se valer apenas as mulheres solteiras e pobres. As mulheres de camadas médias - crescentemente atuantes no setor de serviços - deveriam encarar tais atividades apenas como uma fase passageira de suas vidas.

De um modo geral, independente de o desenvolvimento da industrialização na Europa e em outros países ter apresentado particularidades e graus distintos, exigindo mais ou menos a participação das mulheres, a história do século XIX teria pouco a dizer sobre as mulheres. Tal lacuna aconteceria, certamente, não fosse o simultâneo aparecimento de movimentos femininos, em diversos países, empenhados, naquele momento, em obter a participação das mulheres nas campanhas sufragistas.

2.3. OS PROGRAMAS EMANCIPATÓRIOS

Reivindicando a igualdade de direitos civis e políticos, acesso à educação superior e melhores oportunidades profissionais, os movimentos feministas, em sua maioria, em

diversos países, eram constituídos por mulheres de camadas média e superior.

Esses movimentos foram organizados por uma minoria, não recebendo a adesão da maior parte das mulheres, sobretudo porque voto feminino, acesso à educação superior, direito à propriedade, entre outras reivindicações, surgiram de mulheres identificadas com a burguesia e com o liberalismo econômico.

As mulheres pertencentes aos setores sociais menos privilegiados estavam envolvidas com os problemas da sua realidade, lutando para vencer incapacidades mais urgentes do que o direito de voto, por exemplo. Além disso, não foram somente limitações econômicas e sociais, mas também culturais, que impediram a expansão do movimento feminino da camada média ocidental.

A proposta de emancipação feminina, isto é, o reconhecimento das mulheres como pessoas que deveriam ser tratadas em condições de igualdade com os homens na esfera pública - do ponto de vista legal e político, sem discriminação de sexo - demandava uma alteração radical do comportamento social, no qual a maioria das mulheres provavelmente não vislumbrava vantagens. Afinal de contas, as mulheres do século XIX haviam conquistado, ou lhes foi concedido, uma esfera feminina não inteiramente destituída de privilégios.

No interior da casa, desempenhavam funções absolutamente necessárias e eram as verdadeiras perpetuadoras dos valores culturais e morais da família; influenciavam a difusão dos gostos da moda, controlavam o orçamento doméstico e, como se sabe através dos registros da época, muitas

manipulavam os seus homens e exerciam suas "influências" sobre assuntos públicos.

Dessa forma, como sugere HOBBSAWM, tais mulheres, com o passar das gerações, teriam aprendido a "aproveitar o sistema", utilizando seus poderes difusos para realizar suas vontades, de modo que os movimentos de emancipação feminina não as sensibilizaram suficientemente, a ponto de neles se engajarem.¹⁴

Todavia, a tônica do movimento feminista do século passado, procurando mobilizar as mulheres para a mudança, incidia sobre o argumento de que, embora as classes sociais diferenciasssem as experiências das mulheres, era possível falar em uma condição feminina.

Daí que o termo "pária" passou a ser utilizado no século XIX pelas feministas, para compreenderem a sua própria opressão e explicar a sua revolta. O termo, usado para designar aquele que ocupa o último escalão nas castas indianas, ou que está fora dela, remete à exclusão e servidão. "Entre as mulheres, entretanto, a exterioridade presente na metáfora pária, o fato de estarem 'fora de', designa mais do que uma situação objetiva de exclusão legal: ela diz respeito igualmente à impossibilidade de pertencer de forma integral à comunidade (religiosa, étnica, social ou intelectual) à qual pertence."¹⁵

Estava implícito nos programas feministas europeus e americanos que a inclusão das mulheres no espaço público,

¹⁴ HOBBSAWM, E. idem. 1988b. p.294.

¹⁵ VARIKAS, Eleni. **Pária: uma metáfora da exclusão das mulheres.** In: BRESCIANI, M^a Stella (Org). **A mulher no espaço público.** São Paulo : ANPUH/MarcoZero, vol.9, nº18, ago. 1989/set. 1989. p.26.

através dos direitos políticos, não significava necessariamente liberdade e autonomia; além de superar preconceitos e juízos de ordem moral e jurídica, as mulheres engajadas nos movimentos desejavam redefinir a sua participação na sociedade.

Aliás, esse é um dos aspectos que contribuiu para dividir as mulheres empenhadas nas campanhas de emancipação, pois, junto à definição da participação feminina na sociedade, incluía-se o questionamento de homens e mulheres sobre a sociedade que se queria fundar.

O feminismo pequeno-burguês, composto por mulheres de camadas médias, tinha por objetivo propor reformas legislativas capazes de lhes garantir o direito ao espaço público em pé de igualdade com os homens. Já o feminismo revolucionário da classe operária, baseado nos postulados marxistas, irá descartar a possibilidade de mudar a situação da mulher na sociedade apenas com modificações na legislação e no costume; ao contrário, acreditava essa corrente feminista que somente com a abolição da divisão de classes seria garantida a real emancipação da mulher na sociedade.

À parte as confrontações ideológicas no interior dos movimentos feministas, o surgimento das campanhas de emancipação quase sempre veio a reboque de movimentos mais amplos de libertação ou de pregação de reformas, o que caracterizou ao mesmo tempo a sua força e as suas limitações.

Os exemplos mais significativos desse processo são as circunstâncias em que se apresentaram os programas feministas das européias e das norte-americanas.

2.3.1. Norte-Americanas: do Abolicionismo ao Feminismo

Nos Estados Unidos, o século XIX teve início em meio a uma grande agitação política e intelectual. Nas primeiras décadas, apareceram movimentos religiosos que davam ênfase à necessidade do engajamento social dos fiéis pela prática de boas ações no mundo concreto, sem preocupação com a salvação futura. Tais movimentos atingiam principalmente as mulheres de camadas médias, freqüentemente ociosas, que buscavam dar sentido às suas vidas e encontravam na organização de entidades filantrópicas uma forma de atuação na sociedade.

Esse foi um grande passo para o feminismo, segundo Branca Moreira ALVES, porque a partir daí as mulheres começaram a exercitar sua capacidade de expressão em público e, ao defenderem suas idéias dentro dos movimentos religiosos, treinavam para sua futura luta política.¹⁶

Mas, a característica fundamental do feminismo norte-americano foi o seu surgimento vinculado à causa abolicionista. A luta desencadeada pelas províncias do norte contra a escravidão mobilizou intelectuais, pensadores liberais e também as mulheres. A participação delas em uma causa humanitária como a da libertação dos negros gerou a possibilidade de refletir sobre a condição feminina, na medida em que a presença e a atuação das mulheres no movimento abolicionista geraram discórdias e protestos.

¹⁶ ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 1980. p.67.

O conhecido caso das irmãs Angelina e Sarah Grimké, líderes abolicionistas, que foram repreendidas pelo clero da Igreja Congressional de Massachusetts por terem falado (pela primeira vez) a um público misto, foi o passo inicial em direção ao feminismo. As irmãs Grimké se aperceberam de que sem força eleitoral não conseguiriam obter sustentação política.

Em 1837, as norte-americanas realizaram seu primeiro colóquio anti-escravista em Nova York, enquanto as portas de Mount Holyoke abriram-se, oferecendo ao sexo feminino instrução idêntica à recebida pelos homens. A partir daí, ampliou-se a tomada de consciência das mulheres sobre a necessidade de se instituir reformas na sociedade americana.

Em 1840, a delegação americana da qual faziam parte a famosa líder abolicionista Lucretia Mott e a ainda desconhecida líder feminista Elisabeth Cady Stanton chegava a Londres para participar da Convenção Antiescravagista Internacional. As duas líderes foram impedidas pelos membros da convenção de se misturarem aos delegados e obrigadas a se manterem em silêncio, num canto reservado da platéia.¹⁷

Atitudes constrangedoras como essas, derivadas de preconceitos por parte daqueles que justamente defendiam o fim da escravidão e a garantia dos direitos humanos, despertavam crescente indignação entre as feministas. Tal como no caso da abolição da escravatura, a opinião pública dividia-se em relação às pretensões das mulheres. O apoio incondicional aparecia ao lado do mais brutal repúdio, que qualificava de

¹⁷ Para obter maiores detalhes sobre os movimentos feministas norte-americanos ver ALVES, Branca Moreira. op. cit. p.65-84.

prostitutas as mulheres que defendiam em público os direitos femininos.

Oito anos após o incidente em que haviam se conhecido, Lucrecia Mott e Elisabeth Stanton se reencontraram e decidiram juntas preparar uma reunião pública para debater os direitos da mulher. Assim, aconteceu em julho de 1848, em Seneca Falls, a "Convenção dos Direitos da Mulher", onde foram discutidas questões referentes à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, acesso à educação, para que elas tivessem mais oportunidades de participar da vida pública, e, a exigência mais polêmica e que escandalizava a sociedade vitoriana, o direito ao sufrágio.

Todas as resoluções foram aprovadas por unanimidade, menos o direito ao voto. O próprio marido de Elisabeth, Henry Stanton, também líder abolicionista, retirou-se da assembleia em protesto à ousadia da reivindicação. Mas, por fim, essa moção também foi aprovada.

A forma individualista que marcou essa proclamação de direitos explicava-se em função dos novos rumos impressos à economia americana. Com o avanço do capitalismo industrial, a propriedade da terra cedeu lugar à empresa industrial e a família perdeu seu caráter de produção unitária. A mulher foi alijada do mundo da propriedade e o laço da união que a prendia ao marido se transformou numa justaposição, criando a necessidade de uma afirmação pessoal. Sendo a propriedade uma via possível de afirmação na sociedade capitalista, o acesso a ela foi reivindicado pelas mulheres em sua declaração de direitos.

A partir da convenção de Seneca Falls, o movimento feminista tomou corpo e várias outras convenções foram feitas, inclusive em Ohio, 1850, quando foi dirigida apenas por mulheres e não tendo os homens permissão para falar.¹⁸ Depois disso, surgiram outras líderes e oradoras, como Lucy Stone, Susan B. Anthony e Antoinette Brown.

A guerra civil trouxe uma trégua ao movimento feminista que se esboçava. As mulheres, como sempre acontece nas grandes crises, resguardaram as expectativas sobre si mesmas e se voltaram para as necessidades do momento. Ainda durante a Guerra de Secessão, na discussão sobre a ambigüidade de uma emenda na Constituição, ocorreu a cisão entre a luta abolicionista e feminista.

Cansadas de ver suas lutas colocadas em segundo plano, e sem o apoio da larga maioria dos abolicionistas, Susan Anthony e Elisabeth Stanton fundaram, em 1868, a "National Woman Suffrage Association"(NWSA), sediada em Nova York. Dedicavam-se à tarefa de trabalhar junto ao Congresso por uma emenda constitucional e, no mesmo ano, criaram um jornal - "The Revolution" - de curta duração, no qual expunham suas idéias acerca das causas da exclusão política da mulher. Enquanto isso, em 1869, o Estado de Wyoming concedia direito de voto às mulheres, seguido do Colorado (1893), Idaho e Utah (1896).

Dissociados da NWSA, outros grupos de mulheres que aceitavam a inclusão de homens (ao contrário da NWSA, formada

¹⁸ Em Seneca Falls, a convenção havia sido presidida por um homem, porque as mulheres não se sentiam seguras para assumir a função.

somente por mulheres) fundaram, na mesma época, a "American Woman Suffrage Association" (AWSA), liderada por Henry Beecher, Lucy Stone e Julia Ward Howe. A AWSA tinha objetivos mais concisos: limitava-se a discutir os direitos políticos e civis, definidos como estratégia para conseguir o voto, estado por estado.

Enquanto isso, o crescimento econômico da nação começava a proporcionar às mulheres novas oportunidades. Um número cada vez maior recebia instrução média e superior, penetrando aceleradamente no mercado de trabalho.

Durante cerca de vinte anos, os dois movimentos feministas permaneceram lado a lado, fiéis às suas posições, porém tentando sensibilizar igualmente a opinião pública com conferências, artigos de jornais, petições e campanhas de abaixo-assinados para as assembleias estaduais e Congresso.

Porém, jornais como o "The Revolution" duraram pouco, pois a sociedade americana não suportava as críticas que lhe eram feitas através dele. Já o "Woman's Journal", ligado à AWSA, falava, numa linguagem conservadora, da realidade da qual as mulheres vinham se dando conta - as desigualdades em relação aos homens no mundo do trabalho e os estreitos limites que lhes eram reservados no espaço privado.

Diante das recusas contínuas da sociedade americana a qualquer atitude contestadora dos seus valores mais caros, a linha radical de E. C. Stanton e Susan B. Anthony fundiu-se, em 1890, com a conservadora, formando a "National American Woman's Suffrage Association" (NAWSA), adiando para o futuro o retorno ao debate das causas culturais, econômicas e institucionais que inferiorizavam a mulher.

Dessa forma, o movimento distanciou-se definitivamente da classe trabalhadora e se voltou para a emancipação da mulher burguesa, preocupada em encontrar as mesmas condições que o seu companheiro na democracia liberal: poder político e oportunidades educacionais.

Gradativamente, as primeiras grandes líderes do movimento já estavam passando a vez para a nova geração, que provinha das universidades. Nessa nova geração, destacaram-se Anne Howard, pastora protestante e médica, e Carrie Chapman Catt, distinguida pelos seus dotes organizacionais, que puderam ser comprovados na etapa final da luta pelo voto.

Continuaram os movimentos, as conferências, as reuniões, e as campanhas desenvolvidas entre 1870-1910 pelos plebiscitos estaduais chegaram a um total de 480. Somente 17 campanhas resultaram em plebiscito e dessas apenas duas foram vitoriosas.¹⁹ Não obstante, acreditava-se que enquanto as mulheres não votassem nenhum partido político se empenharia na luta pela igualdade dos sexos. O direito de voto era, pois, visto como um meio de se pressionar os partidos políticos a considerar a opinião das mulheres.

Apesar de as manifestações feministas terem se tornado constantes desde 1890, e até certo ponto terem sido assimiladas pela sociedade americana, despontava ainda o sarcasmo e a repressão aos movimentos que enveredavam por táticas mais agressivas.

Quando o grupo de Alice Paul, denominado "Congressional Suffrage Union", inspirado nas feministas inglesas, organizou uma grande passeata em Washington,

¹⁹ Ibidem. p.77.

reunindo mulheres da alta burguesia, donas-de-casa, operárias, costureiras, domésticas e profissionais liberais, experimentou o revide da violência. Como diz ALVES, "até então, apenas as pioneiras haviam sofrido ataques semelhantes. Neste dia ficou comprovado que os longos anos de educação da opinião pública pouco haviam ensinado e que ainda em 1913 a questão do voto tinha o poder de ativar reações emocionais. As mulheres sofreram vaias, empurrões e agressões diante de uma polícia impassível."²⁰ Somente em 1919 a emenda concedendo direito de voto a todas as mulheres americanas sairia vitoriosa.

2.3.2. Européias: Utopia e Rendição

Em regiões como França, Alemanha, Rússia e em alguns países escandinavos, os movimentos feministas possuíam estreito vínculo com o socialismo, recebendo apoio dos homens interessados na emancipação humana. No decorrer do século XIX, as comparações entre os sexos tornaram-se cada vez mais inevitáveis; as mulheres ganhavam salários menores do que os homens, sofriam a dupla jornada de trabalho, não recebiam auxílio à maternidade e estavam alijadas das decisões nos locais de trabalho, sindicatos e nos partidos políticos.²¹

²⁰ Ibidem. p.82.

²¹ Até 1905, a participação das mulheres em partidos operários e socialistas é pouco significativa. Na década de 1920, entretanto, registra-se que elas perfazem 30% dos membros do Partido Social Democrata Austríaco e 40% dos membros do Partido Trabalhista na Inglaterra. Entre as sindicalizadas, o número é desprezível em 1890 (exceto na Inglaterra) e não mais que 12% em 1913 em vários países europeus. Ver esses e outros dados In: HOBBSAWM, *A era dos ...*, 1988b. p.296.

Esses fatores, somados à urgência das reivindicações de mudanças profundas na sociedade, fizeram com que muitos homens se solidarizassem com as mulheres na busca de transformações radicais.

Como já visto, a obra de Mary Wollstonecraft, publicada na Inglaterra, foi a primeira apresentação sistemática de protestos contra a condição feminina. Mas não foi levada em consideração a ponto de incluir as mulheres na incipiente democratização do direito de voto e de representação política. A reforma eleitoral de 1832 atingia apenas homens adultos de camadas sociais médias, pequenos proprietários rurais e rendeiros.

A total incapacidade de escolher seus representantes no Parlamento favoreceu, por muito tempo, a apatia das inglesas em lutar pelos seus direitos. As operárias limitavam-se a solicitar leis de proteção ao trabalho; não reivindicavam igualdade com os homens, nem mesmo com os homens de sua classe social, cujos direitos eram restritos.

Foram as inglesas de camadas médias as que mais se lançaram à luta pela conquista de educação, trabalho e liberdade política. Algumas delas, porém, imbuídas da mentalidade vitoriana, cuja moralidade pregava o recato e o puritanismo, defendiam expressamente a segregação sexual.

Foi o caso de Caroline Norton e Beatriz Webb, que consideravam a superioridade natural do homem inquestionável. Opunham-se às idéias de Wollstonecraft acerca dos direitos e da inteligência das mulheres, pois esses não correspondiam, de

modo algum, à harmoniosa divisão dos sexos, em que "a posição natural da mulher em relação ao homem é de inferioridade".²²

A moralidade vitoriana, no entanto, longe de conseguir combater o feminismo, provocou a radicalização das opiniões sobre a igualdade entre homens e mulheres. As feministas inglesas enfrentaram as investidas e poder de resistência das antifeministas. Chegaram à prisão por causa disso e fizeram greve de fome. Transformaram esses fatos em arma - fatos agressivos e radicais que ao mesmo tempo sinalizavam a sua própria fragilidade. Como avalia SAFFIOTI,

(...) o feminismo traz vícios de origem sem os quais talvez não pudesse mesmo ter existido. Num mundo em que as mulheres não contavam senão como damas polidas e desmaiantes, como donas-de-casa e mães, ou como trabalhadoras superexploradas e sem direitos, o homem deveria servir, na liberdade de movimentos que caracterizava sua vida, de modelo a todos que pretendessem escapar à subalternidade.²³

Talvez por isso a recusa às concepções vitorianas, que superestimavam as diferenças entre os sexos, tenha desencadeado formas violentas de manifestações. Se, por um lado, a moral vitoriana dificultava a aceitação das idéias emancipacionistas, por outro, tornou o homem, pela supervalorização do seu papel, um modelo de liberdade a ser imitado.

²² Caroline Norton citada por SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo : Quatro Artes, 1969. p.122.

²³ SAFFIOTI, op.cit. p.123.

De qualquer modo, a radicalização e a agressividade do movimento feminista inglês, ao repudiar a moral hipócrita e conservadora da era vitoriana, dificultaram, sem dúvida, suas possibilidades de difusão.

A primeira tentativa oficial junto ao Parlamento de obter o direito de voto para a mulher inglesa foi feita por Stuart Mill, que já havia publicado um texto a respeito, juntamente com Mary Wollstonecraft. Sua proposta, no entanto, foi rejeitada, atendendo aos anseios da sociedade vitoriana.

Pode-se dizer que, até o final do século, no meio culto inglês ainda se acreditava que a mulher representava uma subespécie, cujo único destino era a procriação. Somente no início do século XX o feminismo inglês se lançou na militância, através da "Woman Social and Political Union" (WSPU), criada em Londres pela família Pankhurst. Esse movimento adotou posturas violentas para se fazer notar. A associação da WSPU com o Partido Trabalhista desencadeou uma política de pressão bastante arguta, onde não faltaram passeatas com cartazes alusivos à emancipação da mulher, invasão ao gabinete do chefe do Partido Liberal, ataques aos policiais durante comícios. Prisões e greves de fome valiam como meios para chamar a atenção da opinião pública a seu favor.

Sob pressão da opinião pública, em 1907, conseguiu-se organizar uma comissão de 200 parlamentares indicados para lutar pela aprovação do sufrágio feminino. Continuaram os protestos e as passeatas durante os anos seguintes, tentando sensibilizar a sociedade e os parlamentares da urgência do

sufrágio feminino. Nenhum projeto de lei, no entanto, foi aprovado.

A guerra de 1914 sustou o movimento sufragista e as mulheres foram chamadas a assumir o lugar dos homens no sistema de produção e serviços. Era o momento de todas as mulheres entre 18 e 50 anos poderem demonstrar seu desempenho em atividades geralmente atribuídas aos homens. Esse foi um elemento decisivo para diminuir as diferenças políticas entre os sexos.

Ao fim da guerra, o direito de voto foi concedido a uma parcela das mulheres inglesas: as maiores de 30 anos, proprietárias ou casadas com proprietários. Essa medida denotava uma discriminação sexual (aos homens o direito de voto se dava aos 21 anos), o que parecia indicar uma crença na "evolução" mais lenta da mulher, além de o sistema eleitoral confirmar um caráter nitidamente classista, excluindo as mulheres não proprietárias.²⁴

Somente dez anos depois da primeira medida, o voto feminino deixou de ser qualificado e a idade exigida das eleitoras caiu para 21 anos. O que poderia ser um acontecimento isolado, tornou-se uma constatação histórica nos países ocidentais: a promoção das mulheres do ponto de vista social, econômico ou jurídico coincidiu com a situação de guerra.

Na França, guardadas as diferentes argumentações de pensadores como Saint-Simon, Fourier ou Cabet, o socialismo utópico considerava a emancipação feminina uma evolução natural dentro da proposta utópica de estabelecer uma

²⁴ SAFFIOTI, op.cit. p.126.

sociedade libertária e igualitária, ao contrário do socialismo científico de Marx, Engels, Bebel e Lênin, que entendia que a solução para a opressão feminina passava decisivamente pela destruição do regime capitalista. De qualquer modo, tanto para socialistas utópicos como para marxistas, as mulheres trabalhadoras deveriam unir-se ao proletariado para reivindicar seus direitos.

Em Paris, sob a influência dos socialistas utópicos, surgiu o jornal "La Femme Libre", no ano de 1832, encorajando as mulheres a aproveitar o momento histórico em que o proletariado reclamava a sua libertação, e o jornal "Le Conseiller des Femmes", em 1833, fundado pela líder feminista Eugénie Niboyet, que lutaria tenazmente pela libertação das mulheres em 1848.

Em meio a essas primeiras manifestações do pensamento socialista, surgiu na França uma líder feminista que, embora pregasse idéias utópicas, rumou em direção ao socialismo científico, relacionando a libertação da mulher à causa do proletariado.

Para Flora Tristan, não era possível pensar a igualdade social sem proclamar a igualdade de direitos de homens e mulheres. E tanto o proletariado como as mulheres deveriam lutar pelos seus próprios interesses. Sua obra foi bastante aproveitada como subsídio socialista à luta que as mulheres empreenderiam pela conquista dos seus direitos durante a Revolução de 1848.

Nesse momento, as autoridades governamentais lançaram o decreto instituindo o sufrágio universal, excluindo dele as mulheres. Isso serviu de sustentação para o avanço das lutas

feministas. Trabalhadoras, artistas, professoras e literatas dirigiram-se ao governo provisório reclamando justiça e igualdade de direitos.

Eugénie Niboyet lançou uma petição moderada no jornal "La Voix des Femmes", reivindicando uma igualdade social que levasse em conta as diferenças de natureza entre o homem e a mulher. Mais além, seguia o "Comitê dos Direitos da Mulher", denunciando o engodo de uma legislação que havia tornado a mulher elegível, mas que a impedia de ser eleitora.²⁵

Eugénie não desistia de utilizar os instrumentos que lhe restavam na luta pela emancipação feminina. Tentou retardar as eleições e lançou, no seu jornal, a candidatura da escritora Georges Sand à Assembléia Nacional.

A escritora, no entanto, não aceitou ser a porta-voz das mulheres. Segundo Georges Sand²⁶, as mudanças para homens e mulheres deveriam ser feitas primeiro no campo dos costumes, para que depois a mulher pudesse se preparar para a cidadania plena. De nada adiantava exercerem o direito de voto, se permanecessem miseráveis e ignorantes.

Na opinião da escritora, o feminismo francês havia principiado pelo fim: a mulher deveria primeiro se libertar do jugo familiar, para então conquistar os direitos abstratos. Como Georges Sand, outras mulheres "emancipadas", reconhecidas na esfera pública pelas suas qualidades profissionais, mostravam-se partidárias da igualdade entre homens e mulheres, porém, mantinham-se distanciadas dos movimentos.

²⁵ SAFFIOTI, op.cit. p.115 a 120.

²⁶ Citada em BRESCIANI, M. S. **O anjo da casa.** p.33.

As discussões, no entanto, prosseguiram. O sufrágio das mulheres não era o único objetivo do feminismo francês. "La Voix des Femmes" denunciou as condições de trabalho da mulher: os baixos salários e a jornada de trabalho excessiva. Oficinas nacionais foram organizadas para combater o desemprego feminino e surgiram, pela primeira vez, organizações operárias dirigidas pelas próprias mulheres.

As manifestações das feministas francesas, ligadas ou não ao socialismo, apresentando um caminho autônomo ou vinculado à causa do proletariado, não foram, entretanto, capazes de destruir o código napoleônico. Entre 1868 e 1871, realizaram-se conferências públicas tratando das condições existenciais da mulher. Sete anos depois, em 1878, foi organizado um congresso internacional destinado a discutir os direitos cívicos da mulher. Bem mais tarde, a feminista Hubertine Auclert iniciou a campanha sufragista organizando o grupo "Suffrage des Femmes" e criando o jornal "La Citoyenne".²⁷

O sufragismo tomou corpo e as associações femininas proliferaram. O feminismo francês permaneceu, porém, titubeante, em virtude das suas dissensões. Não havia concordância sobre o mote da luta feminista, assim como não havia consenso entre progressistas e conservadores sobre o papel da propriedade na sociedade livre e igualitária que se desejava construir.

Somente no final do século XIX as francesas obtiveram algumas conquistas. A lei trabalhista de 1874 referia-se ao

²⁷ Ver sobre esses movimentos DESANTI, Dominique citada por Saffioti, *ibid.* p.119.

sexo feminino em apenas duas disposições: proibição das menores ao trabalho e exigência do descanso aos domingos e feriados. Em 1897, tornaram-se aptas, por lei, a testemunhar em processos, mas ainda não se permitia a uma doutora em Direito o exercício da profissão.

No século atual, um novo elemento foi acrescentado ao movimento sufragista. Tratava-se da declaração do Papa Bento XV a favor do voto feminino. Assim como ele, outros clérigos se empenharam na campanha, objetivando, com o voto feminino, favorecer os cristãos.²⁸

A mulher francesa, no entanto, tornou-se elegível e eleitora somente em 1944. É um fato curioso que nos países ocidentais, especialmente na França, emblema da Razão e da Liberdade na Revolução do século XVIII, a mulher tenha tido seus direitos políticos tão tardiamente conquistados.²⁹

Assim como atuaram no cotidiano do período pós-revolucionário, buscando resoluções para os conflitos econômicos e políticos, as francesas se adequaram a novas atividades entre as duas grandes guerras, assumindo tarefas iguais às dos homens no trabalho artesanal. Passados os conflitos na vida econômica e política, as mulheres foram convidadas a retornar ao lar, abstendo-se da inserção na vida pública.

²⁸ Ver mais detalhes sobre a relação entre feminismo e Igreja em Saffioti, *ibid.* Parte I, p. 97-113 e p.120; HOBBSAWM, *ibid.* 1988B. p.294-296.

²⁹ Antes de 1915, o direito de voto já havia sido concedido às mulheres na Austrália, Nova Zelândia, Finlândia, Noruega e em vários estados dos EUA. Até mesmo no Brasil, cujo movimento feminino se espelhava nas conquistas das européias, o direito de voto foi conquistado dez anos antes do das francesas.

Na Alemanha, assim como na França, houve uma forte aliança entre o feminismo e o socialismo. Algumas feministas se destacaram no decorrer do século XIX, dentre elas, Louise Otto e Clara Zetkin. A primeira, envolvida nas agitações de 1848, pregava simultaneamente a unificação da Alemanha e a independência social da mulher alemã, indiferente à sua condição de classe. Sua postura era extremamente nacionalista.

Louise, em 1865, fundou a "Associação Geral das Mulheres Alemãs", basicamente reivindicando trabalho e educação para todas as mulheres. Clara era vinculada ao Partido Social Democrata desde 1892 e desempenhou importante papel na elevação do nível intelectual e de aspiração das mulheres alemãs.

Próximo ao final do século, surgia uma divisão entre operárias alemãs, reunidas em associações, e socialistas, organizadas em uma federação. As diferenças ideológicas que norteavam as práticas desses dois grupos evidenciaram-se em 1894, pois, quando da fundação da Federação das Associações Femininas, nenhum convite foi endereçado às associações das mulheres operárias.

As alemãs, apesar de não serem contempladas nas leis como cidadãs plenas, obtiveram conquistas na vida prática, realizando-se em campos até então considerados essencialmente masculinos. Na Primeira Guerra Mundial, chegaram ao ponto de tentar criar um exército nacional de mulheres para o combate na frente, sem, contudo, obter êxito. Terminado o conflito, no entanto, foram contempladas com o direito de voto.³⁰

Entretanto, o momento de maior expectativa do movimento feminista internacional se deu quando da implantação do regime socialista na Rússia, em 1917. Expectativa, sobretudo, por parte da maioria das feministas que pregavam teorias mais conservadoras, optando por um movimento autônomo e desvinculado das mudanças estruturais da sociedade.

Nos primeiros anos da formação do Estado soviético teve início uma ampla reformulação do estatuto da mulher na sociedade. O Código da Família, aprovado em 1918, estabelecia garantias importantes para a emancipação da mulher, como o fim do casamento religioso, o livre acesso ao divórcio e o reconhecimento dos filhos ilegítimos.

Outros pontos, como a liberdade sexual para os jovens, a adoção da coletividade socialista em substituição ao casamento monogâmico, o aborto e o fim da autoridade do *pater familias*, acabaram por gerar um movimento contra-revolucionário de caráter moralista e conservador, que culminou, em 1926, com um novo Código da Família.

A ascensão de Stálin colocou um fim nas conquistas revolucionárias, restabelecendo a velha ordem que, sob o patriarcado, fora responsável pela inferiorização da mulher.

Sem dúvida, o socialismo na URSS e em alguns países europeus significou um avanço na situação da mulher, deflagrado no plano da educação, do trabalho e da ciência. Porém, o engajamento de tantos socialistas nos movimentos de emancipação feminina evidenciava-se somente até o ponto em que

³⁰ Para uma melhor compreensão do movimento feminista alemão e da relação com governo e partidos, ver SAFFIOTI, op.cit. p.133-136.

não comprometesse a luta mais ampla pela implantação de uma nova estrutura social.

Por outro lado, as teorias liberais que afirmavam a viabilidade de se conquistar a sociedade igualitária através da emancipação feminina, pelo caminho do sufrágio, não viram seus desejos realizados.

Apesar da distância entre as teorias e os resultados concretos, esses dois enfoques permaneceram como o corolário da prática feminista durante mais de setenta anos.

3. AS FRONTEIRAS SE ROMPEM

Porque somos feministas? - Eis uma pergunta ingênua de que várias vezes temos sido alvo, por parte do sexo masculino. Respondemos: porque é impossível a realização do progresso, sem a vitória da evolução; e o nosso fim principal é precisar e fomentar o progresso feminino. (Mariana Coelho, 1933).¹

3.1. BRASILEIRAS SE EMANCIPAM

Os movimentos de emancipação feminina começaram a surgir, no Brasil, somente na segunda metade do século XIX. Até então a escravidão, a concentração fundiária da economia, a subordinação ao poder político externo, assim como a hegemonia da Igreja Católica, influenciando a política e exercendo o controle social, dificultavam a proliferação de idéias emancipatórias que já haviam germinado nos países europeus. Tal como na Europa do século XVIII, o ideal feminista era propagado em pequenas doses, disperso, por uma ou outra mulher de mentalidade mais avançada.

Esse foi o caso de Nísia Floresta (1809-1885), escritora brasileira que morou muitos anos na Europa e conviveu, na esfera dos salões, com vários intelectuais, entre os quais causava-lhe admiração Augusto Comte.² Abolicionista,

¹ COELHO, Mariana. **Evolução do feminismo**: subsídios para a sua história. Rio de Janeiro : Imprensa Moderna, 1933, p.11.

² Augusto Comte (1798-1857). Filósofo francês, discípulo de Condorcet, desenvolveu a filosofia positivista da História. Nela estava explícita a crença na ciência e na tecnologia como bases do desenvolvimento da humanidade. O Positivismo teve grande influência no Brasil nos mais variados círculos, principalmente a partir do século XX. Essa filosofia, aliada a outras correntes de pensamento que

republicana e feminista, Nísia Floresta traduziu o livro de Mary Wollstonecraft, "Vindication of the Rights of Women", sob o título "Direitos das Mulheres e Injustiçadas dos Homens".

A preocupação maior que afligia Nísia era a constatação da obscuridade em que vivia a mulher brasileira destituída do instrumento fundamental para a sua dignidade: a educação. Afinada com os ideais republicanos e antevendo, através dos movimentos femininos europeus, o papel que a mulher desempenharia na construção da cidadania, fazia então uma advertência aos temerosos da mudança social:

Não nos embala a vã pretensão de operar uma vasta reforma no espírito de nosso país. Por demais sabemos que muitos anos, séculos talvez, serão precisos para desarraigar herdados preconceitos a fim de que uma tal metamorfose se opere. Esperamos somente que os zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra atentem para os exemplos que a história apresenta do quanto é essencial aos povos, para firmarem a sua verdadeira felicidade, o associarem a mulher a esse importante trabalho.³

valorizavam as descobertas das ciências naturais e suas aplicações práticas, substituiu a tutela exercida no Brasil pela Igreja Católica, instaurando as bases de uma política racional. O paradoxo em relação à admiração que Nísia Floresta demonstrava por Comte é que este era um filósofo antifeminista, que defendia o mito da mulher-mãe, dedicada exclusivamente ao lar. Ver sobre Comte e o positivismo In: **Comte, vida e obra**. Coleção Os Pensadores. 2ª ed. São Paulo : Abril Cultural, 1983; TRINDADE, Etelvina. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Tese de doutorado - USP, 1992. cap.2, item 2.1.1. p. 119-127.

³ FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. São Paulo : Cortez, 1989. p.45.

Evidenciam-se, nesse pensamento, tanto a consciência dos limites históricos da emancipação feminina quanto a percepção de que era preciso aproveitar a oportunidade da democratização liberal. Não se tratava de propor mudanças radicais de comportamento, mas enfatizar que a felicidade social consistia no direito das mulheres - assim como de grande parte das massas - de desfrutar das liberdades públicas.

Na Constituição de 1891, vozes isoladas e dispersas que desejavam propagar a emancipação feminina não foram ouvidas, e as brasileiras - como em vários outros países que haviam adotado formas democráticas de governo - foram excluídas da condição de eleitoras.

No período em que se abria o debate no congresso brasileiro sobre o voto feminino, já se faziam presentes algumas mulheres cultas e letradas, como Mirthes Campos e Leolinda Daltro. Esta defendeu, pela primeira vez de maneira organizada, o sufrágio feminino.

O debate no Congresso apoiava-se, sobretudo, em torno de uma interpretação errônea da Constituição republicana, sobre seu artigo 70, onde se lia: "São eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos".

As sufragistas brasileiras buscaram apoio de juristas para fazer valer o uso correto da palavra "cidadãos". Alguns deputados, dentre os quais Nilo Peçanha, prestaram-se à assinatura de uma emenda em que se manifestavam a favor da reivindicação das sufragistas, enquanto o constituinte Almeida Nogueira refutava claramente a interpretação restrita do termo:

Se os nobres representantes querem argumentar com o modo pelo qual está formulado o artigo, por empregar-se nele a forma masculina em vez de feminina, por se dizer o cidadão e não - o cidadão e a cidadã, responderei com uma consideração de ordem gramatical, e é que sempre o legislador emprega o masculino...por ser uma convenção gramatical...Também no capítulo referente à declaração dos direitos políticos e civis dos brasileiros, o legislador emprega a fórmula do masculino...entretanto, ninguém põe dúvida que a mulher tem o direito à proteção de "habeas corpus", à inviolabilidade do domicílio, a todas essas garantias...Se fôssemos apegar-nos a essa fórmula, a mulher não teria nenhuma responsabilidade criminal, porque as leis penais se referem sempre aos delinquentes e criminosos...Portanto, a questão suscitada...não reclama um ato especial do Congresso, e seria advogar mal a causa, fazê-la retroceder do terreno conquistado, pedir como concessão ao Parlamento uma declaração expressa, quando já existe o reconhecimento implícito do direito em nossa legislação...⁴

O argumento contundente e inequívoco do constituinte, porém, não só não foi aceito, como teve de se repetir durante três reuniões indicadas por lei para se discutir o caso. Isso causou para as sufragistas maiores esforços e uma espera inútil.

A questão jurídica para aqueles que se opunham ao direito de voto na Assembléia Constituinte, principalmente os positivistas, era irrelevante. Baseavam-se na justificativa moral, valorizando a missão sublime da mulher. O constituinte

⁴ Transcrito In: ALVES, B. Moreira. **Ideologia e feminismo**. 1980. p.144.

Muniz Freire, por exemplo, considerava que "estender o voto às mulheres é uma idéia imoral e anárquica, porque, no dia em que for convertida em lei, ficará decretada a dissolução da família brasileira." Barbosa Lima, outro constituinte, seguia a mesma linha de pensamento, quando dizia: "Embora a mulher seja capaz dos mais arrojados cometimentos, embora possa abordar a mais alta questão da transcendência matemática... não deve ter o direito do sufrágio, porque a sua missão é a de educar os filhos."⁵

A tônica desse discurso, que obviamente não tinha argumento consistente do ponto de vista jurídico, expressava a preocupação do homem brasileiro diante de uma possível ameaça à estabilidade da esfera privada.

Associado diretamente com uma possível dissolução da família, o voto significava retirar da mulher o caráter mítico da maternidade, destituí-la do papel de anjo da casa e, com isso, desequilibrar a harmonia familiar.

A presença da mulher no centro das decisões políticas provavelmente tornaria necessária a reorganização da esfera privada, pois colocaria em risco não só a hierarquia familiar e os seus pressupostos morais, como exigiria um novo paradigma masculino.

Afinal, a mulher brasileira do início do século XX não diferia muito da mulher européia do século XVIII ou XIX. Tanto do ponto de vista moral como jurídico, ela estava submetida à autoridade masculina, principalmente quando casada e dependente economicamente.

⁵ Transcrito In: ALVES, B. M. op.cit. p.144-5.

Conscientes dos padrões culturais rígidos da sua época, claramente delineados nos debates do Congresso e da Justiça Eleitoral, quando à argumentação jurídica sobrepuja-se a argumentação moralista, as participantes femininas do debate procuravam tranquilizar os adversários, reconhecendo elas próprias o seu valor no seio familiar.

Essa atuação, talvez estrategicamente sutil, foi a tônica do feminismo no Brasil durante as primeiras décadas deste século. O movimento buscava a conciliação entre o anjo da casa e a defensora da pátria. As mulheres justificavam o direito à instrução também por consideração ao papel que lhes cabia no lar como formadoras das futuras gerações e, portanto, elemento indispensável na construção da nação brasileira.⁶

Não havia, do ponto de vista das feministas brasileiras, conflito entre a imagem da mãe-esposa preocupada com a lida doméstica e a educação dos filhos, e a mulher emancipada juridicamente; ao contrário, tal acontecimento só poderia revestir de dignidade a sua atuação na esfera do lar, algo que estaria situado entre a missão feminina e a competência para lidar com os problemas da vida moderna.⁷

Mas, a preocupação com a educação da mulher, como já foi dito, era anterior à questão do sufrágio; além de Nísia Floresta, outras figuras femininas, preocupadas com a total ignorância em que viviam as mulheres, fundaram jornais em que defendiam, em primeiro lugar, a educação - único instrumento capaz de lhes tirar do isolamento e das limitações da vida

⁶ Sobre o perfil da mulher patriota e sua valoração na Primeira República, ver TRINDADE. op.cit. p. 82-100.

⁷ BRESCIANI, M.S. op.cit. p.47.

privada, e de lhes preparar para a reivindicação dos seus direitos políticos e jurídicos.

O período entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX trouxe mudanças significativas para o Brasil. Nesse momento, intensificaram-se as relações internacionais, conduzidas pelas camadas de renda mais alta e mais cultas.

A elite econômica e cultural do país ampliava seus horizontes através de viagens ao exterior e troca de correspondência com intelectuais estrangeiros. Além disso, com o grande fluxo migratório do Velho Continente para o Brasil, foram semeadas entre nós doutrinas e idéias que, até então, eram restritas a pequenos grupos de intelectuais. As idéias feministas vieram no bojo de tais mudanças.⁸

As primeiras manifestações feministas no Brasil tiveram como pioneira a paulista Bertha Lutz, que estudou Biologia na Sorbonne durante a Primeira Guerra Mundial e voltou ao Brasil em 1918, iniciando sua vida profissional no Instituto Oswaldo Cruz, importante centro de pesquisas científicas. No ano seguinte, ingressou no Museu Nacional, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público através de concurso. Em 1919 assumiu a liderança do Partido Feminista e, alguns anos depois, fundou a Liga pela Emancipação Feminina, transformada, em 1922, na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, instalada no Rio de Janeiro. A FBPF foi inspirada pela NAWSA⁹,

⁸ TOSCANO, Moema e GOLDEMBERG, Miriam. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil.** 1992.p.26.

⁹ Ver referências sobre a AWSA In: ALVES, B.M. op.cit. p.65-85.

movimento feminino de cunho tradicional norte-americano, com o qual Bertha Lutz estabeleceu contato através da sua presidente Carrie Chapman Catt, durante viagem aos Estados Unidos.

Basicamente, a finalidade da FBPF consistia em criar uma federação, incluindo diversas associações femininas, cujo objetivo era promover o acesso de todas as mulheres à educação, ao trabalho, e assegurar os direitos políticos conferidos pela Constituição.

A atuação da FBPF estendeu-se por todos os estados, formando filiais e recebendo apoio de associações profissionais e assistenciais. Na década de 30, seus esforços, finalmente, surtiram efeitos. A entidade atuou junto a diversos parlamentares, no intuito de fazer valer na Câmara os projetos de lei concedendo o voto feminino.¹⁰

Anteriormente a esses projetos, alguns estados, rompendo o cerco da legislação, admitiram o alistamento de mulheres, como eleitoras e elegíveis. Foi o caso do Rio Grande do Norte, onde o presidente Juvenal Lamartine permitiu que várias mulheres votassem. Em Natal, candidatou-se à Assembléia Estadual a então prefeita Maria de Lurdes Lamartine Varella.

Animadas com essa abertura, algumas mulheres começaram a requerer seus alistamentos em outros estados. Em Lages, em 1928, foi eleita Alzira Teixeira Soriano que, nos jornais, posava ao lado das duas filhas, preocupando-se em demonstrar que não havia incompatibilidade entre a tarefa principal da mulher e a responsabilidade de cidadã. No Paraná, têm-se

¹⁰ A trajetória de Bertha Lutz e a sua participação política a fim de conquistar o voto feminino são comentadas mais detalhadamente em ALVES, B.M. Ideologia e...1980. p.85-128.

notícias do direito de voto concedido por um juiz de Imbituva a Alda Pereira Braga.¹¹

Indiferente às recusas de seus opositores e à instabilidade do período Arthur Bernardes, o movimento feminista, desencadeado em várias cidades do país, ganhava ressonância na política nacional. Apesar de Washington Luís ser o primeiro presidente a incluir o voto feminino em sua plataforma, o assunto foi ligeiramente debatido em 1928, no Congresso Nacional, sem, contudo, obter aprovação final.

Embora o direito ao voto continuasse encontrando resistência no Congresso, as associações feministas ganharam repercussão em outros centros urbanos, extrapolando as fronteiras de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse momento, a presença crescente da mulher no mercado de trabalho, nas escolas superiores, e a sua participação nos círculos intelectuais já haviam se tornado fatos irreversíveis.

Entretanto, como se observou em outros países, as mulheres que se destacaram na luta feminista nem sempre compartilhavam das mesmas teses. As justificativas para os contrapontos não se apresentavam apenas em termos de divergências ideológicas, mas também pareciam corresponder à necessidade da aprovação social dos seus comportamentos. Isso se apercebe na discussão entre Bertha Lutz e a deputada Carlota Pereira de Queiroz, a propósito da criação do Departamento Nacional da Mulher.

¹¹ Esses dados foram obtidos em ALVES, B.M. Ideologia e...1980. p.117-19.

A primeira defendia a autonomia do Departamento, atribuindo-lhe funções de verdadeiro ministério, enquanto a segunda considerava essa perspectiva segregacionista e individualista, refletindo uma noção de feminismo capaz de provocar na sociedade brasileira a luta entre os sexos. De qualquer forma, as idéias contidas nesse anteprojeto só vieram a se concretizar muito tempo depois, no Estatuto da Mulher, em 1962.¹²

Enquanto isso, por maiores que fossem as resistências masculinas às reivindicações exigidas pelas mulheres, as mudanças iam acontecendo lentamente, mas atingindo um universo cada vez mais amplo e afetando diferentes instâncias da sociedade e da família.

Surgiram, nesse período, inúmeras organizações, associações, ligas e clubes que se constituíram a partir de programas voltados para discutir a participação social da mulher e os caminhos para a sua emancipação. Entre tais organizações, hoje consideradas como movimentos autônomos de mulheres, destacavam-se a União Feminina de Mulheres Universitárias (1929); a Cruzada Feminista Brasileira (1931); a Obra da Fraternidade da Mulher Brasileira (1934) e a União Feminina do Brasil (1935). Esta última era a entidade que, nos anos 30, representava uma linha política de contestação ao Governo Vargas. Do seu grupo de dirigentes constavam nomes como Eugênia Álvaro Moreira, Maria Werneck, do Partido Comunista Brasileiro, e Norma Muniz, do Partido Trotskista.

¹² Ver detalhes sobre a discussão entre Bertha Lutz e Carlota P. de Queiroz In: SAFFIOTI, op.cit. p.282-88.

Essa fase do feminismo organizado e atuante não se caracterizou, no Brasil, por ser revolucionário ou contestatório. Ao contrário, na maior parte dos estatutos dessas organizações vinha registrada a intenção de fidelidade aos princípios da ordem e da harmonia social.

O conteúdo das reivindicações feministas voltava-se à conquista de novos espaços no mercado de trabalho e à luta pela igualdade de direitos políticos entre o homem e a mulher. A discussão sobre a sexualidade feminina constituía exceção, e o tema era considerado tabu. As reivindicações, portanto, possuíam um cunho estritamente político ou trabalhista.

3.2. RETRATOS DE CURITIBANAS

Concomitante ao debate polêmico sobre a emancipação feminina, que se dava nos principais centros urbanos do país, e enquanto tramitavam medidas no Congresso contra ou a favor do sufrágio feminino, as curitibanas também experimentavam, nas primeiras décadas do regime republicano, mudanças concretas no seu cotidiano.

Como se sabe, nesse período, Curitiba havia adquirido novas feições, perdendo sua aparência até então provinciana. Estabelecimentos bancários, armazéns e magazines, alteravam o perfil da cidade e dos seus habitantes. Despontavam, gradativamente, nesses ambientes, moças trabalhadoras exercendo atividades variadas, como balconistas, datilógrafas, auxiliares de escritório, telegrafistas, escriturárias, entre outras.

Nas ruas já movimentadas do comércio, misturavam-se polonesas, italianas e alemãs vendendo produtos hortigranjeiros trazidos da colônia. No centro urbano, mulheres cidadinas, elegantemente vestidas, trocavam por algumas horas os afazeres domésticos e os bordados para passear pelas ruas, observando através das vitrines os lançamentos da última moda ou assistindo com as amigas aos filmes do Éden ou Smart - cinemas que começavam a funcionar e eram, juntamente com os teatros e os parques, a grande diversão de quase todas as tardes.

Solicitadas para acompanharem os pais ou maridos aos bailes, saraus e concertos, as moças e senhoras abastadas começavam a sentir também a necessidade de um certo polimento intelectual, a fim de brilharem ou causarem admiração nas festas e nos bailes.

Tomar aulas de dança, tocar piano, ler romances e novelas, assear o corpo e o espírito, e ser, sobretudo, e na medida certa, "sociáveis", garantiria-lhes participação freqüente nos lugares públicos e satisfação aos homens interessados em torná-las uma companhia agradável e interessante.¹³

¹³ Rago, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1985. p.62.

3.2.1. Dos Quartos para a Sala

Essa nova sociabilidade, engendrada na esfera pública burguesa, que se transformou, na acepção de Habermas, em uma esfera das pessoas privadas reunidas em público¹⁴, trouxe para as mulheres pertencentes às famílias burguesas a chance de conquistar novos espaços dentro da sociedade.

Em Curitiba, as mulheres letradas, conscientes das portas que se abriam e atentas ao movimento de emancipação feminina internacional, lutavam para que as suas conterrâneas não servissem apenas de adorno nas reuniões elegantes, mas investissem seu tempo em atividades culturais, artísticas e sociais.

Enquanto nos jornais já se discutia o direito à cidadania e o acesso à educação das curitibanas, a poetisa Júlia da Costa¹⁵ tratava de patrocinar uma sociedade literária para moças na cidade, recebendo apoio entusiasmado de um anticlerical anônimo:

Muito bem! Já é tempo de se convencerem as nossas patrícias de que as mulheres devem se preocupar também, com ideias alevantadas e uteis, formando gremios litterarios, artisticos, de instrucção e recreio, em vez de se

¹⁴ HABERMAS, op.cit. p.42.

¹⁵ Têm-se poucas referências de Júlia da Costa. Sabe-se que nasceu na cidade de Paranaguá, em 1844, e morreu em 1911. Escreveu "As flores dispersas", em 1867, e "Bouquet de Violetas", em 1868. "As flores dispersas", segundo Dario Vellozo, foi considerada a primeira obra literária no gênero a contribuir para a fase inicial da literatura paranaense. In: VELLOZO, Dario. **Esmerilhos: a literatura no Paraná**. Revista Club Curitibano. Curitiba, 15.06.1896.

exporem ao ridículo fazendo parte, carregadas de bentinhos e missangas, dos corações de Jesus e queijandas patacoadas forjadas por essa récua de espertalhões de batina.¹⁶

Opondo-se frontalmente aos dogmas do catolicismo, e cúmplices do ideário de modernidade propagado pela República, surgiram grêmios e associações, como a das "Livres-Pensadoras" e "As Filhas de Acácia", entre outras entidades femininas espíritas, maçons e rosa-cruz.¹⁷

Havia, entretanto, vários outros grêmios, cuja principal finalidade era praticar a filantropia e assistência social. As associações beneficentes, na maioria de cunho religioso, também expressavam, como diz Branca Moreira Alves,

a ânsia de realização e a frustração que a restrição à esfera doméstica trazia à mulher burguesa. Por outro lado, o apelo ao trabalho social penetrava mais facilmente nesta classe, pois a mulher era considerada a possuidora natural das qualidades de altruísmo, de piedade, de dedicação, próprias a este tipo de atividade.¹⁸

¹⁶ REVISTA ELECTRA. Júlia da Costa. Curitiba, agosto de 1901. s/assinatura.

¹⁷ "Livres-Pensadoras" era uma associação feminil de caráter artístico-cultural, fundada em 1909, que pregava a democracia e a liberdade na manifestação do pensamento; enquanto as "filhas de acácia"(1900) formavam uma sociedade beneficente - ramificação da Acácia Paranaense, de origem maçônica. Mais informações sobre outras associações e sociedades femininas em Curitiba, entre 1890-1934, cf. TRINDADE, tese Clotildes e ...capítulo 2, p. 107-141.

¹⁸ ALVES, B.M. op. cit. p.76.

De qualquer modo, para as mulheres que se viam restritas ao lar, que não participavam da vida das fábricas, das repartições ou de qualquer outra forma de atividade pública, o movimento associativo, ainda que de atuação limitada, representava uma oportunidade de transpor as atividades estritamente familiares e estabelecer novos vínculos sociais.¹⁹

3.2.2. Ao Pé da Letra

Surgia, nesse contexto, um novo modelo de mulher, baseado em formas de comportamento e na etiqueta, exaltando as virtudes burguesas de laboriosidade, castidade e esforço individual, que deviam ser seguidas pelas moças de famílias abastadas e, progressivamente, estender-se também às moças das classes trabalhadoras.²⁰

No que se refere ao esforço individual, principalmente de cunho intelectual, as curitibanas pareciam assimilar parcialmente esse modelo. Como consumidoras, apresentavam-se soberanas, interessadas pelas novidades expostas no comércio e aderiram com facilidade aos caprichos da moda, ditada sobretudo pela França.²¹ Mas, continuavam achando que as

¹⁹ TRINDADE, Etelvina. op.cit p.266.

²⁰ RAGO, Margareth.op.cit. p.63.

²¹ A maioria dos jornais da cidade mantinha um espaço dedicado à moda: dicas, sugestões e sobretudo tendências. Paris, a capital da moda, influenciava as preferências das curitibanas que encontravam nos jornais e revistas artigos escritos em língua francesa.

letras, a ilustração, eram feitas para os homens, portanto desnecessárias para as mulheres.

Uma carta anônima, publicada em um jornal (dirigida a Rachel Prado²² por uma "amiga"), afirmava que à mulher cabia se ocupar exclusivamente do seu vestuário, de ser bela e freqüentar o teatro lírico. No máximo, ler jornais e figurinos especializados na última moda.

Para mulheres como Rachel Prado, que tentavam não somente desfrutar de uma vida social, mas interferir e construir a sociedade junto com os homens, afirmações como essas incomodavam. Todavia, entre provocada e exasperada, a escritora se propunha responder "pela primeira e última vez", à anônima representante do "sexo frágil", no intuito de reafirmar suas idéias:

(...)Como a Sta. acha que a mulher não precisa de ilustração, eu vou lhe provar como é necessário, ao menos, que saiba falar o vernáculo. Em uma ocasião estava eu num grande baile, havia moças chics, bem vestidas(a Sta. insiste que assim seja) muitas flores, músicas, doces em profusão, namoros, intriguinhas, enfim, tudo o que tem num baile. As moças conversavam em altas vozes com os rapazes, quando perto de mim, vi um rapaz elegante (...). Disse ele a uma mocinha bonita, cheia de brilhantes que, tinha uma pose admirável ao sentar-

²² Rachel Prado nasceu em 1891, em Curitiba. Atuou no magistério; organizou e manteve Agência de Publicidade e Propaganda; Curso de Jornalismo Profissional e o Clube das Mulheres Jornalistas. Seus interesses transcorriam por campos tão variados como o pedagógico (defesa da alfabetização e educação sexual), o ecológico (a defesa das árvores e reflorestamento) até o político (combate à guerra). Morreu no Rio de Janeiro em 1953.

se(...): - D. Fulana, porque razão a D. Cecilia não veio comsigo, são inseparaveis? Responde a moça chic, ocultando lindamente a bocca, atravez do leque: -Ella queria vim cum nois, mais a mãe não deixou. O rapaz fez-se vermelho, sorriu ironicamente, bateu as palmas, os pés, mas, a moça não comprehendeu.(...) Outra ocasião vi um moço elogiando, convencendo uma moça feia, de que era a mais bonita do baile. Ella convencida em vez de agradecer a gentileza perfida do rapaz, disse que era modestia d'elle!(...).²³

E a escritora continuou a contar em tom irônico, através de crônicas instigantes e divertidas, histórias exemplares, no intuito de convencer a oponente de que, sem um mínimo de ilustração, as mulheres cometeriam muitas gafes e passariam por inúmeros constrangimentos.

Pouco a pouco, porém, tornava-se mais evidente para as damas curitibanas que era preciso aperfeiçoar-se, física e intelectualmente, já que a urbanização e o crescimento da indústria conferiam à vida feminina novas dimensões.

Não se pressupunha com issó o acesso das mulheres à profissionalização, mas uma modificação dos seus papéis dentro do mundo econômico: adentrar espaços de sociabilidade; exercer trabalhos nas fábricas, nas lojas, nos escritórios; criar novos hábitos e comportamentos que propiciassem alterações na vivência feminina. Para tanto, a educação constituía elemento fundamental, como observa TRINDADE, ao mesmo tempo em que eram incentivadas propostas educacionais para fazer da mulher um "indivíduo útil" na sociedade. Tais propostas "acabam por compor o esboço de uma figura feminina que transpõe já as

²³ PRADO, Rachel. **Verdades**. Diário da Tarde. Curitiba, 08.10.1908.

fronteiras do público, beirando ainda o reduto do privado e afirma-se, suavemente, sem ferir o frágil equilíbrio das duas ambiências: a da casa e a da rua."²⁴ Ou seja, a inserção feminina no processo educacional não implicava consciência de que a mulher deveria receber educação idêntica à do homem ou que os papéis desempenhados por ambos os sexos deveriam ser socialmente equiparados.

Ao contrário, exceto entre os grupos mais intelectualizados e democráticos, havia sérias restrições à instrução feminina por parte de diversos setores da sociedade curitibana, quanto mais ousassem avançar nas etapas de escolarização.

Muitas vezes, essas restrições surgiam de uma forma velada, através da opinião dos próprios familiares e parentes, preocupados com o crescente ingresso da mulher na vida pública. Em outras ocasiões, porém, as restrições se apresentavam em forma de impedimentos, originados pelas próprias instituições públicas. Em 1910, uma medida exclusiva, noticiada em um periódico, escandalizava os mais progressistas:

O Sr. Director da Instrucção Pública prohibiu ás alumnos (sic) da Escola Normal de frequentarem a Bibliotheca Publica. Esta prohibição é a cousa mais descabida que pode haver, pois impede as alumnas de poderem se instruir nas horas vagas. Se o Dr. Director allega que não se deve permitir a entrada de moças naquelle estabelecimento, comette uma indelicadeza para com ellas, porque: ou a Bibliotheca é

²⁴ TRINDADE, E. op.cit. p. 57-58.

moralisada, e nada ahi as melindrará, ou é um fóco pernicioso e desmoralizador, eu (sic) então é melhor que se feche, ou que se coloque, pelo menos ao lado da taboleta Bibliotheca Publica, o dístico que se costuma collocar em logares equívocos: Só para homens...²⁵

Acontecimentos como esse demonstram o quanto o acesso às liberdades e igualdades propagadas pela República, baseadas numa proposta de ensino laica e progressista, confrontava-se com a fidelidade aos preceitos moralistas, muitas vezes de influência católica, presentes tanto no meio familiar como em diversos setores da sociedade.

A liberdade de se instruir, concedida às alunas de uma escola, confundia-se com a libertinagem existente em todos os cantos, à espreita, pronta para persuadir "o belo sexo" e envolvê-lo nos caminhos da prostituição. Embora as moças e mulheres de "famílias distintas" - leia-se, de camadas médias e altas - não incorressem nesse perigo,²⁶ ainda assim não deveriam ser desviadas da sua principal missão na vida: desenvolver suas qualidades para ser uma boa dona-de-casa-mãe-esposa.

Contudo, recorrentes que fossem os preconceitos e as pressões vindas de todas as partes, as mulheres decididas a instruir-se, concluindo todas as etapas de formação, geralmente contavam com o apoio de uma família liberal e progressista. Alguns homens públicos, conhecidos na imprensa

²⁵ Palladium II(3), Curitiba, 15.06.1910. p.10.

²⁶ Idem. Nas representações da época, associa-se, freqüentemente, pobreza e vício, reforçando-se, dessa maneira, o discurso em favor do trabalho feminino (para a mulher pobre), como uma forma de escapar à prostituição.

curitibana, como Nestor de Castro, Pamphylo D'Assumpção ou Romário Martins, também procuravam colaborar, trazendo a público, eventualmente, suas idéias a favor da instrução feminina e demonstrando sua importância para a sociedade moderna que se desejava erigir.

3.2.3. Em Busca da Visibilidade

O perfil social das mulheres curitibanas do início do século assemelhava-se ao do restante do país, favorecendo a defesa da sua emancipação. Em geral, a oportunidade dada às mulheres de refletir sobre a sociedade e os seus problemas partia do próprio contexto familiar (pais que eram profissionais liberais e/ou homens letrados), possibilitando-lhes chances de viajar e de conviver em um meio culto e letrado.

Tal foi o caso de Rachel Prado, incentivada precocemente - com apenas catorze anos - a iniciar-se no mundo das letras. Seu pai, fundador do jornal "A República", logo se apercebeu do talento da filha que escrevia crônicas e contos infantis. Foi um passo para que Rachel Prado (pseudônimo de Virgílica Stella) ingressasse no jornalismo.

Outra mulher igualmente atuante em Curitiba foi Georgina Léonard Mongrue, de origem belga, orfã, educada em Paris pelo avô Desiré Verwort. De volta ao país de origem, diplomou-se professora pela Escola Normal Superior de Mons. Alguns anos depois, acompanhando o marido, veio para o Brasil, permanecendo em Curitiba durante vinte e sete anos. Mongrue

foi uma das fundadoras do Centro de Letras do Paraná, presidente de honra do Instituto Neo-Pitagórico e pertencia à Sociedade Teosófica. Participou, em alguns momentos, da polêmica presente na imprensa curitibana na década de 1910 acerca do papel da mulher na sociedade, defendendo, com certas ressalvas, a emancipação feminina.

A contrapartida do seu discurso na imprensa local veio por outra filha adotiva de Curitiba, a educadora portuguesa Mariana Coelho, que dedicou grande parte da sua vida ao magistério. Esteve à frente de várias instituições de ensino, publicou livros e colaborou em diversos jornais. Foi uma das mais destacadas e assumidas feministas do início do século.²⁷

A afinidade existente entre essas e outras educadoras e escritoras, que ocuparam espaços nos jornais e revistas para expressar suas idéias e defender seus pontos de vista sobre o mundo e sobre si mesmas, incide no fato de que, leitora ou escritora, as mulheres utilizavam a literatura como ensaio e passagem para a vida pública. Embora fossem negados ao "sexo frágil" os direitos políticos e profissionais propagados pela República, não lhes foi totalmente negado o acesso à alfabetização e à participação, ainda que restrita, na cultura letrada.²⁸

²⁷ Mariana Coelho nasceu em Sobrosa no ano de 1873. Em Curitiba, fundou o Colégio Santos Dumont, para o sexo feminino. Publicou várias poesias e prosas. Entre estas "Paraná Mental" (1908) e a "Evolução do Feminismo" (1933). Morreu em 1954.

²⁸ Cf. artigo de Heloísa Buarque de Hollanda, In: COSTA, A.de. e BRUSCHINI, C.(Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos; São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1992. p.67.

A presença das mulheres na imprensa curitibana, entre 1890-1934, não parece desprezível. Como ensaístas ou poetisas, biógrafas ou críticas, as mulheres que dispunham de alguma habilidade com a pena criaram uma "articulação de redes, cujas funções e sentidos são extremamente diversificados, indo da tentativa de realizar uma historiografia própria, de promover uma experimentação dos limites e formas literárias até a de organizar circuitos de divulgação de trabalhos, de solidariedade, ou de discussão sobre a condição feminina."²⁹

A maioria das mulheres que ocupavam espaço nos jornais e revistas de Curitiba desenvolvia atividades literárias, paralelas à vida profissional. Leonor Castellano, por exemplo, dividia-se entre a atuação no funcionalismo público e o jornalismo. Foi diretora de "Leituras Femininas", seção do jornal "Diário da Manhã"; das "Páginas Femininas" e "Infantil", da "Revista Correio dos Ferroviários"; reeditou e dirigiu "Impostos e Contribuintes" e a "Revista do Instituto de Pesquisas Históricas e Arqueológicas". Publicou ainda novelas, biografias e contos.

Mariana Coelho conciliava seu trabalho de educadora com o de colaboradora em periódicos de Portugal, sua terra natal, em jornais e revistas de Curitiba, como "Diário da Tarde", "Gazeta do Povo", "A República", "Olho da Rua", "O Sapo", "Breviário", entre outros. Publicou diversos livros, dentre eles, "Discurso"-1902, "O Paraná Mental"-1908, "A Evolução do Feminismo"- 1933.

²⁹ HOLLANDA, Heloisa B. *idem.* p.67.

Rachel Prado, como já foi dito, iniciou-se cedo nas letras e dedicou-se totalmente ao jornalismo e à literatura. Fundou a Editora Ravaró, a primeira no Paraná, organizou o Clube das Mulheres Jornalistas e publicou, como as suas conterrâneas, diversas obras de cunho literário.

Outras dedicaram-se exclusivamente às Letras, caso de Annita Phillipoviski, Annette Macedo, Alda Silva e Pompília Lopes dos Santos. Esta poetisa foi a fundadora e presidente da Academia Feminina Paranaense de Letras.

Essas são apenas algumas das muitas mulheres que contribuíram para a produção cultural da cidade, enfocando temas tão diversos como receitas culinárias, poesias de amor, prosas mundanas e contestações feministas, sem contar grande parte da produção anônima circulante na imprensa da época.

Ao assumir repetidas vezes a direção dos centros de letras, fundar academias femininas de Letras, centros femininos de cultura e dirigir revistas e jornais, essas mulheres, que experimentavam os ventos suaves de liberdade da Primeira República, remetem para a importância dessas formas de organização literária, na medida em que se tornaram imprescindíveis para a definição da inserção feminina na cultura letrada e no espaço público nacional.³⁰

A percepção do papel menor que desempenhavam na esfera pública, entretanto, levou as mulheres curitibanas a abrir caminhos diversos, nem sempre manifestados pela inclinação à literatura.

³⁰ Idem, op.cit. p.71.

Muitas, como Júlia Vanderley Petriche³¹, projetaram o desejo de emancipação social e política, atuando arduamente no magistério, utilizando-se, dessa forma, de uma das premissas da sociedade burguesa (a alfabetização como tarefa essencialmente feminina), para romper com preconceitos, assumir responsabilidades novas e, sobretudo, ampliar o acesso feminino à instrução.

Considerada "a mestra das mestras" no Estado do Paraná, pela extrema dedicação ao magistério, a professora era reconhecida por um ilustre admirador como um "espírito clarividente e patriota, [pois] preocupava-se também com as cousas públicas de sua terra, aproximando-se dos proceres de nossa política, com os quaes sabia confabular."³²

A trajetória de Júlia serviu de exemplo para muitas outras mulheres que passaram a ingressar crescentemente no magistério, à medida que se tornava uma atuação profissional aceitável para as mulheres de camadas médias e revestida de qualificações morais de respeitabilidade.³³

³¹ Júlia Vanderley nasceu em Ponta Grossa, em 1874. Veio para Curitiba em 1879. Em 28 de janeiro de 1891 requereu matrícula para freqüentar aulas do 1º ano do Curso Normal, até então franqueado exclusivamente para alunos do sexo masculino. Quatro anos depois assumia a direção da Escola Tiradentes. Publicou alguns artigos esparsos em jornais da capital, utilizando algumas vezes o pseudônimo de Augusta de Souza.

³² AMARAL, Victor do. In: Júlia Wanderley - Homenagem. Curitiba : João Haupt, 1918. p.7.

³³ Em 1907, o magistério público era constituído na maior parte pelo sexo feminino: em 120 escolas, 91 eram dirigidos por mulheres e 29 por homens. In: A República. 10.08.1907. p.2.

Era o caso também das missionárias americanas Mary Parker Dascomb e Elmyra Kuhl³⁴ que fundaram em Curitiba, já no ano de 1892, a Escola Americana - a primeira, no gênero, para meninas. Essa escola, baseada no modelo pedagógico norte-americano, era considerada uma modelar casa de ensino.

Também abriram caminhos as mulheres que buscaram na arte o meio de expressar a sua subjetividade: além de pintar ou tocar, criaram escolas, associações e centros culturais que puderam dar eco às suas aspirações.

Mas, quais seriam as aspirações, vontades e necessidades que impeliam a mulher curitibana a assumir uma imagem pública desvinculada da tradicional imagem de mãe, esposa e dona-de-casa? Provavelmente diversas e divergentes, em função dos condicionamentos sociais, econômicos e ideológicos.

Atualizadas com as transformações que ocorriam na passagem do século, as curitibanas reivindicavam a sua participação no espaço público, apropriando-se dos meios que dispunham: as mais privilegiadas economicamente, assumindo funções importantes frente aos negócios da família, aperfeiçoando o estudo do francês e os hábitos culturais; as mulheres pobres ou de camadas médias baixas tinham suas vidas modificadas pelas atividades exercidas nas fábricas e no

³⁴ Mary Parker Dascomb nasceu em Providence e Elmira Kuhl em Nova Jersey, em 1842. Estudaram no mesmo colégio e mais tarde mudaram-se para o Brasil. Depois de muitos anos, aplicando juntas a proposta pedagógica americana, Elmyra retornou ao país de origem e Mary permaneceu em Curitiba. Morreram ambas no ano de 1917. NICOLAS, M. **Vultos paranaenses**. Curitiba. 1966. p.70. [s.n.].

comércio, onde procuravam adquirir melhor desempenho e melhores salários.

Para algumas curitibanas de camadas média e superior, o que permitiu ampliar seus horizontes e estabelecer-se em algum grau de igualdade com os homens foi a fundação da Universidade do Paraná em 1912 - a primeira do Brasil, que, reconhecida e subvencionada pelo Estado, manteve cursos de Direito, Medicina, Engenharia, entre outros. Até então, as mulheres que desejassem concluir a formação acadêmica deviam dispor de apoio moral e material, a fim de concluir seus estudos nas principais cidades do país.

Em 1913, recém-criado o curso de Medicina no Estado, Maria Falce de Macedo matriculava-se nele, ignorando as críticas. Depois de formada, tornou-se catedrática de Química Orgânica e Biologia dos cursos de Medicina e Farmácia da Universidade do Paraná.

No rastro de Maria Falce, formaram-se, na mesma área, entre as décadas de 20 e 30, Josefina Flacks e Oliva Terra Franco; em Odontologia, Ana Gluck, Helena Vianna Seiler, Miriam da Costa Straub, Inizilda Munhoz; em Direito, Marta Gomes, Izaura Sidney Gasparin (cursou também Medicina) e Rosy Pinheiro Lima; em Farmácia, Maria das Dores Passerino, Alice Grilo Pimentel, Joana Falce de Scalco, Zeny dos Santos Carrano, entre outras.

A imprensa, no entanto, representou o principal espaço para as mulheres letradas expressarem suas idéias, servindo como importante veículo de comunicação e instrumento de reflexão sobre a condição feminina. Conscientes da dificuldade de adentrar o espaço público e reconhecendo a sua exclusão dos

direitos de cidadã - não eram indivíduos iguais aos homens em termos políticos e sociais -, as curitibanas letradas expressaram através das palavras impressas o seu descontentamento diante do restrito acesso às liberdades públicas.

Para essas mulheres, dispostas a ter garantia como indivíduo completo, obtendo a cidadania, é que se volta o olhar do historiador. Através da imprensa, instrumento formador da opinião pública por excelência, desenvolveu-se a polêmica discussão entre feministas e antifeministas acerca da inserção da mulher na vida pública. A esfera pública literária, nesse sentido, representou um passo importante ao servir de instância mediadora à efetiva participação da mulher na esfera política.



1 Acima, à esquerda.
Família alemã,
final do século XIX.
2 Abaixo. Família Bonn,
aproximadamente 1910.
3 À direita. Mulher com
duas crianças, início
deste
século.



4 Família Foggatto, 1921.



5 Mulher com filhos,
década de 1930.



6 Júlia Wanderley (1874-1918), considerada a mestra das mestras.



7 Mariana Coelho (1873-1954), professora, escritora e feminista.

8 Mulher curitibana, 1919.
A pose aparentemente casual insere um novo elemento (o livro entreaberto) ao cenário composto para o retrato feminino.





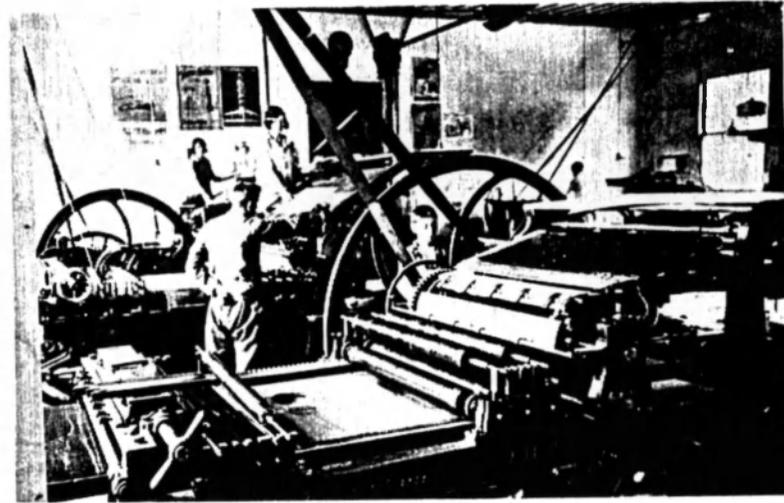
9 Mulher curitibana, 1927.
Os cabelos curtos e a
firmeza do olhar
decodificam uma outra
elegância, que não
dispensa, porém, atenção
aos mínimos detalhes dos
acessórios.



10 Acima. Maria Aida,
primeira aeronauta
paranaense, 1909.

11 Bloco carnavalesco
fantasiado de dominó,
década de 20.

12 Abaixo, à direita.
Grupo de mulheres
pertencente ao Instituto
Néo-Pitagórico; ao
centro, Dario Vellozo,
seu sócio-fundador.



13 Acima, à esquerda.
Mulheres trabalhando na
produção de bolachas.
Fábrica Lucinda, década
de 1920.

14. Abaixo, à esquerda.
Mulheres empacotando
bolachas na Fábrica
Lucinda, década de 1920.

15 Acima, à esquerda.
Em segundo plano,
mulheres no trabalho com
máquinas litográficas na
Impressora Paranaense.

Aos Bichões "OS PIRIRICAS" dedicam os autores

Se o voto sae

MAXIXE



Letra de Zé Pagode

CASA HERTEL

FUNDADA EM 1898

HERTEL IRMÃOS

Pianos, Musicas, Instrumentos e Acessorios

PRAÇA MUNICIPAL, 9

Curitiba-Paraná

Musica de

J. WALDOLPH

(Propriedade reservada)

16 Música de J. Waldolph e letra de Zé Pagode. Década de 1920.

SE O VOTO SAE

MAXIXE

Letra de ZÉ PAGÓDE

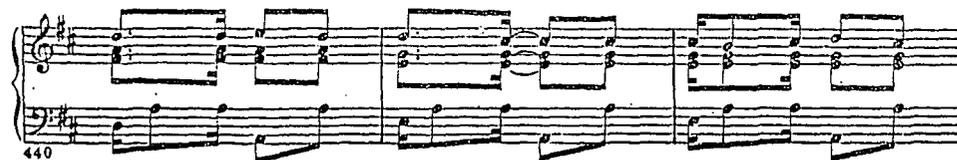
Musica de J. WALDOLPH

PIANO

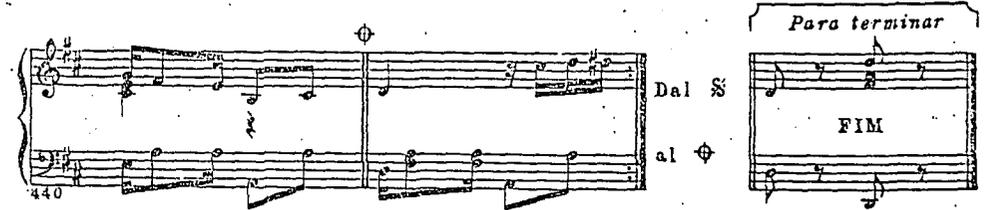
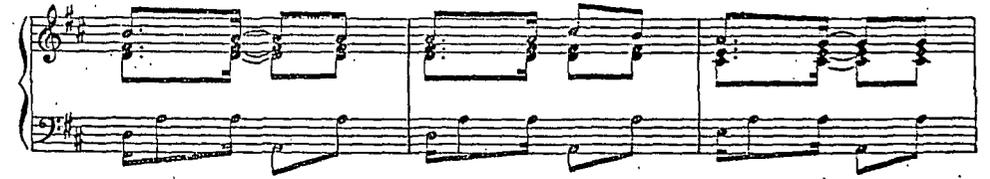


440

Canto



Propriedade reservada



440

Para terminar



FIM

O homem anda danado
E faz qualquer desatino
Si acaso são victoriosos
O tal voto femenino

A coisa lá no Senado
Caminha já com presteza
E desta vez que os barbados
Hão de barrar de braveza.

A mulher sendo eleitora
Com ella homem não forma
Verá que só obra d'elle
Ha de passar por reforma

As leis serão renovadas
Por ordem da mulherada
E os gajos que reclamarem
Entrarão logo em paulada

Em casa fica o marmanje
A cosinhar a papança
Lavar louça, lavar roupa
Dar de mamar a criança

Se a tua cara metade
Virar a bicho, cuidado
Não se zangue, caro amigo
É melhor ficar calado.

4. PEDIDOS, ATOS E RECUSAS

A História da oposição dos homens à emancipação das mulheres talvez seja mais interessante do que a história da própria emancipação." (Virginia Woolf, 1928)¹.

O medo que os homens sentem da mulher, como diz Peter GAY, é tão antigo quanto a história.² Mas, o medo dos homens e a histórica opressão das mulheres encontrou sua maior ressonância no século XIX, quando foram delineados, claramente, argumentos contra ou a favor da emancipação feminina.

Na segunda metade do século XIX, as exigências femininas se transformaram em fatos: as mulheres freqüentavam as escolas, trabalhavam no comércio e nas fábricas, aliavam-se aos intelectuais e políticos para conquistar seus direitos. Enquanto elas adentravam a esfera pública, ousando pisar em um terreno que parecia ser eternamente destinado ao sexo masculino, os homens exprimiam seus temores através de poemas, pinturas, tratados médicos e estudos supostamente científicos (calcados, principalmente, na biologia) sobre esse ser enigmático e misterioso - a mulher.

Os argumentos contra a emancipação feminina, assinala Peter GAY, provinham de uma atitude defensiva dos

¹ WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. 2ª ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985. p. 73.

². GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo : Cia. das Letras, 1988. p.128.

homens diante da demonstração aberta e crescente que a mulher fazia do seu poder, como contrapartida pública do poder que os homens exerciam privadamente.

Esse confronto entre os sexos, na maioria das vezes, apresentou-se exacerbado e motivado por angústias e frustrações de ambas as partes. No entanto, como já sublinhado no segundo capítulo, os movimentos feministas contaram com o apoio fundamental de certos homens, em sua maioria liberais ou socialistas, dispostos a reconhecer a pertinência das reivindicações femininas por direitos e oportunidades; o que indica que nem todos os homens consideravam os anseios das mulheres como um ataque contra eles próprios.

Todavia, o debate e o confronto entre homens e mulheres, na passagem do século, foram permeados por grandes doses de ironias, chacotas e ansiedades da parte masculina, na insistência de argumentar contra todas as investidas femininas de (re)definir seu papel nas esferas pública e privada. Sobretudo, porque tal posição exigiria repensar o lugar da liberdade e da necessidade, o tênue limite que separa cultura e natureza, fronteiras que definem o público e o privado.

Mas, os debates acalorados e difusos não se apoiavam apenas nos discursos promovidos pela elite intelectual de Curitiba. Gestos e atitudes das curitibanas, no cotidiano da cidade, demonstravam que a mudança social e o comportamento da mulher, na passagem deste século,

encontravam-se e se fundiam em um só movimento, que buscava abrir-lhe um leque cada vez maior de oportunidades.³

Este último capítulo pretende analisar os discursos feministas e antifeministas que direcionavam essa busca em função dos signos da liberdade, igualdade e oportunidades preconizados pela sociedade liberal. Sobretudo, porque as principais reivindicações encetadas pelas mulheres, e a contrapartida dos homens, provêm de uma idealização desses conceitos abrangentes defendidos pela democracia burguesa.

Nessa construção, apresentam-se recorrentes e entrelaçadas, em cada item, as sobejamente conhecidas temáticas presentes nas reivindicações femininas da época - direito de voto, trabalho e educação - que ora representam a busca da liberdade, ora definem a condição para a igualdade entre os gêneros, ou sugerem ainda, diante das oportunidades, formas diversas de construir a cidadania.⁴

4.1. ENTRE A LIBERDADE E A NECESSIDADE

Em todas as épocas, a presença na esfera pública era condição para a liberdade e a visibilidade, porque dava aos homens a garantia de permanecerem reconhecidos por suas ações através dos séculos.

Entretanto, a partir do século XVIII e acentuadamente nos séculos seguintes, como analisaram

³. GAY, P. op.cit. p.167.

⁴ A recorrência dos temas em cada item segue a ordem cronológica dos documentos e não necessariamente a do próprio tema.

ARENDRT e HABERMAS, a esfera pública sucumbiu à esfera privada, ou, em outras palavras, a política confundiu-se com o social. Os interesses dos cidadãos se transformaram em interesse "coletivo", e as questões pertinentes à vida familiar e privada, ligadas às necessidades básicas da vida, transformaram-se em interesse público. A partir daí, a política não só deixou de ser um espaço desvinculado (espaço da liberdade) da vida privada, como teve alterado o seu significado e importância para os indivíduos.

O resultado da imbricação da esfera pública e esfera privada conformou um espaço de sociabilidade que, em parte, destituiu a esfera pública de sua relevância na constituição de uma sociedade democrática, mas, por outro lado, estimulou a visibilidade de uma parte da humanidade que parecia eternamente sujeita à obscuridade.

Nesses termos, a inserção das mulheres na esfera pública literária, garantindo visibilidade e reconhecimento na esfera pública, instigou o debate e a polêmica sobre a exclusão da maioria das mulheres do poder público, ou seja, o seu estatuto de minoridade perante a lei e a sociedade.

No final da década de 1890, em Curitiba, a presença de artigos em jornais e revistas, escritos por mulheres que defendiam a emancipação feminina, não era mais novidade para o público leitor curitibano. Isso principalmente porque os movimentos feministas europeu e americano já vinham conquistando espaço cada vez maior na imprensa internacional. Um dos temas mais debatidos por esses movimentos reclamava a obtenção da cidadania enquanto garantia jurídica a ser estabelecida para o sexo feminino.

Em Curitiba, foi intensa a discussão sobre os direitos políticos - sobretudo o direito de voto, o grande parâmetro da liberdade feminina - reivindicados pelas francesas e inglesas (as mais comentadas na imprensa local), e as conquistas efetivadas pelas suecas, norueguesas e belgas.

Esses acontecimentos internacionais, trazidos ao público no calor da hora, incentivavam ainda mais o debate entre homens e mulheres a respeito da emancipação feminina.

Jornalistas, advogado(a)s, professores e artistas curitibanos propunham-se a debater a "emancipação feminina", expressando, sobretudo, o quanto suas idéias estavam sintonizadas com o pensamento ilustrado europeu. A recorrência freqüente de crônicas e artigos à história européia (na abordagem tradicional da política e sociedade), como também a argumentação da emancipação da mulher calcada nas tentativas e acertos do movimento feminista norte-americano ou europeu subentendiam uma preocupação por parte da elite econômica e intelectual com "'o que diriam os estrangeiros de nós', o que refletia não somente uma dependência aos valores europeus, mas revelava o esforço de se esculpir um retrato do Brasil condizente com o imaginário civilizado."⁵

Ainda assim, diferente das feministas inglesas ou francesas que lhes serviam de modelo, a idéia de emancipação feminina usada pelas curitibanas aparecia entre

⁵ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura e indústria.** São Paulo : Brasiliense, 1988. p.32.

parênteses (sutil, contida e quase sempre redundante nas garantias que oferecia ao homem de não roubar-lhe a cena). Marianna Coelho, provavelmente preocupada com a hostilidade com que eram recebidas as propostas feministas européias no Brasil advertia acerca da idéia de emancipação:

É também certo que nem toda a mulher tem uma compreensão devidamente nítida do que na realidade deva ser a sua emancipação- muitos entenderão talvez que, o emanciparem-se equivale a usurparem (é o termo) uma posição - se não superior, pelo menos sempre igual á do homem, invertendo não raras vezes seus papeis profissionaes - o que seria, necessariamente, de um insupportavel ridiculo que lhe roubaria a sua mais preciosa e principal sympathia moral.⁶

Após acalmar os ânimos antifeministas, ela definia em que termos compreendia a emancipação:

"ella deve ser relativa, e tão justamente comprehendida que não isole o vulto feminino de toda essa attrahente e doce poesia que o cerca no lar.(...) Que a mulher trabalhe e estude, que se engrandeça pela sua elevação moral e intellectual ao lado do homem, fundando(...) os alicerces da sociedade futura - e terá conquistado a mais iniquivoca e condigna emancipação que lhe compete e que lhe convém não deixando nunca, que a sublime da sua mais justa aspiração convenientemente zelada, se

⁶ COELHO, Mariana. A emancipação da mulher. A Colméia. julho de 1898. p.1-3.

transforme n'um irreparavel
ridículo.⁷

Há nesse artigo uma advertência clara para as próprias mulheres: se a subjetividade não é colocada em contraposição ao espaço público almejado, adentrar esse espaço não devia ser fator de desequilíbrio em relação ao papel feminino desempenhado no espaço privado. E, para os homens, Mariana fez um necessário e estratégico convite à cumplicidade, cercado de considerações presumivelmente aceitáveis, de modo a evitar ataques zombeteiros por parte do sexo oposto.

Se, aparentemente, delineava-se em Curitiba uma percepção singular da libertação feminina, com todas as características provenientes de uma sociedade conservadora e recatada, onde os papéis sexuais definidos socialmente não eram questionados, o mote das reivindicações ditadas pelo feminismo europeu coincidia, em grande parte, com o discurso proferido pelas feministas locais - embora não estivesse presente o teor radical dos discursos enunciados pelas inglesas ou americanas. Era senso comum em todos os programas feministas que não haveria modernidade, ou seja, não haveria civilização e progresso enquanto metade da humanidade fosse subordinada à outra metade.

A discussão mais intensa sobre o direito às liberdades das mulheres em Curitiba foi proporcionada pelo escritor e jornalista Nestor de Castro⁸, Mariana Coelho e a

⁷ Idem.

⁸ Nestor Pereira de Castro nasceu em Antonina em 18 de maio de 1867. Autodidata, escreveu contos e exerceu o jornalismo ativo, escrevendo polêmicos artigos sobre política e sobre assuntos, tais como o feminismo, que lhe

pintora e educadora Georgina Mongruel, nos primeiros anos deste século, nas páginas do jornal "Diário da Tarde".

Em artigos sucessivos, Georgina defendia o direito de a mulher educar-se, mas condenava o direito de voto e a inserção feminina na vida pública, como se qualquer uma dessas instâncias pudesse ser excluída do conceito mais amplo de liberdade feminina. Para a escritora, a vida familiar e pública eram inconciliáveis, devendo a mulher respeitar a sua "natureza", voltada para a vida privada. Menosprezava o exercício da cidadania para o sexo frágil, argumentando aos seus interlocutores: "Comme vous, je veux voir les femmes partout, excepté cependant dans les affaires du pays!"⁹

Entre surpresa e indignada, principalmente pelo fato de a recusa partir de uma mulher, Mariana Coelho retrucava com ironia ao pseudofeminismo da opositora:

Parece que o principal motivo da sua repugnancia em aceitar o direito do voto, parte da perspectiva que lhe apresenta por um prisma degradante a mulher no café ou na praça publica discutindo o seu voto, nos meetings. Tudo isto, porem, eu acho exaggerado porque, a mulher, na qual já é innato o recato e a tendencia para uma sã moral, saberá, adicionando a estas suas bellas qualidades os dotes de um espirito illustrado, proceder a este e

rendeu algumas contrariedades. Foi redator da "Gazeta do Povo", "A República" e colaborou em diversas revistas literárias. Faleceu precocemente em agosto de 1906.

⁹ "Como vocês, eu quero ver as mulheres em todos os lugares, exceto, entretanto, nos negócios do país!" In: MONGRUEL, Georgina. *La femme electeur*. Diário da Tarde. Curitiba, 15.03.1901. p.2.

outros respeitos, em perfeita harmonia com a sympathica delicadeza de seu sexo. Summariando: sou sufficientemente sensata para admittir que a mulher abandone o attraente logar que desde sempre lhe está marcado no lar, mas sou tambem essencialmente progressista para não admittir que ella acompanhe convenientemente o progresso, porque entendo que acceital-o, excluindo-a, equivale ao absurdo de nivelal-a, em parte, com os irracionaes.¹⁰

Em concordância com os princípios que norteavam o pensamento letrado do início do século, depreende-se desse artigo a crença das feministas na evolução social e na elevação do papel da mulher para a sua concretização. No lugar de uma visão romântica, enaltecendo o valor das mulheres no mundo privado, Mariana Coelho enfatizava a sua co-responsabilidade na construção de um mundo guiado pela razão.

O desejo de adquirir um "espírito esclarecido e prático" coincidia com a descoberta subjetiva da sua condição de seres humanos e cidadãos. Excluídas da participação na esfera pública e dos direitos políticos daí advindos, sentiam-se como os "irracionais", dizia Mariana Coelho. Ou seja, assemelhavam-se aos pobres - incapazes de prover a subsistência, impedidos de ter acesso ao domínio da palavra, da razão e da ação política.¹¹

¹⁰ COELHO, Mariana. **A emancipação da mulher**. Diário da Tarde. Curitiba, 04.03.1901. p.1.

¹¹ Bresciani analisa o elo existente entre os pobres e as mulheres dado por um destino comum: ambos estão restritos ao campo da necessidade. **O anjo da casa**. mimeo.inédito. p.13.

Ainda sob o impacto das declarações de Mme. Mongrue, Jean-Jacques, pseudônimo de Nestor de Castro, que logo sairia do anonimato assinando os artigos a favor do feminismo com seu verdadeiro nome, apontava o que considerava o principal instrumento para a libertação feminina:

Mme. Mongrue entende e sustenta que os deveres da mulher estão naturalmente adstrictos ao lar, e que qualquer ampliação dessa missão trará o aniquilamento da família.(...), porém,(...) a felicidade humana só será completa e duradoura quando fôr proclamada a incondicional emancipação feminil. Esta revolução, tão necessaria ao aperfeiçoamento dos costumes, está sobretudo confiada á amplitude dos meios pedagogicos, até hoje negada á cultura intellectual da mulher.(...) Realizado este grande plano pedagogico, poder-se-á dizer que está tacitamente feita a emancipação juridica e social do sexo feminino.¹²

Contra a objeção de Mongrue ao ingresso da mulher na vida pública, Jean-Jacques respondeu:

A propria mulher escolherá a profissão que mais lhe convenha, na certeza de que aquella que tenha verdadeira vocação pelos misteres da vida domestica, essa jamais deixará o carinho dos filhos e o amor

¹² CASTRO, Nestor de. **O feminismo**. Diário da Tarde. Curitiba, 14.03.1901. p.1.

do consorte por outra posição social.¹³

Na verdade, Nestor de Castro chamava de vocação o privilégio da liberdade de escolha que mulheres solteiras de camadas médias e altas possuíam em relação às mulheres casadas, ou pobres e desamparadas socialmente.

O apoio à causa feminina dada pelo autor apresentava-se ambíguo nesse sentido, pois, ao mesmo tempo em que defendia a inserção da mulher na vida pública, sugeria, tal como Mongruel, a incompatibilidade entre vida profissional e vida doméstica. A posição de Nestor de Castro tornou-se mais evidente quando, no mesmo texto, associou a emancipação feminina à contenção da prostituição e à possibilidade de "um melhor destino" àquelas mulheres que não casaram ou enviuvaram.

Reforçava-se nesse discurso e nos discursos feministas posteriores a comparação da mulher ao escravo da antiguidade clássica¹⁴. Este, sujeito aos serviços ligados às necessidades (físicas) da vida, não participava da esfera pública, tal qual as mulheres que, atravessando os séculos sujeitas à garantia da sobrevivência (física) da

¹³ Idem.

¹⁴ Ver exemplos cap.1 e 2. "Desde a Revolução Francesa, a designação da opressão feminina passa pela metáfora da escravidão. A invisibilidade do caráter social da exclusão das mulheres faz com que não exista um nome específico para expressá-la e, conseqüentemente, sua afirmação toma de empréstimo as designações de outras categorias de excluído(a)s, excluído(a)s mais visíveis e universalmente reconhecido(a)s como tais." VARIKAS, Eleni. In: **A mulher e o espaço público**. ANPUH:Marco Zero. São Paulo, 1989. p.20.

espécie, portanto presas ao reino da necessidade, abdicavam da liberdade.

Na modernidade, a noção de civilização, contrapondo-se ao estado de barbárie, consistia em recusar as diferentes formas de escravidão, buscando nos ideais iluministas e nas novas instituições emergentes da ordem burguesa argumentos para a libertação feminina.

Nesse sentido, para a mulher letrada curitibana, a conquista da liberdade era condição fundamental para o sexo feminino desvincular-se das atividades essencialmente necessárias à manutenção da vida, obtendo uma profissão, tendo acesso à instrução, o que era tão fundamental quanto o voto na aquisição do direito de cidadania.

Retornando, porém, ao diálogo, via imprensa, a pintora Georgina Mongruel teve direito de resposta ao seu opositor. Fiel ao estilo reverente e elegante com que se dava o debate, a autora concordava com o jornalista sobre a questão da prostituição e da opção ao trabalho para a mulher que não podia ou não queria casar. Todavia, mantinha sua posição acerca da liberdade jurídica e social da mulher, defendida, como sempre, em francês:

(...)puisque j'ai donné raison sur toute la ligne à mon aimable contradicteur, Monsieur Jean-Jacques, je me permets deux questions. Ny a-t-il pas certaines professions ou l'intervention de la femme est inutile?...Dans les avocats, par exemple?...Nous avons déjà plus d'avocats que de causes!... Et jusqu'a présent nous sommes limités á admettre les hommes ou barreau! Et comme

seconde question: à quoi servira la femme electeur?¹⁵

Jean-Jacques, mais uma vez, não resistiu em contrapor-se aos argumentos pouco convincentes da "ilustre dama" e, no dia seguinte, devolveu-lhe resposta no jornal:

A supposta inutilidade da intervenção da mulher em certas profissões, como na de advogado, é um caso todo fortuito, que tanto pôde colher a actividade do sexo feminino como as do homem. Desde que haja mais advogados que causas, claro é que o motivo da inutilidade da profissao é a concurrencia, e nao propriamente a falta de aptidões do profissional. (...) Quanto a questão do voto, - isto é uma simples formula de direito, que consequentemente virá com os demais beneficios inherentes à emancipação feminil, sem que d'ahi provenha o abalo do bem estar publico.¹⁶

E, para concluir, reforçou novamente sua convicção no direito à liberdade feminina, através da instrução:

A mulher, desde que tenha preparado a sua feminilidade por meio de um apurado grão de cultura intelectual, tal como

¹⁵ " Mas, já que dei razão, sob todos os aspectos, ao meu amável adversário, Mons. Jean-Jacques, permito-me fazer duas perguntas. Não há certas profissões onde a intervenção da mulher é inútil? ...Entre os advogados, por exemplo?...Nós já temos mais advogados que causas!...e até o momento nos limitamos a admitir homens na Ordem dos Advogados! E como segunda pergunta: a que servirá a mulher eleitora?" MONGRUEL, Georgina. *La femme electeur*. Diário da Tarde. Curitiba, 15.03.1901. p.2.

¹⁶ CASTRO, Nestor de. *O feminismo*. Diário da Tarde. Curitiba, 16.03.1901. p.1.

dispõe a boa doutrina feminista, ficará apta para exercer todos os os direitos civicos; pois a historia demonstra muitissimos casos de senhoras que se notabilisaram pelo seu alto atilamento politico, concorrendo para o engrandecimento patrio.¹⁷

Afinado com o pensamento republicano, Nestor de Castro referia-se, freqüentemente, às teses sociológicas do século XIX, citando pesquisas e recorrendo amiúde à filosofia, procurando, dessa forma, desmistificar a incapacidade da mulher para exercer a vida pública.

Na esteira desse pensamento que procurava resolver, até certo ponto, a incompatibilidade entre necessidade e liberdade, surgiram outras manifestações que defendiam a importância da liberação feminina, via instrução, para o progresso da nação, considerando as mulheres as responsáveis diretas pela criação e desenvolvimento dos futuros cidadãos.

Em artigo dedicado ao próprio esposo, em dado momento Diretor de Instrução Pública no Estado, Elvira Paraná reclamava o acesso aos conhecimentos gerais, com inclusão de História e Psicologia, para que a mulher pudesse alcançar seus objetivos:

Por meio da historia, ella terá idea nitida do sentimento de liberdade e do amor da patria, predicados indispensaveis a toda mãe de familia(...). Conscia dos seus direitos e deveres, bem orientada, bem norteada pela sciencia e pela observação, saberá melhor

¹⁷ Idem.

escolher o companheiro de seus dias; conhecerá mais prontamente as tendências boas ou más de seus filhos e de seus alumnos(...).¹⁸

Os argumentos femininos a favor da instrução, sob a alegação de desempenhar tarefas práticas e fundamentais para o desenvolvimento social e moral, demonstravam, mais uma vez, a preocupação com as conseqüências que tal possibilidade traria em termos de liberdade de escolha do seu destino.

Assim como consideravam parcas as matérias do conhecimento a que as mulheres tinham acesso, estava presente nos artigos a percepção da vulnerabilidade feminina diante do contrato civil do casamento que as submetia a uma vida conjugal, na maioria das vezes, indesejável.

Essa evidência era perpassada mais uma vez pela racionalização dos sentimentos, pois, para a concepção de casamento da época, não bastavam amor e dinheiro, mas eram necessários certos predicados como a estabilidade emocional, o perfil psicológico, o caráter etc. Ou seja, a instrução desejada pelas mulheres curitibanas seria uma instrução de caráter amplo e universal, cultural, moral e ético, permitindo não só o acesso ao espaço público, mas o favorecimento da sua condição dentro do lar.

Para aqueles que se opunham, entretanto, à modernidade das idéias feministas e suas reivindicações, a

¹⁸ PARANÁ, Elvira. **A mulher.** O Olho da Rua. Curitiba, 05.10.1911. p.4.

liberação feminina estava tomando um rumo impróprio, quase permissivo, posto que privilegiava o desenvolvimento intelectual, "desprezando", dessa forma, o papel inerente à mulher como esposa e mãe, guardiã da família e dos bons costumes.

Nesse sentido, a educação feminina poderia ser aceita, desde que estivesse associada ao ideal do pensamento ilustrado, onde o significado do conhecimento teria um fim em si mesmo.

Tratava-se de lapidar a alma e envernizar o espírito com alguma erudição. Para as feministas, também influenciadas por essa visão, mas em versão ampliada, a educação era uma das formas encontradas para obter as liberdades públicas. Ou seja, através do conhecimento poderiam se reconhecer como indivíduo, teriam a garantia de que o exercício da liberdade as faria iguais ao homem e, sobretudo, que tais conquistas lhes trariam a devida competência para dar conta de suprir suas necessidades.

No entanto, a condução dessa nova forma de ensino feminino, insistiam alguns, revelava "que as circunstancias economicas e a evolução da moral (traduzindo-se nas dificuldades da collocação pelo casamento) collocaram (as mulheres) em embaraçosas condições."¹⁹

Está presente, nesse raciocínio, um argumento que se tornaria um clichê da oposição ao movimento feminista em todos os países; ou seja, por trás das reivindicações políticas e sociais das mulheres, além da falta de sorte

¹⁹ VIEIRA, Arthur. **Educação feminina**. A República. Curitiba, 24.04.1914. p.1.

das que nasceram pobres ou ficaram viúvas, estaria um cortejo de solteironas, mulheres mal-amadas e ressentidas, objetivando, provavelmente, uma vingança coletiva contra os homens.

Uma oposição tão pouco elogiosa, como disse Virginia Wolff, "não era simplesmente o brado da vaidade ferida: era um protesto contra alguma violação de seu poder de acreditar em si mesmo." Segundo a escritora

Em todos esses séculos as mulheres têm servido de espelhos dotados do mágico e delicioso poder de refletir a figura do homem com o dobro de seu tamanho natural. (...)quando ela começa a falar a verdade, o vulto no espelho encolhe, sua aptidão para a vida diminui. Como pode ele continuar a proferir julgamentos, civilizar nativos, fazer leis, escrever livros, arrumar-se todo e deitar falação nos banquetes, se não puder se ver no café da manhã e ao jantar com pelo menos o dobro do seu tamanho real?²⁰

A diferença entre os discursos dos homens e das mulheres que apoiavam a liberação feminina e daqueles que a recusavam está na compreensão de uns e outros do que deveria ser essa liberdade. Para as feministas, a liberdade consistia, sobretudo, no direito à cidadania - garantia de inclusão no mundo civilizado, cujo símbolo era o progresso e o aperfeiçoamento social. Instruir-se, portanto, era para

²⁰ WOLFF, Virginia. op.cit. p.48-49.

as curitibanas a possibilidade de formar a personalidade necessária à condição de cidadã.

Para os antifeministas, entretanto, persistia a visão fatalista das mulheres presas ao mundo natural, lugar por excelência da sua principal missão para o aperfeiçoamento social. Liberdade de instruir-se, sim, mas para formar e desenvolver apenas habilidades.

4.2. ENTRE A IGUALDADE E A EQUIVALÊNCIA

O desejo de liberdade almejado pelas curitibanas previa garantir igualdade de direitos e oportunidades que eram dados aos homens e dos quais as mulheres se sentiam excluídas.

A principal barreira a esse projeto de libertação provinha da percepção de que a verdadeira conclamação da igualdade entre o homem e a mulher já se encontrava subjacente ao elevado papel destinado ao sexo feminino, na sociedade e na família.

Dizia um ilustre paranaense indignado:

O erro das feministas provém, indiscutivelmente do ponto de vista falso e estreito em que se collocam (...) Confundem igualdade de funções com equivalente de funções. O individualismo invadindo o seio da família exerce a mais desastrosa, subversiva e anarchisadora influencia. (...) A mulher nasceu para a família e arredal-a d'ahí para remetel-a ao forum, à vida publica, é fazel-a mentir ao seu papel, ao

seu instinto, à sua lei, que é a maternidade.(...). Tenha cuidado a mulher, querem fazel-a livre e hão de atiral-a à mais abjecta e dura escravidao.²¹

O autor se equivocava ao interpretar as reivindicações femininas pela igualdade como o mero reconhecimento do seu valor enquanto esposa-mãe-dona-de-casa, já que, pensava ele, ao cumprirem seu papel na reprodução da espécie, as mulheres estariam realizando missão correspondente à dos homens no sistema de produção. Assim, no pressuposto do equilíbrio dos papéis sexuais definidos socialmente - mulher-espaco privado/ homem-espaco público - encontrava-se o pêndulo da igualdade, ou melhor, da equivalência. Tal posição vem de encontro ao pensamento arendtiano sobre a inversão do conceito de público na sociedade moderna: outrora encarada como espaco da liberdade, a esfera pública passou a representar uma armadilha na sociedade moderna, onde a liberdade (vinculada ao mundo do trabalho) equiparava-se à escravidão da antiguidade greco-romana.

A transparência das ações e dos discursos - livre de todos os impedimentos impostos pela necessidade - cedia lugar, na sociedade moderna, aos interesses esquivos e pessoais ditados pela ambição individual e pela competição desmedida. De qualquer modo, esse argumento não justifica os termos em que Aristides França repudiava as reivindicações feministas.

²¹ FRANÇA, Aristides. *Ilusão feminista*. Curitiba, 26.10.1901. p.2.

No decorrer dos anos, manifestavam-se, na imprensa curitibana, cada vez mais freqüentemente aqueles que se recusavam a entender a igualdade como "equivalência de funções". Rachel Prado, refletindo sobre o tema, escreveu uma crônica em que expressava o seu ponto de vista:

A mulher, dizem os homens, é uma creatura sublime, cheia de amôr e de ternura; mas tocante a sua intellectualidade elles nunca falam, nao querem saber d'isso(...). Elles condemnam a sua imaginação a um terreno daninho onde jamais germinará o fructo da intellectualidade. Elles julgam que a mulher tem um cerebro embotado, incapaz de ligar ideias... Só o sexo forte possui a primasia...E si por acaso, apparece uma mulher que, se distingue das vulgares, pelo seu genio corajoso, pelo seu talento, murmuram logo, para tirarem-lhe a competencia: - É uma louca, um espirito masculinizado que quer imitar-nos.(...). Contudo temos milhares de exemplos do genio intrepido e da força da mulher, em todas as nações.(...). Mas, se julgam que só as mulheres são fracas, ha homens tambem fraquissimos que preferem os labores domesticos às lides publicas destinadas unicamente ao sexo forte.²²

E a escritora e jornalista se pôs, então, a contar um caso em que se inverteram os papéis - o marido era fraco e medíocre e a esposa, geniosa e inteligente. As atitudes que caberiam a um deles foram tomadas pelo outro, sem

²² PRADO, Rachel. *A mulher e o homem*. Diário da Tarde. Curitiba, 18.07.1908. p.1-2.

constrangimentos. Terminava a crônica com a defesa da igualdade de funções :

A mulher pode ter também, uma cadeira no parlamento, um lugar na tribuna, assim como o homem pode também ter, um lugar no lar e ser ama seca...Esses logares não estão reservados unicamente para todos os homens e todas as mulheres. Há exceções.²³

Havia realmente exceções, inclusive entre alguns homens que, considerando importante a manutenção do seu papel na esfera pública, viam o ingresso da mulher nesse setor como uma possibilidade de reconstituir valores éticos e morais solapados pela conduta masculina. Estimulados pelo projeto de consolidação da República, acreditavam na colaboração da mulher nas atividades políticas, como parece sugerir uma crônica bem-humorada, do início de século:

Não sou daquelles que pensam a mulher servir apenas para a cozinha; não senhores e não senhoras. A' mulher de espirito atiladissimo, de uma energia moral muito superior ao homem; á mulher com as suas faculdades de raciocinio excessivamente desenvolvidas e com a sua perspicacia extraordinaria deve ser reservado um papel de destaque. (...) Tenho sempre observado que nas deducções de innumeradas senhoras sobre varios factos ou sejam politicos ou commerciaes ha uma tal presciencia que me admiro como nas nossas sociedades modernas nao se adoptou ainda o systema do conselho das matronas usado pelos antigos. Estou mesmo

²³ Idem.

convencido que a engrenagem funcionaria muito melhor se as senhoras fossem as...congressistas. Por falar não se perdiam porque os nossos deputados em todas as legislaturas quando não dizem asneiras, dormem, salvo honrosíssimas exceções. Ha mesmo deputados que sempre dormem e outros que se não dormem e não falam é porque dorme-lhes alguma coisa.²⁴

Esse discurso, ao mesmo tempo em que exaltava as qualidades femininas, apontava as deficiências da atuação dos homens públicos, constituindo-se em aguda crítica ao exercício da prática política nacional.

Parece pouco claro, todavia, em que termos as feministas de Curitiba desejavam igualar-se aos homens, tendo-se colocado muitas vezes nos textos e artigos a importância de garantir às mulheres oportunidades econômicas e sociais. Ao mesmo tempo em que almejavam a presença feminina no espaço público, o acesso à instrução e à cidadania, eram textos que recolocavam a questão da igualdade na diferença. As próprias defensoras do feminismo, enquanto afirmavam seus direitos de cidadãos, no sentido mais lato do termo, condicionavam sua participação pública à manutenção dessas diferenças: as mulheres não podem ser impedidas de trabalhar, mas não devem competir com os homens; as mulheres têm o direito de participar da vida pública, mas não devem abrir mão do seu papel na vida privada.

²⁴ FLAVIO. *Cronica da rua*. O Olho da Rua. Curitiba, 22.08.1908.

Na verdade, não havia ainda uma reflexão mais profunda sobre a relação entre o público e o privado, o masculino e o feminino, e os limites a serem ultrapassados. As curitibanas desejavam, antes de tudo, desfrutar da racionalidade concedida aos homens pela sociedade liberal burguesa, mas não se atreviam a romper com o aspecto repressor dessa racionalidade, que inibia a sua autonomia enquanto indivíduo. Em todo caso, foram essas mesmas incertezas que tornaram o feminismo da época mais aceitável, em todo o mundo.²⁵

Enquanto isso, a recusa do discurso antifeminista parecia ganhar em objetividade, questionando o sentido da igualdade na esfera pública com objeções concretas: Em quais funções as mulheres pretendiam se igualar? No que elas se diferenciavam dos homens e por que deveriam haver essas diferenças?

O erro maior dos opositores à causa feminista não estava, porém, nas suas perguntas, mas nas suas respostas, que recaíam, freqüentemente, em delírios exacerbados contra o que consideravam uma tentativa das feministas de defender a superioridade das mulheres em relação aos homens.

Travado um diálogo de surdos - mesmo sendo feitas todas as ressalvas por um feminismo respeitável, que garantisse a manutenção do papel feminino na esfera privada - persistiam as recusas dos antifeministas. Quando se esgotavam os argumentos, recorria-se aos estereótipos, metáforas e à própria história do movimento feminista:

²⁵ SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**. 1989. p.117-8.

O sangue de Olympia de Gonges (sic) regou o campo do feminismo revolucionario e ajudou a germinar muitas plantas, mas o introspectivo resultado e de tão meã diuturnidade foi o de popular annexim: muita parra e pouca uva. Ahi por 1848, a França está cheia de associações feministas(...), uma multidão de agrupamentos dos novos ideaes mulheris. (...) O movimento então foi tão duradoiro, como as rosas de Malherbe e é de justiça salientar que a iniciativa daquelles movimentos coube ás solteironas, ás mesdemoiselles que não conseguiram ser promovidas a mesdames.²⁶

Argumentações como essas, ofensivas e preconceituosas, defendidas até mesmo por mulheres, demonstravam que, mesmo não havendo uma reflexão mais profunda do feminismo quanto aos preceitos culturais da sociedade, sua ação já era suficientemente avançada para provocar a ira dos que temiam mudanças.

Outra contraposição à causa feminista recorrente na Europa do século XIX, e que ainda se sustentaria em Curitiba até a década de 20, foi a teoria naturalista, baseada na suposta inferioridade física e psíquica da mulher. Em artigo dirigido a Rachel Prado, um escritor explicava a sua perspectiva do feminismo:

Mas não é tal, formosa amiga, o egoismo masculino não é, como pensam as suffragistas,

²⁶ Leonor. **A ação feminina e o feminismo**. Veritas. Curitiba, 1916. p.10-11.

irremovível obstáculo á victoria da causa feminina; antes a indecisão e falta de energia, da generalidade das mulheres, são os mais eminentes factores do seu fracasso. Demais, a mulher não se acha ainda convenientemente aparelhada para os encargos da vida publica, mormente aqui na America meridional, onde a influencia dos costumes europeus soffre, consideravelmente a acção neutralisadora da atmospherá calma do ambiente. Assim sendo, minha adorada amiga, eu penso que todo brado de guerra neste sentido é por de mais extemporaneo, porque a mulher, deste privilegiado recanto do mundo, é mais do lar do que da rua; vive mais pelo coração do que pelo cerebro.²⁷

E numa previsão bastante pessimista e desanimadora, afirmava:

Demais, a herança do passado, onde a mulher estava collocada em delicada situação de inferioridade physica, carecendo, portanto, do amparo viril das forças masculinas, ainda nao está de todo dissipada e enfrentará valentemente a trajetória de mais alguns seculos.²⁸

Os tempos de guerra talvez favorecessem tão sombrias impressões, mas foi nesse período justamente que se fortaleceram as premissas do feminismo internacional e a

²⁷ RAPHAEL. **Recados à Rachel.** Revista Moderna. Curitiba, 15.07.1916.

²⁸ Idem.

conseqüente inserção da mulher no espaço público, através do direito de voto.

Além disso, as brasileiras não pareciam se encaixar exatamente na representação formulada pelo articulista. Ao contrário, manifestavam boa disposição física e psicológica, como demonstrava uma notícia informando que um grande número de mulheres havia se reunido no Rio de Janeiro para instalar uma linha de tiro e formar um regimento.²⁹ Logicamente, tal intento aguçou ainda mais o repúdio dos opositores à causa feminina.

Preocupado com o que chamava de "exageros" feministas, o articulista Gastão Faria³⁰ descreveu em sua coluna a figura da mulher-soldado, procurando dissuadir o sexo feminino de tentar o ingresso nessa função:

Vá que a mulher triumphe em materia de direitos políticos, vá que Ella chegue a ser deputado, senador, cabo eleitoral. Nunca cabo de fileiras marciaes.(...) O sexo forte, certo, não suportaria uma tamanha affronta aos seus brios...Não. Para a mulher ficarão reservadas as batalhas do amor, do affecto, da bondade.(...)O encanto, a seducção que irradia do perfil luminoso da mulher, reside justamente na sua incapacidade para os arduos labores.³¹

²⁹ FARIA, Gastão. **Do meu canto - a mania do exhibicionismo está dominando a alma da mulher brasileira.** Diário da Tarde. Curitiba, 29.09.1917. p.1.

³⁰ Poucas informações foram registradas sobre Gastão da Costa Faria. Sabe-se apenas que nasceu em Rio Negro e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Foi jornalista e advogado do fórum de Curitiba.

³¹ FARIA, Gastão. op.cit. p.1.

Como observa TRINDADE, a apologia do papel passivo da mulher nas instâncias nacionais manifestava-se não somente diante de uma hipotética participação da mulher nos campos de batalha, mas, sobretudo, contra qualquer princípio de cidadania que provocasse "o desencaminhamento feminino de suas tarefas 'máximas'".³²

Na seqüência do mesmo artigo, o jornalista retratava o desamparo masculino diante da metamorfose que as práticas bélicas trariam "ao belo sexo":

No dia em que ella, como soldado, formar ao lado do homem, nesse dia então o mundo não terá mais poesia. Tudo se desmoronará: ambição, sonho de gloria, vertigem das alturas, tudo desabará ao choque violento do desanimo. O homem, não será mais homem. Passará a ser uma entidade despida de nervos, de sensações barulhentas, de emoções tempestuosas. O coração humano não abrigará mais a chama sagrada do amor. Ali será o arsenal, onde as carabinas e as bayonetas, amaldiçoando o ideal, apothosarão a materialidade.³³

Cada vez mais distanciado das transformações sociais que vinham ocorrendo, o discurso do antifeminismo tornava-se esvaziado de conteúdos racionais, dos quais se valia ainda mais o feminismo "respeitável" das curitibanas, ao tentar obter a confiança da opinião pública. Aproveitavam-se, então, os dividendos da guerra para

³² TRINDADE. op.cit. p.182.

³³ FARIA, G. idem. p.1.

insistir naquilo que parecia sempre a um passo de concretização, mas que, no entanto, exigia uma constante reiteração:

Vê-se na Inglaterra, principalmente, e em outros países belligerantes, que as mulheres fazem todos os serviços, desde o mais rude ao mais elevado. Assim, pois, haverá alguém que pretenda negar capacidade á mulher? Ella não desfruta ainda a felicidade a que tem direito; para essa realização, é necessario que seja a mulher tão instruida quanto o homem, porque assim estarão, não só irmanados pelo coração, mas também pelo pensamento e pela alma.³⁴

Mais uma vez observa-se, nesses discursos, a inversão histórica que ocorreu entre o público e o privado. O trabalho - esfera da necessidade na sociedade antiga e condenado à obscuridade - adquiriu importância pública na sociedade moderna e contemporânea. Sob esse ângulo, a justificativa feminista não pressupunha o seu afastamento do mundo da necessidade, mas sua inserção completa nele, agora que a esfera do privado havia adquirido dimensão pública.³⁵

³⁴ NASCIMENTO, Dolores. *Linhas*. Revista do Povo. Curitiba, 24.12.1918. nº 20,21,22 e 23.

³⁵ ARENDT aponta para a distinção entre o público e o privado em termos do que deve ser exibido e do que deve ser ocultado. Na antiguidade, todas as atividades a serviço da subsistência e sobrevivência dos indivíduos - a parte corporal da existência humana - deveriam permanecer escondidas na privatividade do lar, enquanto na sociedade moderna, o trabalho "livre", deslocado para a esfera pública, passou a ser executado nas fábricas, respeitando

Por outro lado, o ideal de liberdade almejado pelas mulheres, ao contrário do desiderato de Gastão Faria, não aceitava facilmente a imagem idealizada e romântica que lhe conferiam os homens. Ao contrário, produziram outra, onde, aliada às trocas sentimentais, as mulheres queriam experimentar a igualdade de espírito, de atividades que pudessem enriquecer a própria relação sentimental.

Mas, embora não lhes recusassem direitos como o da instrução, eles estavam condicionados à possibilidade de torná-las "mais vezes boa"; mais compreensivas e meigas para manter seu companheiro perseverante; mais carinhosas para confortá-lo a cada retorno do trabalho e do exterior violento que lhes embrutecia o espírito.

Para Mariana Coelho, no entanto, a educação deveria ter mesmo um caráter de igualdade. Deveria servir à mulher como servia objetivamente ao homem: permitir-lhe trabalhar e obter a autonomia econômica. Nesse sentido, combateu com veemência na imprensa a oposição dos homens à inserção da mulher no mercado de trabalho (principalmente pelo medo da concorrência nos empregos e nas profissões) e defendeu, mais uma vez, os princípios da emancipação para todas as mulheres:

Ora, a mulher que apenas sabe ser 'dona-de-casa', é incapaz de viver do seu trabalho, não se pode tornar independente e - está fatalmente condenada a ser escrava - ou dos parentes ou dos estranhos, quando não consiga uma miserável pensão

para não morrer de fome! De mais a mais que a sua profissão a não inibe absolutamente de ser em todo terreno, muito boa dona-de-casa. E por estes e outros clamores absurdos que a propaganda feminista caminharia lenta e seria de um resultado negativo, se a conflagração europeia a não viesse acelerar provando eloquente e lindamente a injustiça com que a educação feminina tem sido conduzida. Sim, porque o feminismo, como não se envergonham de confessar os homens mais sensatos e cultos, é mais uma questão de justiça do que de sexo.³⁶

Nessa abordagem, a afinidade da autora com as idéias feministas propagadas em várias partes do mundo tornava-se mais evidente. Sobretudo a idéia de que, permanecendo subjugadas às tarefas necessárias da vida (invisíveis porque improdutivas e repetidas indefinidamente), as mulheres não teriam a chance de se igualar aos homens. Somente na realização do trabalho, isto é, na produção de um mundo "artificial" de coisas, consagrar-se-ia, em parte, a igualdade entre os sexos.

Além disso, a ênfase que a autora dá ao feminismo, mais como questão de justiça do que de sexo, coincide com a análise atual de BRESCIANI acerca da luta do feminismo internacional pelos direitos civis e políticos, quando afirma que "(...)de forma as vezes mais e às vezes menos radical, essa luta englobou o direito à liberdade para o

³⁶ COELHO, Mariana. **A principal emancipação feminina.** Diário da Tarde. Curitiba, 02.04.1918. p.1.

escravo e os direitos políticos para o trabalhador, visando eliminar da sociedade qualquer casta de párias".³⁷

Consciente dessas questões, Mariana ainda conjecturava sobre os ganhos femininos, uma vez obtido o acesso à profissionalização:

(...)A mulher educada no preparo de qualquer rendosa profissão - e ella tem provado no respectivo desempenho, que a sua competencia é igual á do homem, não tem receio do futuro, nem se preocupa com a idéa de que elle lhe proporcione um bom ou mau marido, nem mesmo a opprime a expectativa de não conseguir aquelle que deseja. Amparada pela sua linda profissão, em vez de 'acceptar' o ambicionado marido-arrimo, ella póde escolhê-lo, porque o seu trabalho lhe garante a independencia, a felicidade.³⁸

Nessa época (1918), Mariana Coelho estava com 45 anos, já havia fundado o Colégio Santos Dumont para o sexo feminino, atuava como diretora da Escola Profissional "República Argentina", pertencia ao Centro de Letras do Paraná e escrevera vários artigos para periódicos de Curitiba e de Portugal. Observa-se nos seus artigos um tom bem mais objetivo e menos apaziguador, se comparado aos textos do início do século. O tom delicado e cuidadoso na forma de expor cedeu lugar a uma linguagem mais agressiva e enfática.

³⁷ BRESCIANI. op.cit. p.32.

³⁸ COELHO, M. idem.

Porém, desde o início da década de 1910, a tímida mas crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, em Curitiba, já tornava a questão da igualdade um assunto inevitável.

O inconformismo dos antifeministas em Curitiba não parecia, entretanto, diminuir com o passar dos anos e das conquistas feitas pelas mulheres. Sua atuação como mão-de-obra no período da conflagração européia foi considerada um ganho para o movimento feminista, mas também motivo de reflexão para os desconfiados opositores que, no período do pós-guerra, perguntavam-se até que ponto a igualdade de condições representava a inferioridade ou não da mulher em relação ao homem.

Para um escritor, que preferiu não se identificar, a igualdade entre os sexos não se faria senão com o reconhecimento das suas acentuadas diferenças. E explicava quais eram elas:

Parece, (...) pouco mais ou menos provado que para os serviços que reclamam atividade e resistência, a mulher não serve. Haja visto o que ocorre nos caminhos de ferro, nos metrô, nos cafés e restaurantes, onde as mulheres vão desertando por incapacidade ou fadiga. As profissões ou ofícios por assim dizer, sedentários, que não exigem movimento, parecem, todavia, ser próprios para as mulheres, ao menos nos primeiros meses, porque logo depois, com o cansaço relativo, o seu trabalho é menos aproveitável e rendoso que o do homem.(...) Não falta com isto quem, depois de bem estudá-las afirme que, em these, as mulheres são

inferiores nos misteres ou profissões que reclamam força muscular, resistencia à fadiga, longas paradas de pé, calma, decisão, paciência, espírito inventoso e organização, observação rigorosa, precisão de idéas e ordem. Mostram-se, porem, as mulheres superiores aos homens em misteres ou profissão que exigem não mais a ordem e precisão de idéas mas de causas, atenção de detalhes, docilidade, pouco espírito crítico, confiança em seus chefes, paciência para as tarefas enfadonhas ou monótonas, destreza, asseio, cuidado e dedicação. Em resumo, o que a experiencia prova é o seguinte: as mulheres são capazes de fazer o que fazem os homens. A única diferença é que não fazem tão bem como eles.³⁹

Eis a questão fundamental colocada pelo antifeminismo diante da crescente reivindicação da mulher à igualdade e participação pública. Ela poderia adquirir alguma instrução, atuar na esfera pública, mas suas qualidades inerentes não permitiriam igualar-se aos homens em termos de competência.

Ao mesmo tempo, a mulher sem recursos, sem marido ou sem pai, assim como o restante da população, sem acesso aos bancos escolares e a melhores condições de vida, desencadeava a produção de um outro discurso, baseado nos princípios de uma sociedade que se pretendia organizada e civilizadora:

É preciso prepararmo-nos para o amanhã. O trabalho exclusivo do

³⁹ DIÁRIO DA TARDE. **A mulher e o homem no trabalho.** Curitiba, 20.09.1921. p.2.

homem não será então suficiente para estabelecer no lar o equilíbrio financeiro. É preciso que a mulher venha em seu auxílio. Prepara-la para isso, dar-lhe elementos capazes, afim de que ella possa enfrentar sem desalento, nem temor o magno problema do viver, isso deve ser uma preocupação louvavel dos governos.⁴⁰

Nesse caso, a preocupação dos diversos setores da sociedade, religiosos, intelectuais e governamentais, dirigia-se simultaneamente para a mulher pobre e para a trabalhadora. Ambas, desamparadas e fracas, estavam sujeitas, por "necessidade ou ociosidade", a aumentar a "infeliz classe das mulheres perdidas".⁴¹

Entretidas com o problema da sobrevivência, as trabalhadoras curitibanas estavam afastadas, por uma grande distância, das damas cultas e letradas que freqüentavam salões e saraus. As mulheres que lutavam pela emancipação feminina, por sua vez, estavam preocupadas em conquistar sua própria liberdade e disputar o poder com os homens; de modo que raras vezes elas discutiram as condições de trabalho e vida das trabalhadoras.

Do meio operário, eventualmente, advinham reações contra as péssimas condições de trabalho feminino:

⁴⁰ DIÁRIO DA TARDE. Instituto profissional feminino. V.B. Curitiba, 16.12.1913. p.1.

⁴¹ MACEDO, Antonio R. de. **Criação de uma sociedade - < amparadora da mulher pobre >**. Diário da Tarde. Curitiba, 14.05.1921. p.2.

Desde que a capital paranaense introduziu na sua vida outr'ora pacata e simples os habitos de luxo e elegancia que a Moda soe dictar, numerosos ateliers de moda se installaram anexos ao grandes magazines.(...)Mas, si em alguns desses "ateliers" o trabalho exaustivo de costureira, bordadora, (sic) etc., é sofrivelmente remunerado, outros ha em que não só o salario é deficiente, como tambem o horario exigente em muito o tempo que é lícito exigir.⁴²

Remuneração deficiente e mais baixa do que a dos homens, excesso de horas de trabalho e as molestações do "chefe", entre outras coisas, eram recriminadas pelo "sexo forte", que assumia uma postura paternalista diante das "criaturas de organização débil", que por muito tempo ainda não ousariam se manifestar.

Também na década de 1920, a presença das curitibanas no funcionalismo público foi comentada entusiasticamente pela imprensa:

Mais uma victoria do feminismo! É esse o nosso grito de satisfação, a cada senhora ou senhorita que ingressa numa secretaria do Estado para o encanto da burocracia e, dizem os entendidos, tambem para a boa ordem dos serviços publicos.⁴³

Mas, em seguida, o poeta e jornalista pergunta-se:

⁴² O OPERÁRIO. Os "ateliers" femininos. Curitiba, 14.10.1915.

⁴³ MAUL, Carlos. Feminismo...feminismo. Gazeta do Povo. Curitiba, 14.01.1924.

Contentar-se-ão ellas com uma conquista tão pequena que os velhos <ronds de cuir> saudam com o mais limpido dos seus sorrisos de faunos decrepitos?...Talvez... mas o mais interessante é que, aos passo que as mulheres penetram nas officinas que pareciam privativas dos homens, a sociedade luta por compellil-as a sua condição de coisa, objeto de luxo, joia musulmana para a delicia dos sultões modernos...Prefere-se à mulher - mulher, a creatura que oscila entre a ferocidade britannica de uma Pankurst e a bravura indiatica de uma professora Daltro...⁴⁴

Além disso, percebe-se que os homens se sentiam atingidos pelo movimento de emancipação feminina não só no seu papel social e profissional, mas também na sua masculinidade. Parecia afetar menos o imaginário masculino ver a mulher realizar conquistas no campo jurídico ou político, do que pensar em adaptar-se às novas formas de relações entre os sexos, em consequência dessas conquistas.

Sob esse ângulo, a luta pelo direito de voto encetada pelas mulheres constituiu, talvez, o principal símbolo da recusa masculina em aceitar igualar-se à mulher como indivíduo.

À difusão dos princípios de liberdade, igualdade e justiça social, tão caros às democracias liberais, confrontava-se a herança histórica e cultural das relações sociais entre homens e mulheres; delegar poderes a elas no espaço doméstico, no trabalho e na vida social, não

⁴⁴ Idem.

significaria, aparentemente, confundir os papéis supostamente delimitados para ambos sexos. No entanto, incluí-las nos centros de decisão do poder representava para os homens virar o mundo de ponta-cabeça, eliminar de uma vez por todas as fronteiras entre o masculino e o feminino, o público e o privado, a liberdade e a necessidade.

À medida que o voto feminino deixava de ser uma aspiração e tornava-se passível de concretização, aumentavam as representações masculinas acerca dos resultados. A letra de um maxixe composto por Zé Pagode, na década de 20, ilustrava, com irreverência, o desafio que o voto feminino trouxe aos homens, levando-os a uma reflexão sobre si próprios, de modo nunca feito antes:

SE O VOTO SAE

O homem fica damnado
E faz qualquer desatino
Si acaso sae victorioso
O tal voto femenino

A coisa lá no Senado
Caminha já com presteza
É desta vez que os barbados
Hão de berrar de braveza

A mulher sendo eleitora
Com ella homem não forma
Verá que só obra d'elle
Há de passar por reforma

As leis serão renovadas
Por ordem da mulherada
E os gajos que reclamarem
Entrarão logo em paulada

Em casa fica o marmanjo
A cosinhar a papança
Lavar louça, lavar roupa
Dar de mamar a criança

Se a tua cara metade
Virar bicho, cuidado
Não se zangue, caro amigo
É melhor ficar calado.⁴⁵

Como se observa, a insistência das reivindicações expressadas pelas "mulheres emancipadas", seja em termos de direitos civis e políticos, ou do acesso às atividades intelectuais, causava tanto o entusiasmo entre aqueles que sonhavam com companheiras inteligentes e livres, quanto pavor e pânico para a maioria que sentia ameaçada a supremacia masculina em diversas instâncias da vida pública.

Mas, apesar de todas contradições e contrariedades, as curitibanas do início do século prestaram concursos, ingressaram efetivamente nas áreas de serviços públicos, como auxiliares de chefia, postalistas, telegrafistas, escriturárias e datilógrafas. Atingiram, concretamente, um certo patamar de igualdade com os homens. Contudo, elas queriam mais.

4.3. DIREITO ÀS OPORTUNIDADES

Conscientes de que o acesso às escolas e a uma profissão não seria o bastante, a partir dos anos 20 a

⁴⁵ Letra de Zé Pagode e música de J. Waldolph. **Se o voto sae.** São Paulo : Irmãos Vitale, s/d.

tendência das manifestações feministas em Curitiba, como em todo o Brasil, foi concentrar as reivindicações na luta pelos direitos políticos - embora continuassem apregoando, também direito à liberdade de escolha no casamento e à igualdade de oportunidades educacionais e profissionais.

Para o feminismo, o direito à cidadania seria o grande trunfo do movimento; seria a possibilidade de as mulheres se firmarem perante a sociedade como indivíduos capazes de assumir responsabilidades e exercer seus direitos, de ter garantia jurídica sobre algumas conquistas realizadas na prática e inserção efetiva no espaço público.

Desde o início do século, a questão do direito de voto estava presente nos debates sobre o feminismo. Todavia, como observado nos depoimentos de Nestor de Castro ou Rachel Prado, a ascensão da mulher à condição de cidadã tornar-se-ia um fato decorrente de outras conquistas, como o direito à instrução e ao exercício de uma profissão.

Somente após a Primeira Guerra Mundial, quando se apresentou vitoriosa a campanha do sufrágio em países como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Rússia, o tema da cidadania tornou-se mais significativo e constante na imprensa curitibana.

A polêmica trazida ao público era, em geral, proporcionada por pares antagônicos, que não resistiam à oportunidade de se alfinetarem. Flor D'Alisa e Flávio Lacerda correspondiam a pares como Mariana Coelho e Mme. Mongruel no início do século.

Em alguns dos seus artigos (respostas a Flávio Lacerda), Flor D'Alisa, pseudônimo de Leonor Castellano⁴⁶, defendia simultaneamente a mulher eleitora e o "anjo tutelar da casa". Concordava com a premissa do oponente quando esse afirmava que o futuro da nação dependia da mulher. Entretanto, fingindo não compreender o sentido unilateral da afirmação (nação combinada com maternidade), colocava-lhe uma questão: Em mãos de quem está a legislação do país?⁴⁷ Refutava, igualmente, a posição de seu interlocutor quanto ao ingresso feminino nos cursos superiores. Mas, como a maioria das suas conterrâneas, não só desconhecia incompatibilidades com a sua sublime missão", como fazia questão de reafirmá-las:

(...)penso ter demonstrado, que a mulher, e mui especialmente a Mãe Brasileira, conscia dos elevados e sublimes encargos lhe outorgados, em qualquer período da vida, na paz ou na guerra, no lar e na sociedade, não deixará nunca de ser o anjo tutelar de seus filhos, a organizadora de seu carater, (...)ela implantará nas almas jovens, os deveres sagrados de patriotas e christãos e a sua pena será como espada flamejante que pelejará tanto em defesa da causa arduamente combatida, como em favor da Pátria estremecida e amada.⁴⁸

⁴⁶ Leonor Castellano nasceu em Curitiba em 25.10.1899. Foi aluna de Júlia Wanderley no primário e estudou na Escola Americana no secundário. Foi a primeira mulher no Paraná a atingir o cargo de chefe de seção, na Procuradoria do Estado. Morreu em janeiro de 1969.

⁴⁷ Flor D'Alisa. **O feminismo** (para o sr. Flavio Lacerda). Gazeta do Povo. Curitiba, 30.01.1924.p.6.

⁴⁸ Idem.

A fidelidade aos desígnios da vida privada apresentava um consenso, mas a questão do voto feminino continuava dividindo as opiniões entre as propagadoras do feminismo.

Rachel Prado, em 1925, declarava-se uma "feminista entusiasta", mas advertia ter consciência das possibilidades do feminismo do seu tempo, o qual, segundo ela, deveria ser ponderado, sem anular o papel maior da mulher como esposa e mãe. Segundo a escritora, antes de se preocupar com o direito de voto, que no seu entender demoraria ainda muito a se concretizar, as mulheres e o parlamento deveriam tentar solucionar problemas mais urgentes. Entre eles, destacava a regulamentação e fiscalização médica do meretrício, disseminação de creches, asilos e pensionatos para mulheres desamparadas, regulamentação do trabalho feminino, criação de escolas profissionais domésticas e barateamento dos gêneros alimentícios. Mas, não se opunha ao direito de voto (ao contrário, considerava até uma necessidade), porém, temia que a igualdade de direitos propiciasse a masculinização da mulher.⁴⁹

É interessante que tal temor partisse justamente de uma feminista, sendo que, na maioria das vezes, foram homens e mulheres antifeministas que se mostraram preocupados com a masculinização. Isso demonstra até que

⁴⁹ PRADO, Rachel. **A mulher e o feminismo**. Revista Luz de Krotona. Curitiba, 01.01.1925. p.43-6.

ponto a retórica dos opositores à emancipação gerava dúvidas, por parte das feministas, sobre as possíveis conseqüências das suas futuras conquistas. Tais dúvidas se caracterizaram, entretanto, não em termos políticos e/ou econômicos (saber escolher um bom candidato ou gerir bem os negócios públicos), mas em torno da constatação e afirmação da sua própria feminilidade.

Nas reuniões entre homens "cultos", embora parecesse muito distante ainda a vitória do sufrágio feminino, cogitava-se como seria o mundo se fosse governado pelas mulheres. Segundo um personagem presente a uma dessas reuniões, a maioria achava que, se isso acontecesse, seria definitivamente abolida a pena de morte, havendo mais piedade, mais amor, justiça e ordem no mundo.⁵⁰ Para muitos, as mulheres modernas eram mais fortes e enérgicas, desempenhando melhor funções que geralmente cabiam aos homens, como falar em público e administrar e decidir sobre paz e guerra.

Assim, ao contrário do temor da masculinização, as "mulheres-homens" eram qualificadas positivamente, "em certas famílias", como "mulheres de acção e de fina inteligência que as encaminham por vias de franca prosperidade."⁵¹

A perspectiva desses homens, ao imaginarem a possibilidade de um governo de mulheres, concluiu que não seria uma experiência má, o mesmo ocorrendo com um governo

⁵⁰ JOÃO DE CURITYBA. *O assumpto do dia* - <se as mulheres governassem o mundo...>. Diário da Tarde. Curitiba, 12.08.1927. p.2.

⁵¹ Idem.

"pelo menos feito com uma colaboração feminina activa! Que lição talvez não nos estaria reservada, estabelecendo-se provisoriamente o feminismo integral, a igualdade política dos sexos!"⁵²

Enquanto esses pensamentos não passavam de simples conjecturas, as mulheres curitibanas buscavam suas oportunidades e defendiam seus direitos por múltiplos caminhos: na ação política, no mercado de trabalho, nas instituições educacionais, mas também nas mais diversas formas de inserção no espaço público, em que se tornavam explícitas as manifestações em busca da cidadania. A documentação do período não permite afirmar que as atitudes e comportamentos das curitibanas fossem derivados, ou influenciados, pelo debate constante na imprensa acerca do feminismo. Mas, certamente, essas idéias rarefeitas e sem rumo certo espalhavam-se por todos os cantos da cidade.

Palavra e ação coincidiam. De forma espontânea, desorganizada, as curitibanas tratavam de defender seus direitos, construindo a cidadania desejada: gozar a liberdade e a igualdade na esfera pública.

Sob esse influxo, mudanças sutis, mas insistentes, no comportamento feminino ocorreram desde o início do século. A moda e o gestual - sinais evidentes das transformações sociais - estimulavam as curitibanas a se desprender da imagem tipicamente doméstica para ganhar as ruas e exercitar seus primeiros passos como cidadãs.

⁵² Idem.

Nas coisas mais simples, como o modo de vestir, a cronista captava essas mudanças:

Foram-se os tempos em que as damas eram "bric-á-brak custoso, destinado ao luxo e á exterioridade ociosa. A comparticipação na actividade laboriosa do pensamento, do trabalho e dos sports, tirou á mulher a molleza que tanto realce deu às pinturas de Watteau, dando-lhe em troca esse aspecto de firmeza e energia(...). Acabou-se o typo exemplar de que se chamava a mulher faceira, isto é, bamboleante e requebrada, de cabeça oscilante e andar incerto, para prevalecer esse encantador modelo a que tão assentou o hábito de "tailleur", côres neutras, córte simples, justo, "á la forme", esguia, nervosa, esculptural da dama actual. E Curitiba pode ufanar-se de possuir exemplares soberbos...⁵³

A moda, como assinala a cronista, não era senão a confirmação da urgência de liberdade de movimentos pretendida pela mulher curitibana, para exercer, com desenvoltura e segurança, novas aptidões.

Neste século, dentre as atividades desempenhadas pelas mulher curitibana, fora dos limites estreitos da casa e da família, sobressaía-se a incursão pelos esportes. Demonstrações isoladas revelavam a ousadia e coragem de superar limitações.

Já em 1901, Hercília Lima recebia uma medalha de condecoração por ter sido a primeira excursionista ao

⁵³ MARIA LUIZA. "Coritiba-Jornal". Diário da Tarde. Curitiba, 9.11.1914.

Marumbi.⁵⁴ Oito anos depois, a população de Curitiba regozijava-se com a expectativa de ver subir aos ares a ousada e corajosa balonista Maria Aída.⁵⁵ Mais tarde, fotos estampadas nos jornais comemoravam "a conquista do ar" pelas senhoritas curitibanas, pilotando aviões a 400 metros de altura.⁵⁶

Os esportes terrestres também ganhavam a adesão cada vez mais entusiasmada de jovens mulheres. Além de as damas curitibanas serem vistas patinando nos parques durante os finais-de-semana⁵⁷, abriam-se inscrições, nos clubes, para corridas de bicicleta e treinos de basquetebol femininos.⁵⁸

A presença das mulheres no esportes, ao que tudo indica, causava momentos de júbilo à população curitibana, ainda que certas aventuras, quando mal-sucedidas ou realizadas parcialmente, servissem de munição para os antifeministas a postos.⁵⁹

⁵⁴ DIÁRIO DA TARDE. **Notícias e factos**. Curitiba, 01.10.1901. p.2.

⁵⁵ Ver citações em TRINDADE, E. op.cit.p.292.; BRANDÃO, Ângela. **A fábrica de ilusão**. Curitiba:Prefeitura Municipal de Curitiba:Fundação Cultural de Curitiba, 1994. p.38-9.

⁵⁶ O MIKO. **A conquista do ar: uma aviadora gentilíssima**. Curitiba, 08.12.1914. nº 7.; Revista do Povo. **A aviação no Paraná**. Curitiba, 07.04.1918. nº 15.

⁵⁷ BRANDÃO, A. op.cit. p.18.

⁵⁸ DIÁRIO DA TARDE. **Velo club coritibano**. Curitiba, 10.10.1913.p.5.; O Flirt. **Nota desportiva**. Curitiba, 27.09.1919.

⁵⁹ É o caso da aventura aérea realizada pela balonista Maria Aída, em 1909, que teve seu intento parcialmente frustrado tão logo subiu aos ares e recebeu uma homenagem pouco sutil de um poeta anônimo na revista Olho da Rua. **Que letrão**. Curitiba, 04.05.1909.

Entretanto, os gestos de coragem individual, assim como o entusiasmo pelas competições, em outras circunstâncias, revelavam-se uma transgressão da ordem. Pois, certamente, não foi júbilo o que sentiram os passantes da Rua XV ao ver uma mulher dirigindo um automóvel em alta velocidade, como assinala esta nota:

Hontem, às primeiras horas da noite, uma "demi-mondaine" resolveu praticar o "sport automobilístico. A burguesia em "flanerie" pela rua 15 ficou boquiaberta e, pior, a guarda civil também; a "chauffeuse" entendeu estar no reino da beocia e resolveu a nada attender (...). **Parece porem que ella não só se quiz exercitar, como tambem quiz demonstrar a sua habilidade na arte de guiar automoveis.** (sem grifo no original). (...) Foi um escandalo! A endiabrada "chauffeuse" teve voz de prisão na esquina da Casa Clark. Mas...o automovel corria mais que o pobre guarda e para que ella pudesse demonstrar a sua valentia, desrespeitou ordem e poz o auto a toda ...(...), desaparecendo.⁶⁰

Havia distinção, sem dúvida, entre mulheres que se aventuravam pelos ares e mulheres aventureiras. Para estas, desmistificadoras da representação dócil, frágil e delicada da mulher, o direito às oportunidades era cerceado e duramente repreendido. Se a liberdade de ir e vir, de

uma homenagem pouco sutil de um poeta anônimo na revista Olho da Rua. **Que letrão.** Curitiba, 04.05.1909.

⁶⁰ A REPÚBLICA. **Notas e notícias.** Curitiba, 06.12.1913. p.2.

expressar idéias em público era, a princípio, reconhecida como um direito de todos, o *status* social definia quem podia usufruir dele na prática.

As "demi-mondaine", ao afrontar a ordem estabelecida pelas instituições, expressavam não apenas resistência ao enquadramento moral, mas iam além, insistindo em fazer da sua atuação no espaço público um direito a ser considerado, mesmo sofrendo continuamente represálias, como a relatada a seguir:

"Solo de damas e cavalheiros ossi!", gritava entusiasmado o Francisco do Santos, enquanto a sanfona gemia notas desafinadas de uma quadrilha amaxixada. Ia o baile na maior animação. Ditos picantes e graçolas obscenas, envolvidos em bafo alcoolico, sob o ambiente pesado pelo fumo dos macaios e o suor das damas e cavalheiros, repetiam de quando em quando. De repente, aparece o official de ronda da policia e intimida a dona da casa, Maria dos Santos, a terminar a funcção.⁶¹

Assim, podia-se presenciar rondas policiais e prisões; cenas cotidianas que se repetiram inúmeras vezes na pequena Curitiba, envolvendo mulheres embriagadas, agressivas ou propagadoras da contravenção; crônicas policiais não cansavam de lembrá-las: "o delegado de policia deu hontem á noite uma batida a casa de tavolagem de Izabel Pino onde se joga desbragadamente. Com a chegada

⁶¹ DIÁRIO DA TARDE. Baile: na rua da Liberdade - prisões. Curitiba, 06.01.1909.

da polícia muitos jogadores se escapuliram e outros foram presos."⁶²

Pequenas-proprietárias que se estabeleciam, fora ou dentro da lei, confundiam-se ou eram confundidas com mulheres "públicas", precisando eventualmente usar uma boa dose de energia para se impor no mundo dos homens. As atitudes femininas diante das amolestações não escapavam à imprensa, que comentava em tom irônico:

Maria Salim é uma syria estabelecida em botequim à rua Barão do Rio Branco e, **mais ou menos sufragista, tem mania de ser valente.** (sem grifo no original). Essa mania nada teria de importante se não se manifestasse em actos que a polícia não pode consentir e por isso Maria ainda hontem fez uma "visitazinha" à delegacia do 1º districto. E o fez porque o guarda civil n.57 a convidou, por ter a distorcida mulher agredido, na Praça Eufrasio Correia, o moço de nome Martins Gastão, a quem Maria dispensou a gentileza de alguns tabefes...⁶³

Se Martins Gastão teve por merecer os tais tabefes, não se sabe. As notícias, na pressa de serem difundidas, e no anseio de se formar opiniões, fragmentam-se, omitem detalhes, resistem à interpretação. O historiador procura, então, pistas, vestígios e, às vezes, sente-se atraído pela mensagem óbvia: sufragista tem mania de ser valente.

⁶² DIÁRIO DA TARDE. **Nas ruas e na policia: guerra ao jogo.** Curitiba, 29.10.1918. p.3

⁶³ DIÁRIO DA TARDE. **Uma mulher valente.** Curitiba, 08.05.1919. p.2.

Evidencia-se no texto a estreita relação entre as duas palavras: valentia e sufragismo. O sufragismo, enquanto discurso, pode ser aceitável, porém, atos de sufragismo/ valentia são considerados transgressão da ordem social e do comportamento cultural aceito e difundido em vários níveis da sociedade.

Mais uma vez, percebe-se que atos reivindicatórios de natureza individual, na verdade mínimos direitos de cidadania, em diferentes tempos e espaços, foram prejudicados por preconceitos de classe e falta de oportunidade. Isso representou o conflito básico entre a cidadania e o desenvolvimento do capitalismo: conciliar princípios aparentemente opostos - o primeiro baseado nos direitos universais (o princípio da igualdade) e o segundo assentado na desigualdade social.⁶⁴

Somente mulheres que pertenciam a camadas abastadas da população curitibana podiam exercer alguns direitos especiais. No que se refere ao exercício de profissões - um dos maiores alvos das pretensões femininas -, assumir cargos de chefia e comando de empresas era privilégio de poucas, que obtiveram sucesso em suas funções porque elas advinham das circunstâncias (morte ou herança de familiares) e não necessariamente de atos de "valentia".

Dessa forma, reivindicações que poderiam causar surpresa até nos dias de hoje, em 1904 eram noticiadas brevemente, sem comentários, sem alarde: "D. Elisa Gutierrez de Souza Leite requereu á câmara municipal

⁶⁴ MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro : Zahar, 1967. p.76.

privilegio para estabelecer uma r ede telephonica nesta capital."⁶⁵

As oportunidades de trabalho feminino, para mulheres ricas ou pobres, surgiam em fun ao das circunstâncias, levando-as a comandar empresas de erva-mate, atender a clientes atrás de um balcão ou empacotar biscoitos numa fábrica de bolacha. Ocasionalmente, requisitava-se a sua capacidade para exercer ofícios realizados especialmente por homens, como indica o anúncio: "A exma. sra. Laura Quiques, representante da companhia de seguros A Sul America - convida as senhoras e senhoritas que desejarem ser corretoras neste Estado, da referida companhia procurar a mesma senhora   rua..."⁶⁶

As trabalhadoras curitibanas, especialmente as operárias, até a década de 30, não participavam ativamente de sindicatos ou de qualquer outra forma de organiza o trabalhista. Além de serem poucas numericamente, encontravam-se, como todas as outras operárias do início do século XX, entre "dois pólos, dois mundos, duas ordens diversas de valores: o masculino e o feminino."⁶⁷ Um desses mundos lhe designava a passividade, o comedimento, a fragilidade; o outro exigia a agressividade, a virilidade, a autoconfiança.

Embora essas duas ordens de valores representassem um conflito permanente para a mulher impelida ao mundo do

⁶⁵ DIÁRIO DA TARDE. **Fatos diversos.** Curitiba, 21.01.1904. p.2.

⁶⁶ DIÁRIO DA TARDE. **Notas e factos.** Curitiba, 28.11.1907. p.2.

⁶⁷ TRINDADE, op.cit. p.275.

trabalho, elas encontravam formas de resistência singulares, eficazes, e que desmentem a imagem de submissão e passividade.⁶⁸

Em Curitiba, embora fossem raras essas formas de resistência, têm-se notícias de alguns casos de participação das mulheres, como na greve de leiteiros, contra uma lei municipal criada para obrigar o registro de vacas leiteiras em que "homens e mulheres vieram para as estradas atacar os seus colegas que se submeteram às exigências legais".⁶⁹

Em geral, as trabalhadoras não estavam à frente de movimentos reivindicatórios, porém não se eximiam de participação quando eram convocadas. Por ocasião da greve geral, em 1917, Gastão Faria escreveu uma crônica contando um episódio original. Segundo o cronista, os grevistas percorreram em massa os estabelecimentos comerciais e fabris procurando adesões dos colegas. Dirigiram-se à empresa telefônica da capital, pois sabiam que "as senhoras e senhoritas" que ali trabalhavam não haviam aderido à greve.

Em nome da solidariedade operária, exigiram que o patrão das telefonistas as liberasse do trabalho. Para espanto dos grevistas, obtiveram como resposta do empresário que "as coitadinhas não podem se declarar em greve (porque) ganham apenas 45\$ e si não trabalharem

⁶⁸ Ver PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1988.

⁶⁹ A REPÚBLICA. **A greve dos leiteiros.** Curitiba, 15.12.1913. p.2.

passarão privações."⁷⁰ Espantados com tal fato, os operários em greve, tendo à frente as telefonistas, propuseram ao empresário, como condição para que o serviço não ficasse paralisado, um aumento em seus ordenados.⁷¹

A surpresa dos operários, indignados com a condição de trabalho das telefonistas, revestiu-se de solidariedade para com as suas colegas, sem, contudo, evitar uma atitude paternalista, decidindo por elas o que deveria ser feito.

Em outras palavras, a passividade feminina rompia-se somente sob a intervenção dos homens, pois eram protegidas justamente porque não eram cidadãs. Sabiam que se desejassem gozar da cidadania com todos os seus direitos, inclusive de trabalho, teriam de abdicar da proteção masculina.

Na década de 1930, as curitibanas já pareciam bastante adaptadas às numerosas funções e ofícios masculinos, cujo acesso havia sido interditado por serem consideradas fracas e incapazes. As operárias, por exemplo, antes desprotegidas, começavam a recorrer às organizações trabalhistas para defender seus interesses e garantir seus direitos. Comentava-se, já em 1932, no Diário da Tarde:

No dia 24 do corrente mes, a firma Max Roesner e Filhos suspendeu as operárias sindicalizadas Bernardina Kleike e Maria da Conceição. O representante da Federação,

⁷⁰ FARIA, Gastão. Do meu canto: episódio interessante da ultima grève. Diário da Tarde. Curitiba, 27.07.1917.

⁷¹ Idem.

tendo conhecimento do caso levou a queixa ao interventor federal, tendo sido o caso resolvido com a readmissão das duas operárias que, além de serem suspensas, foram maltratadas pelo chefe daquela firma.⁷²

Enquanto na Paris do século XIX as operárias já defendiam, assim como os homens, seu direito ao emprego e encabeçavam suas próprias lutas⁷³, na Curitiba do século XX elas precisavam ainda vencer resistências mais sutis, como o próprio preconceito da sociedade contra a mulher exposta ao público.

Foram essas mulheres, sufragistas ou não, letradas ou analfabetas, irreverentes ou recatadas, que teceram, através de suas práticas cotidianas, a base fundamental da cidadania: o direito a ter direitos. A expressão legal desses direitos - o direito de voto - nada mais seria do que um símbolo de que esses direitos foram conquistados e reconhecidos pela sociedade da qual faziam parte.

As barreiras que por tantos séculos delimitaram as esferas pública e privada, mantendo as mulheres longe da competitividade e da imprevisibilidade da vida pública, começaram a desmoronar no final do período, em vários setores. Ainda que na Curitiba dos anos 30 fosse repetidamente enaltecida a imagem da mulher submissa, a inserção no espaço público tornava-se um fato irreversível e decisivo para mudar essa imagem.

⁷² DIÁRIO DA TARDE. **Vida operária: mais outra victoria.** Curitiba, 28.07.1932. p.2.

⁷³ PERROT, M. op.cit. p.32-38.

Quanto mais as curitibanas avançavam nas suas conquistas, mais expectativas geravam. Até onde seriam capazes de ir? No lugar de ataques fulminantes, agora as dúvidas exigiam cautela. No auge da Revolução de 1930, gestos outrora escandalosos passavam a representar atos de patriotismo:

A senhorita Alcione Simões, filha do sr. Elysio Simões, comerciante desta praça(...)veo à nossa redação, ontem, às 13,30, para, por nosso intermedio oferecer os seus serviços de "chauffeuse" à Junta Militar e bem assim o automovel de sua propriedade, o Studebaher nº49. É uma adesão preciosíssima, sabendo-se que o serviço de transporte é de grande importancia nas operações militares. Que nova sensação teremos para logo mais?⁷⁴

A "nova sensação", sem dúvida, seria eliminar a desigualdade que, em nível jurídico, apontava para a ausência feminina no lugar público por excelência: o político.

Getúlio Vargas, no Governo Provisório, mostrava-se reservado quanto ao assunto. Manifestava apenas simpatia pela instituição do voto feminino, mas preferia escutar a "opinião pública nacional", evitando, dessa forma, confrontar-se com grupos políticos e sociais num assunto tão polêmico.⁷⁵

⁷⁴ GAZETA DO POVO. **As mulheres guerreiras, tudo pela pátria livre.** Curitiba, 08.10.1930.

⁷⁵ GAZETA DO POVO. **Assumptos em foco: 'voto às mulheres'.** Curitiba, 10.05.1931. p.3.

Em Curitiba, enquetes nos jornais publicavam opiniões da elite econômica e política. O jornalista Jurandir Manfredini elaborou pesquisa de opinião durante o mês de março de 1931, em que figuras conhecidas da sociedade curitibana e de outros estados, de passagem pela cidade, expressavam a sua posição sobre o voto feminino.⁷⁶ Entre jornalistas, figuras da alta sociedade, ministros e esposas de ministros, quase todos manifestavam opinião semelhante a respeito da questão: apoiavam o voto feminino com restrições. Os mais conservadores a respeito da emancipação feminina consideravam perda e não vitória para a mulher concorrer a cargos públicos, ser eleitora e ser elegível. Quanto a isso, alegavam, por vezes, a falência da vida pública - o que era uma espécie de consenso entre feministas e antifeministas. Outros, alargando a discussão, demonstravam o seu descrédito na confiabilidade e eficiência do sufrágio universal e popular. Entendiam que somente através da democracia representativa faria sentido conceder o voto às mulheres. Ou seja, antes de garantir cidadania, seria necessário realizar uma revisão da legislação e do processo representativo nacional, para então definir o perfil da mulher votante.

Na sua maioria, entretanto, os entrevistados procuravam manifestar uma postura condizente com as prerrogativas da sociedade liberal-democrática da qual faziam parte; guardavam receios e temores em relação aos

⁷⁶ MANFREDINI, Jurandir. **O voto feminino**. Série de entrevistas impressas na Gazeta do Povo durante mês de março de 1931.

avanços da mulher na esfera pública, ao mesmo tempo que reconheciam o descompasso entre os ideais da sociedade liberal que almejavam e as atitudes adotadas na prática social.

Mas, na Assembléia Nacional ainda havia quem se recusasse a aceitar o direito de voto às mulheres. O deputado catarinense Aarão Rabello, que por muito tempo militou na imprensa paranaense, apresentou uma emenda ao projeto constitucional combatendo o voto feminino. Em entrevista concedida à imprensa a esse respeito, o deputado alegava sem constrangimentos:

(...) Começo por dizer-lhes, antes de tudo, que, nesse terreno, sou medularmente reacionário. Eu creio, como toda gente de bom senso, que o lugar da mulher é no lar e a cada dia que passa mais me convenço disso. (...) Sou visceralmente, intransigentemente contrário ao voto feminino, porque somente no lar a mulher pode prestar serviços à sociedade e à pátria.⁷⁷

Seria redundante a essa altura tecer qualquer comentário sobre as posições do intransigente deputado acerca da questão feminina. Embora solitário na tribuna, suas palavras não deixavam de refletir o pensamento dos antifeministas, que diminuíram a intensidade da polêmica

⁷⁷ RABELO, Aarão. Levanta-se na Assembleia Nacional a primeira voz contra o voto feminino. O Dia. Curitiba, 23.03.1934. p.1.

principalmente porque não gostariam de parecer retrógrados frente à própria sociedade moderna que defendiam.

Todavia, a postura do deputado catarinense não passou despercebida; dias depois, um escritor comentou o artigo no mesmo jornal; aparentemente criticava o deputado pela reprovação do voto feminino, mas, ao mesmo tempo, reclamava do fato de o autor da emenda dedicar-se a esse assunto quando havia "problemas mais sérios para a nossa nacionalidade".⁷⁸

De qualquer modo, o deputado foi censurado pela maneira "pouco cortez e que deixa até duvidar das qualidades másculas do sr. Aarão..., querendo atacar as mulheres." Malicioso e provocativo, o escritor continuou expondo o seu ponto de vista:

(...)Sim, porque no momento em que atravessamos, à mulher não se deve negar coisa alguma, desde que elas trabalhem e lutem para conseguir(...) O formoso moço, inimigo das mulheres, está, de fato, visceralmente descontrolado a respeito da ação do feminismo, na época atual e em todas as épocas(...). A política do bom senso, do raciocínio, manda que se dê plena liberdade de ação e de pensamento às mulheres. Se a mulher quer ingressar na política, deixemos que ingresse. Quer ela ser deputada, presidente da República, (...)faça-lhe a vontade. Contrariar uma mulher em seu pensamento erroneo ou acertado é querer parar o movimento de rotação da terra...Fica só na vontade. Ela não modifica seu pensamento

⁷⁸ MONTALVÃO, Eloy de. **Gravetos e fagulhas - o inimigo das mulheres.** O Dia. Curitiba, 13.04.1934. p.3.

senão quando encontrar, por si mesma, o erro em que incendiou.⁷⁹

Ou seja, não adianta tentar usar o bom senso, a racionalidade (qualidades inerentes aos homens, ou melhor, aos homens proprietários) para lidar com os irracionais (homens destituídos de propriedade e as mulheres). E o autor prosseguiu, demonstrando o que significava uma política de bom senso e raciocínio:

Dar o direito político as mulheres, sem restrições, é negar-lhes este próprio direito. Sim, porque quando a mulher se capacitar de que a política, os debates nas câmaras, o mando e o poder, são apenas desilusões, elas próprias, preferirão o lar, o socego da família, com todo o berreiro da criançada...Esta é que é a verdadeira política para com as mulheres... Atacá-las porque elas querem se iludir? Não! O ataque, em tais circunstâncias, não são próprios de homens, conscios de seu valor, de sua capacidade para vencer entre os seus semelhantes mesmo no seio das mulheres bonitas feias e derivadas. Agora, aquele que não tiver competência que não se estabeleça. Não pensará assim, o deputado inimigo das mulheres, sr. Aarão Rabello?!.⁸⁰

Assim como as mulheres construíram suas estratégias (ou seria, de fato, o ponto de vista da visão feminina da época?) defendendo concomitantemente a imagem da esposa-

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

mãe-dona-se-casa e cidadã, para persuadir os opositores da importância da emancipação feminina, os antifeministas e céticos em relação ao movimento feminista pareciam também transformar suas recusas e suas dúvidas em estratégia de sobrevivência.

As exigências femininas e suas crescentes conquistas sociais e políticas provocavam embates de toda a ordem para o "sexo forte": auto-imagem despedaçada, concorrência no mercado de trabalho, abolição dos privilégios políticos, ao mesmo tempo em que foram forçados a admitir e reconhecer que, nos pressupostos de uma sociedade liberal, haveria que se encaixar a mulher.

Nada mais de acordo com o projeto liberal de então que as mulheres fossem contempladas com a liberdade, igualdade e oportunidades, até aquele momento garantidas somente aos homens, de fato e pela lei.

Finalmente, depois de mais de quarenta anos procurando sensibilizar a sociedade brasileira para a questão feminina, a promulgação do código eleitoral, em 1932, reconheceu o voto secreto e o voto feminino. Berta Lutz e Nathércia Silveira fizeram parte da comissão organizadora do anteprojeto constitucional. Após a publicação do novo código eleitoral, foi convocada por Getúlio Vargas a Assembléia Constituinte, em 1933, da qual fez parte a deputada Carlota Pereira de Queiroz.

Se numericamente era inexpressiva a participação da mulheres na política, a presença de uma única mulher na interpretação da nova Constituição representou um símbolo

das conquistas decantadas pela mulher brasileira na Primeira República.

Entretanto, a vitória do voto feminino, legalmente formalizado e sustentado por alguns simpatizantes do sexo masculino, em Curitiba, exigiria ainda um esforço e disposição das mulheres mais convictas da sua participação na vida pública.

Próximo ao pleito de 14 de outubro de 1934, uma feminista que preferiu não ser identificada para "evitar comentários desagradáveis", reclamava o "esquecimento" do nome da mulher paranaense nas chapas de representantes na Câmara federal ou estadual:

Não se justifica essa falta de atenção para com a mulher do nosso Estado, pois uma vez que estão capacitadas para votar - elegendo muitas vezes um cavalheiro que, como representante do Estado só sabe assinar a folha do subsídio, bater palmas aplaudindo muitas vezes coisas que mal sabem o que significam - têm direito à posições e há em nosso meio mulheres capazes de desempenhar um mandato a contexto da classe que as eleger.⁸¹

A tarefa de adentrar o espaço político mal havia começado. O direito às oportunidades, no entanto, fora conquistado. A capacidade para exercer papéis distintos na vida pública e privada foi demonstrada.

Irreverentes, polidas, audaciosas ou valentes, as mulheres curitibanas, como todas as brasileiras, emergiram

⁸¹ GAZETA DO POVO. Carta de uma feminista. Curitiba, 30.09.1934. p.2.

dos ventos da mudança; ajudaram a construir a República e os seus ideais de modernidade e progresso. Foram, ao contrário das européias e americanas, mais cúmplices do que adversárias dos homens, mais femininas que feministas⁸². Sua grandeza reside no fato de que, mesmo amarradas à sociedade do seu tempo, vislumbraram a importância da sua participação nos rumos da história.

⁸² a utilização do termo "femininas" aqui não visa, em hipótese alguma, reforçar os estereótipos sobre o gênero feminino, mas apenas indicar que nem todas as mulheres que defendiam os ideais feministas se consideravam como tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As noções de público e privado engendradas originalmente na antiguidade demarcavam nitidamente a diferença entre a esfera política e a esfera familiar. A primeira significava o espaço da liberdade, e dela só faziam parte os homens livres; a segunda esfera era limitada pela necessidade, e para os gregos era natural que a mulher pertencesse a essa esfera, já que a reprodução da espécie a prendia ao mundo da natureza.

Durante séculos as mulheres foram excluídas da esfera pública. Mitos e medos inerentes à cultura masculina no Ocidente contribuíram para que as mulheres permanecessem voltadas para a esfera privada, circunscrita à vida familiar. Como demonstram inúmeros exemplos históricos a maioria das mulheres que ousaram, à época, transgredir, ultrapassando as fronteiras que separavam o público do privado foram perseguidas e vilipendiadas.

No entanto, as transformações econômicas, sociais e políticas da Era Moderna alteraram os significados originais das noções de público e privado. Junto com a formação da sociedade burguesa, surgiu uma esfera social, suprimindo, em parte, a antiga divisão entre as esferas pública e privada.

Desse modo, o público passou a significar um espaço social, definido em função das trocas comerciais e das relações sociais do trabalho, perdendo seu caráter essencialmente político; o mundo privado deixou de ter o significado exclusivo de privação, para se tornar ao mesmo tempo parte desse espaço social, ditado pelos interesses da

sociedade civil, e o refúgio da pequena-família contra os imprevistos do mundo externo.

O espaço de sociabilidade engendrado pela sociedade burguesa permitiu, do final do século XVIII em diante, a aproximação entre a esfera social e privada, em detrimento da esfera pública legitimada pelos antigos. Nesse contexto, ocorreu a redefinição dos papéis entre os gêneros. Conquanto se perpetuassem certas noções fundamentais, estabelecendo o público como domínio masculino e o privado como domínio feminino, as próprias exigências das relações econômicas e sociais solicitavam a crescente presença da mulher em público.

No entanto, a sociedade que postulava a reordenação do mundo, estabelecendo a livre iniciativa e estendendo os direitos políticos e civis a todos os cidadãos, manteve as mulheres afastadas do poder político e subordinadas aos interesses masculinos. Tal contradição entre os ideais de liberdade, igualdade e oportunidades propagadas pelas Revoluções do século XVIII e a exclusão das mulheres do espaço público propiciaram o surgimento dos movimentos de emancipação feminina na Europa e nos Estados Unidos.

O feminismo do século XIX apropriou-se da própria lógica masculina, imbuída dos ideais iluministas, para reivindicar igualdade de direitos civis e políticos e acesso à educação. As campanhas de emancipação surgiram entre mulheres de camadas média e superior, identificadas com a burguesia e com o liberalismo econômico.

A ação feminista, em várias partes do mundo, assumiu formas variadas correspondentes às circunstâncias históricas de cada país, mas, apesar das distâncias e das ideologias

divergentes que sustentaram as campanhas de emancipação feminina, prevaleceu em todas elas um objetivo comum: defender a inserção da mulher na vida pública e o direito à cidadania.

No Brasil, o movimento de emancipação feminina se apresentou tardiamente, já na segunda metade do século XIX. Nas principais cidades do país surgiram tentativas de questionar a Constituição de 1891 e reivindicar o acesso das mulheres aos direitos civis e políticos.

Em Curitiba, não faltaram defensoras dos ideais feministas. Influenciadas pelos movimentos de emancipação feminina internacionais, as mulheres letradas curitibanas recorreram aos espaços públicos, que aos poucos lhes abriam portas. Através da imprensa, principalmente, defenderam o mote fundamental da sociedade liberal, reapropriado pelo feminismo: liberdade, igualdade e oportunidades.

A liberdade reivindicada pelas mulheres em Curitiba, como no restante do mundo, cuja expressão máxima foi a reivindicação do sufrágio feminino, consistia em ampliar o seu horizonte, restrito à esfera privada e à satisfação das necessidades básicas da sociedade.

Tais propostas privilegiavam a educação, através da qual, presumiam, seria possível desfrutar da opção de escolha em relação à vida social e econômica. A efetiva inserção no espaço público dependia do reconhecimento de si mesmas como sujeitos, opinando, discutindo e participando diretamente da vida política.

A igualdade desejada, todavia, não significava liberdade. Os direitos políticos e econômicos, requisitados pelas propostas de emancipação feminina, não envolviam a

instituição de novos valores ou exigências, ao contrário, a perspectiva de liberdade das feministas não ultrapassava os limites impostos pela cultura masculina ditada pela produção, objetividade e razão.

O cerne do conflito entre as aspirações das feministas e antifeministas encontrava-se, sobretudo, na interpretação do que deveria ser a felicidade ideal no plano público e privado.

Para os homens, a felicidade consistia em preservar o "eterno feminino", contrapartida da cultura masculina, e representante da receptividade, da sensibilidade, da não-violência, da ternura - qualidades incompatíveis com a sociedade produtivista, competitiva e agressiva.¹

Para as mulheres, no entanto, dispostas a conquistar sua emancipação, a felicidade não era mais pensada em termos de espontaneidade de sentimentos, mas objetivada pela finalidade de adquirir liberdade e igualdade para compartilhar de um mundo de coisas e decisões, do qual se sentiam excluídas.

Não foi por acaso que elas se apropriaram das premissas da sociedade liberal - igualdade de direitos e oportunidades - para garantir seu acesso à cidadania e ao espaço público. Somente numa sociedade em que as relações de poder provocaram uma erosão da esfera pública poderia haver uma brecha para se reformular as relações de poder entre os gêneros. Daí seus avanços e limites.

O avanço da mulher curitibana foi quase sempre determinado por expectativas de permanência do equilíbrio

¹ MATTOS, Olgária. **Masculino e feminino**. São Paulo, Revista USP: nº2, junho/julho/agosto 1989.

entre os papéis masculinos e femininos predeterminados. No entanto, seria um erro pensar na mulher curitibana do início do século como retrógrada ou conservadora. Na verdade, pensá-la assim seria compará-la às mulheres que despontaram nos movimentos posteriores de emancipação. Ela não era meramente sufragista. As reivindicações desencadeadas pelos movimentos de emancipação feminina desde o século das Revoluções haviam despertado, sem dúvida, atitudes combativas, legalistas e formais para alcançar seus objetivos. Mas, discursos e práticas femininas se entremearam de modo difuso, disperso, esboçando, antes de tudo, a preocupação em construir uma imagem de si mesma como sujeito, capaz de expressar sua racionalidade, sua visão de mundo e seu julgamento das coisas.

Em outras palavras, para a curitibana mais ou menos sufragista, o princípio de feminilidade, formado pela tríade mãe-esposa-dona-de-casa não se contrapunha necessariamente à imagem que se desejava erigir. A mulher cidadã não pretendia abdicar do mundo privado, das contingências familiares, dos encargos da necessidade. Antes, desejava afirmar sua humanidade, tal como o homem, deixando para segundo plano a diferença sexual.

Ainda assim, seus pedidos foram recusados e seus direitos adiados. Tornaram-se ameaçadoras porque reivindicavam a felicidade possível e subverteram a lógica masculina ao valer-se dela para atingir seus propósitos. Imprimiram nos seus contemporâneos a desconfiança, a dúvida e a atitude defensiva. Como continuar sendo homem se a sua superioridade estava sendo ameaçada?

As curitibanas conquistaram efetivamente a sua participação no espaço público, principalmente se se considerar, como tantos autores², que a noção de público não se restringe somente ao "político", nem tampouco ao masculino. Deriva daí, segundo PERROT, considerar o feminismo mais como um fato social do que político: "A idéia de que a política não é assunto de mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos."³

Esse distanciamento das mulheres em relação à política, seja porque não usufruíam da cidadania plena, ou porque aceitavam as representações masculinas que alegavam a falibilidade e decadência da vida pública, não impediu, porém, a mulher curitibana de realizar suas conquistas. Ao contrário, a radicalidade de todos os movimentos de emancipação feminina e das mulheres que, conscientes ou não, romperam com a estrutura social, consistiu em ultrapassar meras pretensões formais.

Além de repudiarem a exclusão feminina das escolas, das fábricas, das instituições públicas, do direito à representatividade legal, esses movimentos foram motivados por uma percepção fundamental: o reconhecimento de que essa exclusão é fruto de uma condição dada historicamente pela desigualdade entre homens e mulheres, expressadas no plano

² HABERMAS, J. *A mudança estrutural da esfera pública*. 1984.; SENETT, R. *O declínio do homem público*. 1989; PERROT, M. *Os excluídos da história*. 1988.

³ PERROT, Michelle. op.cit.p.184.

público e privado, no plano da razão e do afeto, da visibilidade e da obscuridade, da realização e do desejo.⁴

Essa radicalidade, portanto, transformou-se em trunfo - na medida em que desorganizou as formas de poder do cotidiano e as relações de poder entre os gêneros - mas, ao mesmo tempo, sua dispersão e informalidade geram ainda, no final do século XX, uma expectativa sobre o entrelaçamento entre o feminismo e a reordenação do mundo, a relação dos gêneros e a divisão dos poderes.

As mulheres da pequena Curitiba, entretanto, fizeram sua parte. Em gestos, atitudes e palavras construíram o futuro. O futuro da cidade, o futuro da República, o futuro da mulher. Não temeram o seu presente, repleto de preconceitos, contradições e entraves. Enfim, visíveis, passaram seu passado a limpo. Não são frutos de uma evolução, mas de uma história que não cessa de demonstrar a contemporaneidade de suas idéias.

⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A.O. e BRUSCHINI, Cristina. (orgs.) **Uma questão de gênero**. 1992, p.132.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**1. FONTES****1.1. JORNAIS**

O DIA (1924-34)
DIÁRIO DA TARDE (1899-1940)
GAZETA DO POVO (1919-1940)
GAZETA PARANAENSE (1889)
O OPERÁRIO (1915)
A REPÚBLICA (1889-1935)

1.2. REVISTAS

ÁLBUM DO PARANÁ (1919-21)
ALMANACH DO PARANÁ (1896 - 1929)
ALMANACH PARANAENSE (1896-1909)
BREVIÁRIO (1900)
O CENÁCULO (1895-1897)
A COLMÉIA (1898)
CLUB CURITYBANO (1890-1913)
A CRUZADA (1926-1934)
ELECTRA (1901-1903)
A ESCOLA (1906-1922)
O FLIRT (1911-1919)
O ITIBERÊ (1920)
LUZ DE KROTONA (1921-1927)

MYRTO E ACÁCIA (1916-1920)

O MIKO (1914)

O OLHO DA RUA (1907)

PALLADIUM II (1910)

REVISTA CINEMA (1909)

REVISTA MODERNA (1916)

REVISTA DO POVO (1916-1920)

A ROLHA (1908)

A SEMPRE VIVA (1924)

A SENHORITA (1920)

VERITAS (1916-1920)

1.3. PUBLICAÇÕES DO PERÍODO

- 1 COELHO, Mariana. **Evolução do feminismo: subsídios para a sua história.** Rio de Janeiro : Imprensa Moderna, 1933.
- 2 LEITE, Francisco. **A hora da mulher.** Curitiba: João Haupt, 1920.
- 3 MARTINS, Romário. **O que virá a ser a nossa filha?** In: Almanach do Paraná, 1899.
- 4 MOLETTA, Humberto. **A emancipação da mulher: conferência pelo Centro Estudantil Paranaense.** Curitiba: Imprensa Paranaense, 1910.
- 5 SOUZA, L. DE. **O destino social da mulher.** Revista Brazil Civico. Curitiba, [s.n.] nº2, 1912.
- 6 VICTOR, Nestor. **A terra do futuro: impressões do Paraná.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1913.

1.4. BIOGRAFIAS

- 7 JÚLIA WANDERLEY. **Homenagem: de seus colegas, amigos e admiradores.** Curitiba: João Haupt, 1918.
- 8 NICOLAS, Maria. **Vultos paranaenses.** (4º volume). Curitiba, 1966. [s.n.]

- 9 SANTOS, Pompília Lopes dos. **A vida e a obra de Rachel Prado.** Curitiba, [s.n.]
- 10 _____ . **Pioneiras do Brasil** : Estado do Paraná (1º volume). Curitiba, 1977.[s.n.]

2. BIBLIOGRAFIA

2.1. LIVROS E TESES

- 11 ALMEIDA, Ângela Mendes de. (Org.) **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade.** Rio de Janeiro : Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.
- 12 ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil.** Petrópolis : Vozes, 1980.
- 13 ARENDT, HANNAH. **A condição humana.** Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987.
- 14 _____ . **Da Revolução.** São Paulo : Ática, 1990.
- 15 BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.
- 16 BALZAC, Honoré de. **A mulher de trinta anos.** São Paulo : Globo editora, [s.d.].
- 17 BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** volume 1. 6ª ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980.
- 18 _____ . **O segundo sexo: a experiência vivida.** volume 2. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980.
- 19 BERNARDES, Mª Tereza C.C. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro - século XIX. São Paulo : T. A. Queiroz, 1988.
- 20 BRANDÃO, Ângela. **A fábrica de ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913):** Prefeitura Municipal de Curitiba : Fundação Cultural de Curitiba, 1994.
- 21 BRESCIANI, Mª Stella Martins.(Org.) **A mulher no espaço público.** Revista Brasileira de História - São Paulo : ANPUH-Marco Zero vol 9, nº18 ago/set 1989.
- 22 BRUSCHINI, Maria Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia.(Orgs.) **Vivência: história, sexualidade e imagens femininas.** São Paulo : Brasiliense : Fundação Carlos Chagas, 1980.
- 23 BRUSCHINI, Maria Cristina e COSTA, Albertina de Oliveira (Orgs.) **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992.

- 24 CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência; PAOLI, Maria Célia. Mulheres: lugar, imagem, movimento. In: **Perspectivas antropológicas da mulher nº 4**: Rio de Janeiro : Zahar, 1984.
- 25 COMTE: vida e obra. In: **Os pensadores**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- 26 DELUMEAU, Jean. **O medo no ocidente: 1300-1800 uma cidade sitiada**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- 27 DUBY, Georges. **O cavaleiro, a mulher e o padre: o casamento na França feudal**. Lisboa : D. Quixote, 1988.
- 28 ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano de amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- 29 FRANCHETTO, Bruna. Antropologia e feminismo. In: **Perspectivas antropológicas da mulher 1**. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.
- 30 FREITAG, Bárbara e PINHEIRO, Maria Francisca.(Org.) **Marx morreu : viva Marx!**. Campinas, São Paulo : Papyrus, 1993.
- 31 FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. **Fruto proibido: um olhar sobre a mulher**. São Paulo : editora da Uniceb, 1992.
- 32 GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo : Companhia das Letras. 1988.
- 33 _____ . **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a paixão terna**. São Paulo : Companhia das Letras, 1988-1990.
- 34 GOLDENBERG, Miriam e TOSCANO, Moema. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro : Revan, 1992.
- 35 HANNER, June.E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)**. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- 36 HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história da vida operária**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- 37 HOBSBAWM, Eric. J. **A era do capital: 1848-1875**. 3ªed. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1988.
- 38 _____ . **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- 39 _____ . **A era das revoluções: 1789-1848**. 4ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- 40 KANT, Emanuel. **A paz perpétua**. [S.I.:s.n.]

- 41 LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
- 42 LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo.** São Paulo : Ibrasa, 1963.
- 43 MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro : Zahar, 1967.
- 44 MARTINS, Ana Luiza. **República: um outro olhar.** (Repensando a história). São Paulo : Contexto, 1989.
- 45 MILES, Rosalind. **A história do mundo pela mulher.** Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos: Casa Maria, 1989.
- 46 ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.** São Paulo : Brasiliense, 1988.
- 47 PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- 48 _____.(Org.). **História da vida privada,4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo : Companhia das Letras, 1991.
- 49 RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar/Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro : Rio de Janeiro, 1985.
- 50 ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo.** 2ª ed. São Paulo : Companhia das Letras. 1989.
- 51 ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: discurso sobre o fundamento da desigualdade entre os homens.** In: **Os pensadores.** São Paulo : Abril Cultural, 1983.
- 52 SAFFIOTTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo : Livraria Quatro Artes, 1969.
- 53 SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- 54 SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- 55 SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920.** Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1989.
- 56 STAROBINSKI, Jean. **1789: os emblemas da razão.** São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

- 57 THOMAS, A.L.(Antoine Léonard),1732-1785. **O que é uma mulher?:** um debate/ A.L. Thomas, Diderot, Madame D'Epinaÿ; prefaciado por Elisabeth Badinter. Rio de Janeiro : Nova Fronteira,1991.
- 58 TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias:** mulheres na Primeira República. São Paulo, 1992. Tese (doutorado em História Social) - Setor de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- 59 WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** 2ª ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

2.2. ARTIGOS

- 60 ALMEIDA, Cybele Crossetti de. **A caixa de Pandora:** um olhar sobre os mitos e os medos na representação da mulher. Rev. Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2):67-79, jul/dez.1990.
- 61 BRESCIANI, M. Stella Martins. **O anjo da casa.** São Paulo : [s.n.], [198?]. mimeo. inédito.
- 62 GOLDANI, Ana Maria. **Trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras:** variações por corte no século XX In: **História e população:** estudos sobre a América Latina. São Paulo : ABEP/IUSP/CELADE, 1990.
- 63 GOLDEMBERG, Mª Amélia et al. **Concepções sobre o papel da mulher no trabalho, na política e na família.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 15:86-123, 1975.
- 64 LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas:** educando a mulher gaúcha. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, 1(2): 25-26, jul/dez.1986.
- 65 MACHADO, Lia Zanotta. **Mulheres e política:** o lugar da tradição na modernidade latino-americana. In: Trabalho apresentado no seminário temático: América Latina na década de 90. XIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1990.
- 66 MATTOS, Olgária. **Masculino e feminino.** São Paulo. Revista USP: nº 2, junho/julho/agosto 1989.
- 67 NADALIN, Sérgio Odilon. **Sexualidade, casamento e reprodução.** Rev. Bras. Est. Pop., São Paulo, v.5 n.2 p.63-91, jul./dez. 1988.
- 68 SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez.1990.
- 69 SOGNER, Solvi. **Historical features of women's position in society.** mimeo.[s.n.].